



UFES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA**

MARCELO ELISEU SIPIONI

**A RESPONSABILIDADE ÉTICA DA NUTRIÇÃO FRENTE À QUESTÃO
AMBIENTAL**

VITÓRIA/ES

2023

MARCELO ELISEU SIPIONI

**A RESPONSABILIDADE ÉTICA DA NUTRIÇÃO FRENTE À QUESTÃO
AMBIENTAL**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de Doutor em Saúde Coletiva na área de concentração de Política e Gestão em Saúde sob orientação da Prof.^a Dra. Maria Angélica Carvalho Andrade.

VITÓRIA

2023

MARCELO ELISEU SIPIONI

**A RESPONSABILIDADE ÉTICA DA NUTRIÇÃO FRENTE À QUESTÃO
AMBIENTAL**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de Doutor em Saúde Coletiva na área de concentração de Política e Gestão em Saúde.

Aprovada em 13 de setembro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Angélica Carvalho Andrade
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Sílvia Eloiza Priore
Universidade Federal de Viçosa – UFV
Membro Titular Externo

Prof. Dr. Jelson Roberto de Oliveira
Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR
Membro Titular Externo

Prof. Dr. Thiago Dias Sarti
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Membro Titular Interno

Prof^a. Dr^a. Luciane Bresciani Salaroli
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Membro Titular Interno

Dedico esse trabalho à Terra e
todas as vidas que a
constituem, mágicas ou não.

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

Sr Sipioni, Marcelo Eliseu, 1983-
A responsabilidade da Nutrição frente à questão ambiental /
Marcelo Eliseu Sipioni. - 2023.
140 f.

Orientadora: Maria Angélica Carvalho Andrade.
Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências da Saúde.

1. Nutrição. 2. Mudanças Climáticas. 3. Sistemas Alimentares.
4. Ética. I. Andrade, Maria Angélica Carvalho. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências da Saúde. III.
Título.

CDU: 614

AGRADECIMENTOS

Chegou a hora de agradecer. É nesse momento que paro para refletir a história que constitui a concepção, projeção, execução da pesquisa e escrita da tese e, desta forma, me recordo de todas e todos que participaram desse processo. Algumas dessas pessoas nem sequer sabem que participaram, ou o quanto participaram. Mas a gratidão não se mede pela intenção do ato, mas pelo que ele representa de fato.

À minha família. Meus irmãos e cunhados, sobrinhos e sobrinhas, pelo apoio e incentivos que sempre dirigiram a mim. Aos meus pais, “Pupina” e Eliseu, por me proporcionarem a oportunidade de viver o que vivi sem que me esquecesse das virtudes de quem foi educado por dois seres tão honestos, valentes e sensíveis como eles dois. Obrigado por tudo.

Aos meus sogros, Zezé e Fernando, extensivo aos meus cunhados e sobrinhos, por me permitirem a alegria do convívio que tantas vezes amenizou o adiamento angustiante da escrita da tese nos domingos de almoço.

Às minhas amigas professoras e preceptoras do curso de Nutrição da Universidade Vila Velha, com quem tenho a incrível felicidade de trabalhar, agradeço o suporte e os incentivos. Em especial, agradeço às amigas Fernanda Semião e Ana Maria Bartels Rezende, pelos longos anos trabalhando juntos, por serem exemplos de mulheres, nutricionistas e professoras para mim e tantos outros que convivem com elas. Aprendo todos os dias com essa convivência.

A todos e, majoritariamente, todas as estudantes de nutrição, hoje, na grande maioria, nutricionistas atuantes, com quem tive a satisfação de estar em sala de aula como professor. Aprendi, aprendo e aprenderei sempre a ser melhor nutricionista e professor graças a vocês.

Aos queridos amigos Fernando Balarini e Vinicius Moraes por serem refúgio, conforto e carinho. Agradeço os passeios, almoços, bolos e cafés em momentos de relaxamento e alegria. Todas as energias que vêm de vocês me fazem bem!

Ao Lucas Cypriano, por ser movido pela curiosidade materializada em perguntas. Muitas delas direcionaram o raciocínio necessário, ora adormecido, para que eu pudesse decifrar alguns dos enigmas de se escrever uma tese.

À Lara Linhalis, por me sugerir uma perspectiva de mundo a partir da sugestão de leituras e cosmovisões que, inclusive, compõem algumas das ideias desse trabalho (mesmo que nem todas eu tenha entendido plenamente até hoje! rsrs).

Ao Alexandre Ribeiro, por ser exatamente quem ele é e por estar presente com mais frequência na minha vida. (Ressalta-se: a presença do Alexandre é sempre instigante por si só, para qualquer cérebro).

Ao Vinicius Maciel, Mister, por tanta – mas tanta! – coisa. Por me ajudar em meu processo de desconstrução, tão necessário ao encontro diário de mim comigo mesmo. Por ser o mais próximo de mim estando fora de mim. Obrigado.

Tenho os melhores amigos. Esses acima, e muitos outros não citados. Sempre que me dou conta de que sou amigo deles, respiro profundamente, como se pensasse “para cada dimensão da minha vida, posso destinar alguma reclamação. Mas no campo das amizades que constituí, não”.

À Maria Fernanda, por estar aqui, comigo, nessa tese. Em cada palavra digitada nesse texto. Em cada suspiro dado, de angústia ou alívio, pelo avanço das etapas. Por ser minha maior incentivadora, por me reconhecer capaz e destampar meus olhos para isso. Por me permitir que eu conviva em paz comigo mesmo, contribuindo decisivamente para essa paz. Ainda bem. Te amo.

Aos meus gatos Gal, Gil, Pepe e Pagu. Por todas as vezes que subiram repentinamente na minha mesa de trabalho, pisaram ou se deitaram no teclado do notebook, desconfiguraram meus textos, rasgaram meus artigos impressos e páginas de livros, miaram pedindo (ordenando!) para brincar, ou querendo colo, carinho ou comida, como se dissessem “pare um pouquinho, humano... relaxe!”. Eles representam boa parte do que hoje configura minha paz e sem ela não conseguiria escrever essa tese.

Ao Núcleo de Pesquisa em Política, Gestão e Avaliação em Saúde Coletiva (NUPGASC) pelas memoráveis reuniões, regadas a almoço compartilhado e debates acalorados. Agradeço por ser refúgio do bom debate, das boas ideias e da luta por um SUS cada vez mais universal, equânime e democrático.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria Angélica Carvalho Andrade. Eu não tenho dúvida alguma de que tive a orientadora certa para as ideias que tive, no momento em que as tive e nas circunstâncias que as tive. Assumi, desde sempre, a postura

de apenas observar se minhas asas estavam ajustadas o suficiente para que eu mesmo pudesse voar livremente entre meus medos, convicções, ideias, acertos e erros. Serei sempre grato por sua compreensão e orientações para além da minha tese.

Aos professores da banca, Silvia, Jelson, Thiago, Luciane, Ana Claudia e Carolina. Minha gratidão pela leitura crítica e pelas contribuições que, certamente, construirão uma tese ainda melhor.

A todas as lideranças do campo da Nutrição que participaram da minha pesquisa. Ouvir suas ideias e o comprometimento com que defendem a Nutrição, no campo técnico, científico e político, me encheu de esperança e entusiasmo não só para finalizar minha tese, mas também para enfrentar os desafios que ainda precisamos superar na construção de uma Nutrição cada vez mais ampliada e envolvida com as questões mais relevantes para a sociedade, especialmente a questão ambiental.

Minha sincera e emocionada gratidão a todas e todos!

*Por que insistimos em transformar a vida
em uma coisa útil? Nós temos que ter
coragem de ser radicalmente vivos, e não
ficar barganhando a sobrevivência. Se
continuarmos comendo o planeta, vamos
todos sobreviver por só mais um dia.*

Ailton Krenak, pensador indígena
(A Vida não é Útil)

RESUMO

Este trabalho parte da premissa de que vivemos um contexto de emergência ambiental na qual a ação do ser humano representa a principal força geológica do planeta, o que configura a teoria do Antropoceno. A previsão de que este contexto coloca em risco as gerações futuras tem mobilizado diferentes atores para frear esse avanço predatório do ser humano a partir de novas e necessárias concepções sobre a relação entre humanidade e Natureza, de forma a não mais a submetermos à valoração instrumental típica do antropocentrismo utilitarista, defendendo uma concepção de pertencimento a Ela, não de superioridade. **Nesse sentido, o sistema alimentar hegemônico representa uma das esferas em que esse avanço predatório acontece, uma vez que utiliza tecnologias e métodos produtivos extremamente agressivos frente à Natureza. Tal análise nos permite identificar a implicação da Nutrição nessa temática, uma vez que se configura campo de conhecimentos e práticas intrinsecamente relacionado à lógica dos sistemas alimentares, a exemplo do que se observa a partir da análise do que tem sido chamado Sindemia Global.** Assim, este trabalho teve o objetivo de identificar a percepção das lideranças nacionais do campo da Nutrição do Brasil no que se **refere à** responsabilidade da Nutrição e do nutricionista frente à questão ambiental. Desta forma, realizou-se uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa com as principais lideranças nutricionistas, em nível nacional, que, no período de realização do estudo, ocupavam algum cargo de gestão nas entidades ou órgãos profissionais, acadêmicos ou de políticas públicas do campo da alimentação e nutrição do Brasil. As lideranças foram contatadas e entrevistadas por meio de videochamada durante o primeiro semestre de 2022. As questões buscaram identificar nas lideranças as percepções e opiniões que possuíam sobre a questão ambiental, de forma geral, e os desafios gerais do campo da Nutrição, além de solicitarem que expressassem suas perspectivas e análises sobre a implicação, real e ideal, do campo da Nutrição no Brasil com a questão ambiental na atualidade. Os dados foram submetidos à análise temática. Nossos achados permitem afirmar que as lideranças do campo da Nutrição no Brasil reconhecem a emergência da questão ambiental e a implicação inevitável da Nutrição nesse contexto, especialmente por meio da lógica dos sistemas alimentares. Contudo, compreendem como incipientes o debate e as ações realizadas neste campo para que se insira, de forma qualificada, junto ao conjunto de atores que buscam reverter as consequências da destruição da Natureza em diversas frentes. Entre os principais desafios

apresentados, consta a necessidade de um processo formativo e informativo que permita a defesa de uma concepção de Nutrição ampliada, que estimule reflexões para além da lógica reducionista nutricional. Nesse sentido, a partir dos achados desta pesquisa, e tendo como base propostas éticas que se afastam do antropocentrismo utilitário, como o Princípio Responsabilidade de Hans Jonas, identificamos a necessidade de a Nutrição refletir sobre a ampliação dos pressupostos ético-políticos que embasam seu campo de práticas e de conhecimentos, assumindo a tarefa de direcionar a promoção da alimentação saudável e adequada para todos os envolvidos e implicados no sistema alimentar, não apenas para o indivíduo que come.

Palavras-chave: Nutrição; Mudanças Climáticas; Sistemas Alimentares; Ética.

ABSTRACT

This study is based on the premise that we live in a context of environmental emergency in which human action represents the main geological force on the planet, which configures the theory of the Anthropocene. The prediction that this context puts future generations at risk has mobilized different actors to break this predatory advance of the human being based on new and necessary conceptions about the relationship between humanity and Nature, so that we no longer subject it to the typical instrumental valuation of utilitarian anthropocentrism, defending a conception of belonging to Her, not of superiority. In this sense, the hegemonic food system represents one of the spheres in which this predatory advance takes place, since it uses technologies and production methods that are extremely aggressive towards Nature. This analysis allows us to identify the implication of Nutrition in this topic, since it is a field of knowledge and practices intrinsically related to the logic of food systems, as can be seen from the analysis of what has been called the Global Syndemic. Thus, this study aimed to identify the perception of national leaders in the field of Nutrition in Brazil about the responsibility of Nutrition and nutritionists in relation to the environmental issue. In this way, a descriptive research with a qualitative approach was carried out with the main nutritionist leaders, at the national level, who, during the period of the study, held some management position in professional, academic or public policy entities or agencies in the food and nutrition's field in Brazil. The leaders were contacted and interviewed by video call during the first half of year 2022. The questions sought to identify perceptions and opinions they had on the environmental issue, in general, and the general challenges in the Nutrition's field, in addition to requesting that they express their perspectives and analyzes on the real and ideal implication of the Nutrition's field in Brazil with the current environmental issue. Data were subjected to thematic analysis. Our findings allow us to state that leaders in the field of Nutrition in Brazil recognize the emergence of the environmental issue and the inevitable implication of Nutrition in this context, especially through the logic of food systems. However, they understand as incipient the debate and the actions carried out in this field so that it is inserted, in a qualified way, with the set of actors that seek to reverse the consequences of the destruction of Nature on several fronts. Among the main challenges presented, there is the need for an educational and informative process that allows the defense of an expanded conception of Nutrition, which stimulates reflections beyond the nutritional reductionist logic. In this sense, based on the findings

of this research, and based on ethical proposals that move away from utilitarian anthropocentrism, such as Hans Jonas' Principle of Responsibility, we identified the need for Nutrition to reflect on the expansion of the ethical-political assumptions that underlie its field of practices and knowledge, assuming the task of directing the promotion of healthy and adequate food for everyone involved and implicated in the food system, not just for the individual who eats.

Keywords: Nutrition; Climate Changes; Food Systems; Ethics.

Lista de Quadros

Quadro 1	Noções acerca do conceito e significado de sustentabilidade.....	27
Quadro 2	Elementos de análise e temas definidos a partir do conjunto de dados coletados junto às lideranças da área de nutrição no Brasil...	55

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR E SUA IMPLICAÇÃO COM O ESTUDO.....	14
1 INTRODUÇÃO.....	18
2 OBJETIVOS.....	22
2.1 OBJETIVO GERAL	22
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	22
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
3.1 SISTEMAS ALIMENTARES E ÉTICA AMBIENTAL.....	23
3.2 A TECNOLOGIA A SERVIÇO DO SISTEMA ALIMENTAR HEGEMÔNICO.....	29
3.3 HANS JONAS: POR UMA ÉTICA PARA O FUTURO.....	32
3.4 POR UMA NUTRIÇÃO NÃO NUTRICÊNTRICA.....	41
4 METODOLOGIA.....	52
5 RESULTADOS.....	55
5.1 ARTIGO 1: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UMA NUTRIÇÃO IMPLICADA COM A QUESTÃO AMBIENTAL	57
5.2 ARTIGO 2: NUTRIÇÃO E QUESTÃO AMBIENTAL: COM A PALAVRA, AS LIDERANÇAS DO CAMPO DA NUTRIÇÃO NO BRASIL.....	75
5.3 ARTIGO 3: RESPONSABILIDADE ÉTICA DO CAMPO DA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO FRENTE À QUESTÃO AMBIENTAL.....	95
6 ÚLTIMAS REFLEXÕES.....	116
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	124
APÊNDICES.....	131
ANEXO.....	135

APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR E SUA IMPLICAÇÃO COM O ESTUDO

Sou Marcelo Eliseu Sipioni, tenho 40 anos, sou nutricionista há 16 anos e mestre em Saúde Coletiva há 14 anos. Minha trajetória acadêmica se inicia na Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, mas é inevitável que eu me apresente para além desse momento de inflexão, voltando um pouco mais no tempo.

Cresci na roça. Uma comunidade rural de um pequeno município do Noroeste do Espírito Santo. Só tomei consciência do quanto isso impactou minha vida, pessoal e acadêmica, após completar 30 anos de idade. Entre os meus 4 e 7 anos, fui atravessado pelas relações com a Natureza e com o alimento. Entendi desde cedo de onde vinham os alimentos que meus pais colocavam no meu prato para comer, como eram produzidos. Aprendi a identificar cada árvore frutífera que me rodeava, a nominar os diferentes tipos de peixes que pescávamos em família num rio ainda saudável. Reconhecia os tipos de pássaros sem vê-los, apenas ouvindo seus cantos. Monitorava as folhas de couve da enorme horta da nossa casa para que não fossem dominadas por lagartas. Conversava com a vaca, pedindo que não se preocupasse, pois meu pai deixaria leite suficiente para seu filhote se alimentar.

Para além da imagem romântica dessa fase, também vi a plantação de tomate sendo envenenada por agrotóxicos, e junto com ela, todos aqueles que lidavam com a lida na roça. Vi árvores sendo derrubadas para plantarem café, cana-de-açúcar ou para servir de pasto. Vi famílias de pessoas desdentadas famintas se submetendo às migalhas oferecidas pelos donos das terras. Minha família era pobre, mas o parentesco entre meu pai e o dono da terra limitou a superexploração. Sorte a nossa.

Depois, ainda morando no interior do Espírito Santo, mas agora na zona urbana, mantive vivas algumas dessas experiências, mas com frequência e intensidade cada vez menores. Na adolescência, restavam apenas memórias. Foi quando, numa aula de biologia do meu ensino médio, nas aulas de bioquímica, me dei conta, pela primeira vez, que poderia estudar Nutrição. Eu sempre fui apaixonado por biologia e, intuitivamente, por alimentos e alimentação. Iria juntar as duas coisas como projeto de vida.

Em 2002, começo a cursar Nutrição. Durante os cinco anos que durou minha formação me orientei pelo caminho da Nutrição em Saúde Coletiva ou, como chamada em Viçosa, Nutrição Social. Estava em um dos melhores cursos de Nutrição do país, mas

não era suficiente. Particpei de diversos projetos de extensão, militei no movimento estudantil por 4,5 anos e tive a oportunidade, em 2005, de conhecer a Floresta Amazônica e algumas comunidades ribeirinhas do interior do Amazonas com a reativação do Projeto Rondon. Foram experiências incríveis.

Em 2007, antes mesmo de colar grau, já havia sido aprovado na seleção do mestrado em Saúde Coletiva. Meu interesse naquele momento estava em estudar um tema pelo qual eu havia sido arrebatado na graduação, e que ainda me move em grande medida: democracia e sua relação com a saúde. Minha Dissertação, defendida em 2009, intitulada *Legitimidade da representação em conselhos de saúde: o caso do Conselho Municipal de Saúde de Vitória-ES*, foi um divisor de águas na minha vida. Eu me dei conta do quanto me fascinam as leituras do campo das ciências sociais: filosofia, antropologia, sociologia, teoria política... amarrar esses campos com a saúde e a nutrição, na perspectiva da saúde coletiva, me fizeram compreender na prática a magia da interdisciplinaridade.

Ao final do mestrado, não tinha outra opção, precisava trabalhar. Comecei dando aula em uma pequena faculdade em um município próximo a Vitória e logo depois assumi uma cadeira na Universidade Vila Velha, na Grande Vitória, onde leciono até hoje. A docência passaria a ser minha principal docente. Há 14 anos sou professor de Nutrição, incluindo uma experiência como professor substituto na Universidade Federal do Espírito Santo. Sou responsável por disciplinas como composição dos alimentos, educação alimentar e nutricional, segurança alimentar e nutricional, deontologia e ética e saúde coletiva.

Há 14 anos vejo nutricionistas sendo formados todos os semestres e sempre me pergunto, quando os vejo nas refeições, o quanto se realizarão nessa profissão apaixonante, mas também o quanto contribuirão com a sociedade em sua prática profissional.

Sou completamente apaixonado pela docência e busco demonstrar isso a cada aula que dou. Procuro despertar nos estudantes a curiosidade sobre o que não se fala, sobre o que não está nos livros, artigos ou manuais. E é lindo como isso afeta alguns de maneira decisiva, mesmo que, para outros, não passe de chatice. Na disciplina de composição dos alimentos, por exemplo, procuro instigar a percepção de que ali não tem só nutriente. Se a disciplina visa compreender o que compõe o alimento, que

consideremos também os venenos que são jogados nas plantas para sua produção, o DNA modificado pela biotecnologia, o afeto e a memória que representam sua constituição subjetiva, o sabor de infância. Tudo isso compõe o alimento, tanto quanto seus nutrientes.

Enquanto a Nutrição avançava no país, especialmente a partir dos anos 2000, graças à implementação sem precedentes de diversas políticas de alimentação e nutrição e de segurança alimentar e nutricional em nível nacional, a visibilidade do nutricionista ficava cada vez mais evidente, especialmente na gestão pública. Passei a participar de movimentos estaduais e nacionais na Nutrição, tendo sido conselheiro estadual de segurança alimentar e nutricional no Espírito Santo e diretor da Associação Brasileira de Nutrição. Minha motivação, tanto na militância quanto na docência, era debater e lutar pelo Direito Humano à Alimentação Adequada. Essa militância me despertou para algo, até então, adormecido: em 2018 decidi fazer um doutorado.

A elaboração do meu projeto de doutorado já contestava certa postura da Nutrição e do nutricionista, mas no contexto restrito da obesidade enquanto problema de saúde pública. Meu intuito era avaliar a postura do nutricionista com relação às pessoas gordas, analisando o viés educativo que orientava sua prática, se tradicional ou libertador, bem como constituir o sistema alimentar como causa principal da obesidade, amenizando a culpabilização do sujeito gordo que já sofre os estigmas sociais de uma sociedade padronizadora de corpos, em tese, saudáveis. Não demorou para eu perceber que este tema, apesar de propor uma análise para além da lógica meramente epidemiológica da obesidade, ainda estava numa certa zona de conforto, não me motivava, não me causou paixão. Mas segui.

No final de 2019, descobri um câncer. Já em 2020, operado, no início das sessões de quimioterapia, a pandemia foi deflagrada. Permaneci exatos 1 ano e 5 meses afastado de minhas atividades, incluindo, especialmente nos primeiros 6 meses, o doutorado.

Nesse intervalo, em meio à solidão daquele momento e com a ebulição do debate ambiental em nível mundial, alavancado pela relação entre questões ambientais e a pandemia de COVID-19, comecei a ter contato com leituras e falas que revelavam a urgência do momento atual. Decidi rever meu projeto como um todo e me dediquei a pensar sobre uma Nutrição necessária frente a essa temática. Resolvi pensar em uma noção ético-política que desse conta dessa implicação.

Estava agora em busca de algum referencial teórico que me apoiasse, fora da Nutrição, no campo das ciências sociais, e que respaldasse minha tese. Fui atrás de Hannah Arendt, Michel Foucault e o bom e velho Marx. Não consegui fazer as conjecturas necessárias à defesa da minha ideia. Até que um dia, assistindo a um vídeo no Youtube, ouvi falar sobre certo filósofo contemporâneo, Hans Jonas, numa conversa direcionada pelo Prof. Oswaldo Giacóia Jr. Nesse momento, a responsabilidade da qual falava o professor me parecia absolutamente pertinente com a responsabilidade que eu considerava necessária ao nutricionista no contexto dos sistemas alimentares e, conseqüentemente, da questão ambiental.

Não demorou até eu chegar em Jelson Oliveira, principal referência sobre Hans Jonas no Brasil, a quem recorri neste primeiro momento, através de vídeos, artigos e livros sobre a obra do filósofo alemão. Quando me senti minimamente esclarecido sobre seus preceitos éticos, minimamente capacitado, me propus a ler as obras do próprio Jonas: *O Princípio Vida*, *O Princípio Responsabilidade e Técnica*, *Medicina e Ética*. Fiquei entusiasmado em conhecer uma proposta ética de tamanha vivacidade para o contexto atual.

Ao mesmo tempo em que lia e relia a complexa teoria jonasiana, lia e ouvia outros pensadores, especialmente ameríndios. Foi quando me deparei com *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*, do pensador indígena Ailton Krenak, e *Direitos da Natureza*, do ecologista uruguaio Eduardo Gudynas. Ao final dessas leituras, e de tantas outras que nem couberam neste trabalho, assumi como inadiável a tarefa de contribuir com a reflexão da humanidade frente à questão ambiental e, no meu nicho de conhecimento e implicação pessoal, a Nutrição, me dispus a fomentar essa postura entre meus pares.

E aqui estou, me submetendo ao crivo de uma banca qualificada para saber se essa empreitada faz sentido, se minhas ideias podem, de fato, se juntar às ideias que buscam adiar o fim do mundo.

1. INTRODUÇÃO

*Foi-se a ideia de que cada um
deixa sua pegada individual no
mundo; quando eu piso no chão,
não é o meu rastro que fica, é o
nosso.
(Ailton Krenak, pensador indígena)*

Somos hóspedes relativamente novos nessa estrutura cosmológica magnífica onde moramos todos: o Planeta Terra. Antes de nós, humanos, outras formas de vida se constituíram e definiram suas próprias alternativas de sobrevivência que, somadas e numa postura instintiva de troca com os outros seres, constituíam um sistema de interação, cooperação e retroalimentação capaz de proporcionar um equilíbrio tal que propiciou o surgimento evolutivo da enorme biodiversidade com a qual nos deparamos ainda atualmente, com espetacular número e variedade de espécies animais, vegetais e micro-organismos. É dentro dessa incrível biodiversidade que está inserido o ser humano, esse hóspede recente, que como nenhuma outra espécie, em nenhuma outra época, em um espaço de tempo impressionantemente curto, vem colocando tudo a perder. Toda essa história de riqueza e perpetuação da vida é posta em xeque num espaço de tempo que, para a idade do Planeta, não passa de um piscar de olhos.

A comunidade científica vem chamando e debatendo esse momento histórico nominando-o de Antropoceno, configurando a Época em que a ação humana representa a principal força geológica responsável pelas mudanças climáticas no Planeta (LATOURE, 2020a; LEWIS; MASLIN, 2015; VEIGA, 2017). A teoria do Antropoceno ainda não é reconhecida oficialmente pelas entidades oficiais do campo da geologia. Contudo, os efeitos da ação humana sobre a Terra e suas consequências catastróficas já estão consolidadas, de forma que os cientistas apenas têm dificuldades em estabelecer quando, especificamente, foi iniciado (LEWIS; MASLIN, 2015; VEIGA, 2017).

Segundo essa teoria, a ação humana direcionada à produção em escala industrial a partir do século XVIII potencializou uma progressiva relação do ser humano com a Natureza caracterizada pela dominação e exploração ilimitadas, tornando-a mero objeto de usufruto e satisfação material do ser humano. Esse processo tomou proporções ainda maiores a partir da segunda metade do século XXI, afetando importantes ciclos biogeoquímicos, como o do carbono, além de gerar impactos

severos no equilíbrio do que vem sendo chamado sistema Terra, ou Gaia (LATOURE, 2020a; LEWIS; MASLIN, 2015; VEIGA; 2017).

Às gerações contemporâneas apresenta-se o enorme desafio e uma particular responsabilidade ética: mais do que não estimular esse modelo de exploração da Natureza a partir de ações individuais cotidianas, devemos agir para que consigamos frear a destruição ambiental e possibilitar a permanência de uma autêntica vida no futuro (JONAS, 2006; LATOUR, 2020b).

A postura que nos cabe nesse contexto exige uma fundamentação ontológica de cunho ético-político complexo e particular, em que simples dicotomias, como esquerda e direita, não são mais suficientes (LATOURE, 2020b). É preciso buscar outras motivações para que as ações demandadas não estejam vinculadas a qualquer projeto político específico e, como tal, carregado de paixões. Aqui, a motivação não poderia ser mais pertinente: manter a vida na Terra, em risco no Antropoceno.

Nesse sentido, é necessário que busquemos um entendimento ampliado sobre a Natureza e as formas de nos relacionarmos com ela. A premissa cartesiana de que somos distintos, externos e superiores à “natureza”, e que por isso podemos e devemos dominá-la, afetou substancialmente o impulso predatório de exploração ilimitada. A lógica científica de superioridade das ciências naturais, carente de uma hermenêutica crítica e reflexiva, perpetuou uma postura ética antropocêntrica que enviesou qualquer tentativa anterior de subverter a noção hierárquica com a qual nos relacionamos com as outras formas de vida (GUDYNAS, 2019; JONAS, 2006; SANTOS, 1989).

Não se justifica mais qualquer renúncia a essa responsabilidade ética que se impõe (JONAS, 2006) e que está dirigida a todas e todos nós, viventes em qualquer lugar do mundo, representantes das mais variadas denominações religiosas, pertencentes aos mais diversos grupos culturais e etnias, inseridos em todas as classes sociais e integrantes de quaisquer categorias profissionais.

Nesse contexto, a pertinência de discutirmos o papel da Nutrição enquanto campo profissional, de conhecimentos e de políticas públicas nos parece apropriada e urgente. Se a forma como comemos na atualidade reforça as consequências do Antropoceno (FANZO; HOOD; DAVIS, 2020), a Nutrição, e conseqüentemente o

nutricionista, envolvido completamente com a temática da alimentação, possui papel indiscutivelmente relevante nessa tarefa.

Em nível mundial, esse movimento já vem ocorrendo e o debate sobre o papel do nutricionista frente ao Antropoceno vem sendo aprofundado de maneira importante (CARLSSON; CALLAGHAN; BROMAN, 2019; CARLSSON; SEED; YEUDALL, 2020; FANZO *et al.*, 2015; FANZO; HOOD; DAVIS, 2020). Além disso, o debate sobre dietas sustentáveis e o papel da Nutrição na mudança de sistemas alimentares, **especialmente do sistema agroalimentar dominante (AZEVEDO, 2017)**, vem sendo pautado por organismos internacionais (HLPE, 2017).

Para avançarmos ainda mais, a Nutrição demanda o desenvolvimento de habilidades e competências que alicercem a atuação dos profissionais a ela vinculados para esta nova conjuntura (FANZO *et al.*, 2015; JACOB; ARAÚJO, 2020). A postura técnica hegemonicamente e historicamente centrada no paradigma biomédico nutricional (BOSI, 1988; PRADO *et al.*, 2011; SCRINIS, 2021; VIANA *et al.*, 2017) e a postura ética antropocêntrica frente à natureza devem ser superadas por uma visão cosmológica que abranja a integralidade da relação entre ser humano e Natureza, numa perspectiva ética ambiental que demande uma compreensão ampliada de mundo e que outorgue à Natureza seu direito próprio à existência e dignidade, assim como postula, desde sempre, o pensamento ameríndio (GUDYNAS, 2019; KOPENAWA; ALBERT, 2015; KRENAK, 2020a, 2020b; LOURENÇO, 2019).

Segundo o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN, 2023), o Brasil possui cerca de 200 mil nutricionistas, o que representa um importante contingente de pessoas potencialmente munidas de qualidade técnica, política e ética para levantar voz contra as mazelas provocadas pela postura predatória do ser humano frente ao meio ambiente. O estímulo a esse debate no Brasil está inserido na proposição de um projeto ético-político ampliado para a Nutrição que estabeleça e fomente seu papel frente ao Antropoceno.

Antes, faz-se necessário identificarmos no nutricionista a **percepção** sobre tal responsabilidade, se pretende assumi-la como orientadora de sua atuação e se reconhece tal demanda ético-política para si e para a categoria como um todo. Nesse sentido, nos parece apropriado iniciarmos tal investigação entre as lideranças do campo da Nutrição no Brasil. À frente de entidades representativas da categoria

profissional, estudantil, acadêmicas ou de elaboração e execução de políticas públicas de alimentação e nutrição, consideramos serem essas figuras centrais para o debate aqui pretendido, uma vez que, ao menos em tese, são essas lideranças que ditam a agenda da Nutrição em território nacional.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Identificar a percepção **de** lideranças nacionais do campo da Nutrição do Brasil **a respeito da** responsabilidade da Nutrição e do nutricionista frente à questão ambiental.

2.2. Objetivos Específicos

- **Identificar a** compreensão das lideranças nacionais da Nutrição quanto **às** questões ambientais e sua relação com o campo da Nutrição;
- Avaliar a percepção das lideranças nacionais da Nutrição quanto aos desafios e perspectivas para envolvimento qualificado da Nutrição e dos nutricionistas frente à questão ambiental.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Esses tecnoprofetistas são ideólogos, tomam conta de sua mente. Para eles, as sociedades não existem, a natureza está finalmente morta, a humanidade é desqualificada e eu sou um globo em suas mãos. Essa utopia política não é apenas o sonho inacessível deles, tem efeitos reais, já é meu pesadelo e o seu. Só vocês podem lutar contra isso.
(A Terra, por Geneviève Azam)

3.1. Sistemas Alimentares e Ética Ambiental

De acordo com o *High Level Panel of Expert on Food Security and Nutrition* da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (HLPE, 2014), sistemas alimentares

[...] compreendem todos os elementos (recursos naturais, humanos, insumos, infraestrutura, instituições, produtos, etc.) e atividades relacionadas à produção, processamento, distribuição, preparo e consumo de alimentos, assim como as consequências de tais atividades, incluindo impactos socioeconômicos e ambientais (p. 29).

Tratamos de sistemas alimentares, no plural, para salientar as possíveis formas como se configuram suas diversas tipologias, que vislumbram formas modernas, tradicionais ou mistas em seu arranjo, impactando significativamente o ambiente alimentar e a cadeia de abastecimento alimentar nos quais se inserem (HLPE, 2017). Em outras palavras, são os sistemas alimentares que definem o padrão alimentar ao definirem o que será cultivado, processado, disponibilizado e acessível (FAO, 2013). Desta forma, a existência **de um modelo agroalimentar dominante, manifestando-se como sistema alimentar hegemônico**, estabelece padrões de produção e consumo de alimentos também hegemônicos.

Rebrovick (2015) nos lembra, fundamentando a dimensão política do ato de comer, que os alimentos carregam consigo os atributos de seus métodos de produção, ressaltando as virtudes dos sistemas alimentares locais, numa prática ativista discutida por Azevedo (2015) denominada locavorismo. Tal prática é permeada por intensos debates, mas é inegável o quanto comer localmente, **ou seja, a partir da lógica geográfica de circuitos curtos de produção e consumo**, pode contribuir para o corpo e para amenizar a destruição ambiental (REBROVICK, 2015), além de outros

tantos benefícios, como a preservação da diversidade genética e o estímulo às tradições alimentares, especialmente relacionadas ao ato de cozinhar, sem reforçar o machismo e o patriarcado, historicamente inerentes a ele (AZEVEDO, 2015).

A ideia de sistema alimentar, portanto, carrega consigo os diferentes modelos de sociedade em disputa, de forma que sua concepção hegemônica representa a assimilação da ideia de sistema alimentar cooptada pela lógica do mercado, imputando ao alimento a mera categoria de “mercadoria” (MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016). Ressalta-se que não só no processo produtivo a máxima capitalista do alimento mercadoria se impõe. O consumo é fortemente afetado pelas investidas da indústria, que tem influenciado de maneira decisiva as pesquisas em alimentação e nutrição, definindo, de forma parcial, o que é “saudável” (NESTLE, 2019).

Esse modelo de sistema alimentar tende a corromper o metabolismo entre ser humano e Natureza, munindo o alimento de valor de troca, que se sobrepõe ao seu valor de uso, este último ainda capaz de conectar humanos e meio ambiente (MCMICHAEL, 2016; SOUZA, 2015). Desta forma, “o regime alimentar do capital explora a força de trabalho e a Natureza juntas” (MCMICHAEL, 2016, p.182) e identifica na Natureza uma ferramenta disponível para a obtenção de lucro sobre uma “mercadoria” com elevado apelo humanitário. Porém, o argumento de que “alimenta a sociedade”, utilizado como respaldo para se impor sobre a finitude da Natureza, integra um dos tantos argumentos falaciosos de um modelo de agricultura dominadora, cuja postura antropocêntrica e utilitária atribui à Natureza apenas valores úteis aos humanos, especialmente, mas não só, econômicos (GUDYNAS, 2019; MASON; KASSAM, 2019).

A centralidade sobre posicionamentos de ordem política no debate ambiental, contudo, presume que o avanço predatório sobre a Natureza ocorra tanto no espectro liberal-capitalista quanto em vertentes marxistas de desenvolvimento. Mesmo que a teoria marxista seja eficiente em explicar as bases da alienação da sociedade frente ao modelo de produção nefasto do ponto de vista ambiental e social (FARIA, 2018; MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016; MCMICHAEL, 2016), o arranjo de uma sociedade pós-capitalista, suposta pela utopia marxista, não sinaliza necessariamente uma demanda reduzida pela exploração da natureza (LATOUR, 2020b; MASON; KASSAM, 2019). Latour (2020b), numa tentativa de afastar a dualidade esquerda/direita dos debates em torno do necessário posicionamento político no

contexto do Antropoceno, propõe o surgimento de um novo “ator-político” (p. 52), denominado Terrestre, direcionado a uma ampla noção de ecologia política.

De fato, é possível diagnosticarmos a lógica do “progresso ilimitado” tanto em governos de direita, quanto governos progressistas, tendo a Natureza como sua fonte inesgotável de recursos (GUDYNAS, 2019; LATOUR, 2020b). Apesar do inegável avanço que posições progressistas representam quanto ao papel social do Estado na distribuição da riqueza, o desenvolvimento social que defendem também tende a se basear em uma noção antropocêntrica e utilitarista (GUDYNAS, 2019). No Brasil, o desenvolvimento do agronegócio é uma importante prova dessa premissa, tendo sido enaltecido e estimulado por governos de diversas vertentes políticas (POMPEIA, 2021).

Apesar de os argumentos dos autores citados anteriormente serem coerentes, entendemos que, se há algum avanço possível que possamos identificar no horizonte quanto à questão ambiental, certamente o será em governos progressistas. Iniciativas adotadas a partir do início dos anos 2000, quando o Brasil passa a ser governado por um campo político de esquerda, representaram importantes conquistas para o desenvolvimento agrário sustentável e socialmente justo, impulsionadas pela criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), com significativa participação popular. Contudo, na transição de poder, ocorrida a partir de 2016 e intensificada em 2019, quando setores conservadores assumem o governo, tais políticas são imediatamente desestruturadas, a começar pela destituição do CONSEA (SIPIONI et al., 2021).

De qualquer modo, o contexto ambiental atual exige noções éticas opostas ao antropocentrismo característico do sistema agroalimentar dominante. Proposições éticas alternativas têm pautado os direitos da Natureza de forma ampliada, tais como a ética biocêntrica (GUDYNAS, 2019) e a ética ecocêntrica (LOURENÇO, 2019). Enquanto a primeira inclui todas as formas de vida no âmbito da valoração moral, a segunda busca compreender as relações ecossistêmicas como um todo, atribuindo valor moral às conexões entre os seres vivos.

O fato é que, apesar das diferenças entre os sujeitos a serem valorados do ponto de vista ético, trata-se de concepções éticas que buscam romper com as propostas inerentes ao ambientalismo tradicional que evocam uma sustentabilidade

completamente sujeita aos interesses humanos (LOURENÇO, 2019), amplificando os sujeitos de direitos quando comparado às éticas tradicionais.

Ademais, ambas as posturas éticas citadas não negam ou reduzem o direito ao ambiente saudável inserido na lógica dos direitos humanos de terceira geração. Contudo, é importante frisar que o direito humano a um meio ambiente saudável tradicionalmente é tido como útil apenas às pessoas, constituindo uma noção ainda antropocêntrica de valoração da vida (GUDYNAS, 2019).

Nesse sentido, nos parece importante considerar o conceito de metacidadanias ecológicas (GUDYNAS, 2019), já que busca expandir a noção de cidadania ambiental. Se considerada a proposta clássica de cidadania ambiental, o direito ao meio ambiente saudável seria apenas um direito humano. Já as metacidadanias ecológicas abrangem uma noção plural, ética e ambiental, no qual estão inseridos os direitos da Natureza.

As reflexões éticas em torno do “uso” da Natureza pelo ser humano passam a pautar os debates sobre as políticas ambientais em nível mundial especialmente a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Especificamente em 1992, com a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Rio-92), no Rio de Janeiro, passa a ser fortemente debatido o termo “desenvolvimento sustentável” (FARIA, 2018). Sua premissa era garantir que o desenvolvimento atual não interferisse no desenvolvimento das futuras gerações, mas atualmente possui **significado distorcido em muitos contextos em que é citado**, uma vez que foi cooptado pela racionalidade instrumental do capitalismo (RUIZ; MACIEL, 2020; VEIGA, 2017).

Gudynas (2019) avalia que o próprio termo “desenvolvimento” não é ingênuo e carrega consigo a ideia de promoção do bem-estar generalizado, não sem demandar alto custo social e ambiental, além de promover desigualdades ao se alinhar facilmente ao consumismo.

Segundo Faria (2018), a ideia de “desenvolvimento sustentável” foi concebida como possibilidade de união de opostos, entre os que não renunciavam ao crescimento econômico e aqueles que pautavam a proteção ambiental. Mesmo que em menor proporção, tal visão não deixa de delegar à Natureza uma conotação utilitarista, promovendo a ideia de uma economia verde, numa tentativa de aliar proteção ambiental e interesses do mercado. Longe de resolver o problema, essa noção de

exploração ainda circunscrita a uma ética utilitarista não tem resolvido o problema da degradação ambiental (GUDYNAS, 2019).

Além disso, como conceito em disputa, o significado de sustentabilidade passou a se diversificar, coexistindo desde posições funcionais, sob uma ótica antropocêntrica, até aquelas que adentram a lógica biocêntrica. Gudynas (2019, p. 259) as resume, de acordo com o quadro a seguir (Quadro 1), em sustentabilidade fraca, forte e superforte.

A partir desta estratificação, é possível presumir que posturas alinhadas à ideia de sustentabilidade não caracterizam, necessariamente, uma postura ética contra-antropocêntrica. Na verdade, observar as diferenças entre as concepções de sustentabilidade torna-se importante até mesmo para amenizar os constrangimentos que vêm sofrendo aqueles que criticam o conceito (FARIA, 2018), com base no vácuo ético que ele apresenta atualmente.

É comum, por exemplo, ouvirmos a defesa do agronegócio na perspectiva da economia verde, cuja ideia tem a intensão de impulsionar a economia, reduzindo a crise nos países industrializados ao expandir os mercados de bens e serviços ambientais. Gudynas (2019) chega a questionar se ela representa sequer uma forma de sustentabilidade fraca, uma vez que transforma uma demanda ambiental em produtos comercializáveis, condicionando a adoção de medidas sustentáveis ao rentismo. Aqui, a defesa do meio ambiente se transforma, também, em uma mercadoria.

Quadro 1: Noções acerca do conceito e significado de sustentabilidade.

A sustentabilidade não é incorporada	Ideologia do progresso, metas de crescimento econômico, artificialização do meio ambiente, rejeição de limites ecológicos. Corresponde às posturas prevalentes nas distintas variedades de desenvolvimento contemporâneo	
Incorpora a sustentabilidade	Sustentabilidade fraca	Os temas ambientais são aceitos. Reformismo que busca articular o progresso a uma gestão ambiental. Os limites ecológicos são aceitos, mas são considerados modificáveis. Ênfase na valoração econômica; capital natural. Enfoque técnico.

	Sustentabilidade forte	Maiores críticas ao ideal do progresso. Economização da Natureza, mas com exigências de preservar o capital natural crítico. Enfoque técnico-político.
	Sustentabilidade superforte	Crítica substantiva à ideologia do progresso; busca de novos estilos de desenvolvimento; pós-materialismo. Conceito de patrimônio cultural. Ética biocêntrica. Enfoque político.

Fonte: Gudynas (2004) apud Gudynas (2019)

Nesse sentido, importa construirmos uma narrativa contrária àquela estimulada pela indústria e pelo mercado de que não é necessário pensar sobre o que se consome. **Em relação à alimentação, por exemplo, já se evidencia uma necessária adequação na dieta da população brasileira com vistas a reduzir o impacto da alimentação no aumento da temperatura média do planeta (GARZILLO et al., 2021).**

As consequências ambientais e sociais geradas pela despolitização do consumo deve ser compartilhada por todos, empresas, governos e consumidores, como sugere Faria (2018). Mas é inegável a necessária conscientização especificamente voltada ao consumidor sobre o ato de consumir e suas consequências.

O consumismo extrapola a simples aquisição de mercadorias. Quando consumimos, estamos expondo um elo entre o cotidiano local e as forças de produção e de mercado em nível global, aproximando atos cotidianos dos contextos políticos mundiais (BARBOSA, 2010). O pensador indígena Ailton Krenak (2020b) é categórico ao afirmar que “enquanto as bases materiais da nossa vida estão funcionando operantes, a gente não se pergunta de onde vem o que consumimos” (p. 106).

A lógica consumista expõe demandas insaciáveis por produtos que ampliam a exploração de bens naturais (recursos, na lógica da economia verde), provocando danos ambientais muitas vezes irreversíveis. Além disso, o consumismo expõe a exclusão social, quando permite que poucos consumam muito, e muitos não consigam, sequer, adquirir bens básicos de sobrevivência (FARIA, 2018). Contudo, promover mudanças na lógica de consumo de uma sociedade requer um enorme esforço ao se interferir em sua cultura, uma vez que “todo e qualquer ato de consumo é essencialmente cultural” (BARBOSA, 2010, p.13).

Segundo Santos (2001), antes o consumo gerava demandas para a produção, agora é a produção que define o que será consumido, no que denominou de despotismo do consumo. Tal lógica se esforça, com sucesso, para que o consumidor seja seduzido pelo produto, tornando secundárias suas conexões com as questões sociais e ambientais imbuídas em seu processo de produção.

Nesse sentido, para superar a lógica imposta pelo consumo numa sociedade de consumo é fundamental que sejam reforçadas e estimuladas as diversas formas de ativismos existentes na atualidade, em especial, o ativismo alimentar, uma forma não convencional de fazer política, como destaca Azevedo (2017). Para tal, utiliza a linguagem ambientalista e celebra o prazer em comer, no qual a máxima “você é o que você come”, típico do discurso nutricional reducionista, é substituída por “você é como você come” (REBROVICK, 2015, p. 684).

O ativismo alimentar atual, chamado de segunda geração por Portilho (2020), pressupõe fortes críticas ao sistema alimentar, angariando forte influência dos movimentos ambientalistas. Ele sugere que a alimentação conecta o indivíduo à tecnociência que caracteriza a produção de alimentos, com todas as suas questões morais (CASTAÑEDA, 2012).

Não há dúvidas de que a nutrição compôs o ativismo alimentar de primeira geração, conforme classificação proposta por Portilho (2020), centrada a reivindicar ações estatais e de entidades sociais em prol da erradicação da fome, no que configurou o movimento da segurança alimentar, muito atuante no Brasil a partir dos anos 1990. Atualmente, o ativismo alimentar do campo da nutrição deve se envolver na proposição de profundas conexões entre o ser humano e a Natureza, considerando a multidimensionalidade e os variados significados do consumo de alimentos (CASTAÑEDA, 2012).

3.2. A tecnologia a serviço do sistema alimentar hegemônico

Com base nos argumentos apontados até aqui, parece-nos evidente a complexidade representada pelo simples ato de levar um garfo de comida à boca, uma vez que esse simples ato articula “experiências locais, particulares e subjetivas do ato de comer a eventos que ocorrem no cenário global” (PORTILHO; CASTAÑEDA; CASTRO, 2011, p. 103).

Ao articularmos as noções de sistemas alimentares, modelos econômicos e revisão de preceitos éticos que secundarizam o valor intrínseco da Natureza, evidenciamos o caráter globalizado que possui o sistema alimentar hegemônico e o “agrobiopoder” que exerce (AZEVEDO, 2017, p. 287), ameaçando não só a soberania alimentar (MALUF, 2007), mas também provocando impactos socioambientais que se apresentam, agudamente, em nível local, mas cada vez mais figuram o centro do debate acerca das mudanças climáticas em nível mundial.

O sistema alimentar hegemônico se desenvolveu sob uma perspectiva clássica da modernidade, tendo como momento de inflexão a chamada “Revolução Verde”, que chega ao Brasil entre os anos 1960 e 1970. A partir de seu advento, tecnologias de produção passaram a ser cada vez mais incorporadas na produção agrícola, sob a argumentação de cunho malthusiano de que a produção de alimentos precisava aumentar para suportar o crescimento populacional e, desta forma, mitigar a fome (POMPEIA, 2021), ignorando a denúncia científica e política feita por Josué de Castro (2008) anos antes, de que a fome tinha origem nas desigualdades sociais e no desinteresse político, especialmente por uma autêntica reforma agrária.

Os efeitos da Revolução Verde são sentidos até hoje quando observamos a configuração do sistema alimentar. A utilização de técnicas extremamente agressivas à Natureza são as grandes marcas nesse processo, com uso cada vez maior de agrotóxicos, manipulação genética de sementes, manejo agressivo do solo, com uso de adubos químicos e exploração indevida de sua capacidade regenerativa, exposição de alimentos a agentes químicos de amadurecimento forçado ou para ampliação do prazo de validade (CARNEIRO *et al.*, 2015; MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016; MALUF, 2007; RIBEIRO; JAIME; VENTURA; 2017). Já no componente propriamente industrial deste sistema, tem-se o uso aditivos alimentares para aumentar a preservação do alimento industrializado, além de atribuírem a eles sabores, odores, cores e texturas artificiais, com utilização de ingredientes baratos e de baixa qualidade, acarretando a disponibilidade de produtos industriais alimentícios de péssima qualidade nutricional, os alimentos ultraprocessados (MONTEIRO *et al.*, 2019), cujos malefícios à saúde humana são intensamente comprovados pela literatura científica (LOUZADA *et al.*, 2021; NILSON *et al.*, 2023).

Desta forma, como resultado dessa cadeia de intervenções tecnológicas, os produtos alimentícios gerados pelo sistema alimentar são imbuídos de algumas incertezas (e

muitas certezas) tanto à insegurança relacionada ao seu consumo pela população, uma vez que traz riscos à saúde humana, ocasionando aumento da prevalência de doenças crônicas de ordem alimentar (PINEDA *et al.*, 2023), quanto à preservação do meio ambiente.

Apostas atuais numa “agricultura 4.0”, **entendida como um modelo de produção agricultura centrada na exatidão para reduzir desperdícios**, reconhecem no dito “agronegócio sustentável” uma importante evolução dos modelos tecnológicos anteriores utilizados na produção de alimentos, ao mesmo tempo em que subjugam a inserção da agricultura familiar no acesso a essas tecnologias (VIOLA; MENDES, 2022). Contudo, a lógica sugerida por essa nova fase da agricultura ainda nos parece bastante alinhada a um modelo de sustentabilidade fraca, conforme classificação sugerida por Gudynas (2019).

É importante ressaltar que a mesma tecnologia que impulsionou a devastação ambiental propõe, por exemplo, a construção de mecanismos tecnológicos que sequestram carbono da atmosfera (FARIA, 2018). Ou seja, não se cogita o uso da tecnologia para corrigir ou frear seu ímpeto de progresso ilimitado, mas para sugerir alternativas lucrativas aos danos causados por ela mesma, sem levar em consideração que nada é mais eficiente para o sequestro de carbono do que árvore viva.

A necessidade imposta pela emergência ambiental no contexto do Antropoceno exige mais do que alternativas amenizadoras quanto à formatação irresponsável do sistema alimentar hegemônico. O contexto atual nos obriga, irremediavelmente, a avançar o mais rápido possível na transição para sistemas alimentares articulados com as demandas da Natureza, ao passo que promovam saúde e segurança alimentar para as populações mundiais, a exemplo dos sistemas agroecológicos (BURIGO; PORTO, 2021; HLPE, 2019; PAULA; BEZERRA; PAULA, 2022). Este modelo de produção de alimentos, fundamentado em noções fortes de sustentabilidade (GUDYNAS, 2019), representa a garantia de alimentos saudáveis para todas as formas de vida do planeta, afetando positivamente as vidas tanto de quem os consomem, quanto das que estão envolvidas em sua produção.

Importante frisar que o uso excessivo e irresponsável da técnica, que caracteriza o advento e perpetuação do modelo agroalimentar predominante atual, desnuda seu

ímpeto excludente não só com relação à Natureza, mas também entre os próprios seres humanos. Técnica que Krenak (2020b) chama de “dança civilizada” (p. 70), referindo-se a ela como controle do Planeta. Dançam essa dança apenas os “humanos muito-humanos”, enquanto os “quase humanos” preferem outras coreografias, que buscam situá-los como parte da Natureza, numa tentativa de confundir-se com ela. Esses “quase humanos”, por isso, são “tirados de cena, por epidemias, pobreza, fome, violência dirigida” (p. 70). Trata-se aqui de uma clara alusão à ostensividade com que a técnica moderna se impõe aos que resistem a ela, como os povos originários. Em outra passagem, ressalta o pensador indígena (KRENAK, 2020a):

Os seres que são atravessados pela modernidade, a ciência, a atualização constante de novas tecnologias, também são consumidos por elas. Essa ideia me ocorre a cada passo que damos em direção ao progresso tecnológico: estamos devorando alguma coisa por onde passamos. Aquela orientação de pisar suavemente na terra de forma que, pouco depois de nossa passagem, não seja mais possível rastrear nossas pegadas está se tornando impossível: nossas marcas estão ficando cada vez mais profundas. (p. 95-96)

Em suma, o que apresentamos até o momento sugere que o sistema alimentar hegemônico apresenta sua lógica de funcionamento alinhada à lógica desenvolvimentista, em especial ao modelo capitalista, transformando o alimento em mercadoria e promovendo a devastação ambiental para garantir retorno econômico. Para tal, se utiliza de um artefato tecnológico que expõe a Natureza, em todas as manifestações da vida que representa, incluindo, mas não só, a humana, ao risco de desaparecimento. O sistema alimentar hegemônico compõe, desta forma, o amplo conjunto de ações humanas danosas e geologicamente ativas que caracterizam o que Antropoceno.

Precisamos apresentar freios éticos à evolução da técnica tal como está dada hoje em todas as áreas de exploração humana sobre a Terra, mas aqui, em particular, às técnicas utilizadas em qualquer dos componentes do sistema alimentar hegemônico. Não se trata de negar a técnica moderna e suas contribuições, mas, como sugere Hui (2020) “analisar a possibilidade de futuros tecnológicos diferentes” (p. 46), no sentido da tecnodiversidade proposta pelo autor.

Para isso, nos pautaremos na importante obra de Hans Jonas, que apresentaremos a seguir. Este filósofo contemporâneo buscou defender um futuro para a vida na Terra a partir da proposição de um modelo ético denominado “Princípio Responsabilidade”.

3.3. Hans Jonas: por uma ética para o futuro

Hans Jonas nasceu na Alemanha, em 1903, e foi aluno de Husserl e Heidegger, dos quais utilizaria suas mais importantes contribuições filosóficas, a fenomenologia e o existencialismo. Judeu, foge da Alemanha nazista em 1933, tendo passado por diversos países da Europa, Palestina, Canadá e, finalmente, estimulado por sua grande amiga e colega de estudos, Hannah Arendt, fixou-se nos Estados Unidos, onde publica seus principais textos e onde morre, em 1993 (OLIVEIRA, 2014).

Como se nota, a vida de Jonas atravessa quase que completamente o século XX, testemunhando as robustas transformações sociais presentes nesse período histórico, o que certamente impulsionou o desenvolvimento de suas principais teses, explicando a evolução sistêmica de seu pensamento, em que busca examinar elementos de diferentes tempos históricos. Oliveira (2014) nos lembra que a própria esposa de Jonas, Lore Jonas, descreve a trajetória filosófica do marido de forma didática, ressaltando seu interesse tanto pelo passado, através da análise dos movimentos gnósticos nos primeiros anos do cristianismo e suas influências para o pensar contemporâneo, quanto pelo presente, quando se debruça sobre a compreensão da vida como fenômeno integral, culminando com uma análise responsável sobre o futuro, ao propor uma ética no presente com consequências para o futuro, através de sua proposta ética, denominada Princípio Responsabilidade.

Mesmo não sendo citado como ambientalista ou ecologista, é inegável a contribuição de Jonas para as reflexões necessárias sobre a relação entre seres humanos e Natureza. Os termos biosfera e ecologia, por exemplo, surgem nos escritos do filósofo e já em 1979, quando publica sua primeira versão em alemão de sua mais importante obra (JONAS, 2006), propõe uma visão ampliada de valoração da Natureza para além do antropocentrismo.

Para fundamentar sua proposta ética, Jonas apresenta as características das éticas que fundamentavam o agir humano até então. Para o filósofo, as éticas tradicionais eram definidas numa perspectiva temporal e circunstancial – aqui e agora – com

objetivo e imputabilidade curtos, e direcionadas apenas às ações entre humanos (o não humano não constituía domínio ético). Sendo assim, Jonas define a ética tradicional como antropocêntrica e individualista, voltada para um “homem” cuja essência subjetiva era constante e cujo universo moral reside no contemporâneo (JONAS, 2006).

O conhecido imperativo categórico de Kant, até então referência das éticas tradicionais antropocêntricas, preconiza o seguinte: “Aja de modo que tu também possas querer que tua máxima se torne lei geral”. Criticando-o e o considerando obsoleto frente às novas exigências do agir humano proposto por sua ética da responsabilidade, Jonas (2006) sugere um novo imperativo: “Aja de modo a que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra” (p. 47).

Segundo o filósofo, as éticas tradicionais não comportam a mais evidente e perigosa fonte de poder e liberdade humanos: a técnica moderna. Jonas propõe, então, uma ética principialista, e ao mesmo tempo consequencialista, para dar freios à técnica. Consequencialista porque não faz julgamento de resultado de ações, mas sim das previsões sobre as ações, de forma a evitar aquelas que serão ou poderão ser danosas (JONAS, 2006, 2013). A premissa básica da ética proposta por Jonas é que devemos promover a manutenção do mundo tal como o encontramos para permitir a continuidade da existência humana no futuro, gerando uma obrigação prática frente ao futuro da humanidade e uma decisão de ação no presente. A técnica moderna apresenta-se como ameaça a esta premissa.

O autor sugere que (JONAS, 2006):

Se existir é um imperativo categórico para a humanidade, então qualquer jogo de azar suicida com essa existência é categoricamente proibido, e as aventuras técnicas em que isto estiver em jogo, mesmo que remotamente, devem ser impedidas desde o princípio (p. 57).

O problema para Jonas não é a técnica em si, mas sim a passagem da técnica pré-moderna, e sua configuração enquanto “estado”, para a técnica moderna, e sua dinâmica processual, que assume consigo a noção de tecnologia (JONAS, 2013).

Se a técnica pré-moderna era caracterizada por uma constância no fazer técnico, tendendo a um equilíbrio entre necessidade e meios apropriados para saná-la, a

técnica moderna rompe com tal equilíbrio e se apresenta ao campo filosófico como objeto profícuo de reflexão. A técnica moderna não se contenta com qualquer ponto de equilíbrio, mas busca sempre avançar “outros passos em todas as direções possíveis” (JONAS, 2013, p. 30). Além disso, a técnica moderna se difunde rapidamente com o advento de importantes tecnologias da informação, reproduzindo o poder da técnica como suposição inquestionável de verdade e virtude científica.

Jonas confere também como característica da técnica moderna o caráter não linear entre seus meios e fins. A forma com que se desenha a técnica moderna promove um círculo vicioso em que ela cria problemas e se apresenta como solução para tais a partir de novos inventos tecnológicos. A “revolução verde” é apresentada pelo filósofo como exemplo desta concepção (JONAS, 2013, p. 33), uma vez que se apresenta como revolução tecnológica na agricultura que trouxe diversos problemas que a própria técnica tenta resolver, caracterizando seu avanço irresponsável sobre a Natureza, conforme já mencionamos anteriormente.

A partir do entendimento de que a técnica é uma forma de poder humano, ou seja, de ação e afirmação humana, e como tal pode ser valorada em bem ou mal, assume-se sua ambiguidade enquanto técnica moderna e, conseqüentemente, a demanda por uma avaliação moral de seu uso (JONAS, 2013).

Tal premissa não é válida para supor ser Jonas um tecnofóbico. Afinal, suas ideias defendem nada mais que uma “ética nova, capaz de alcançar os desafios que advêm desses novos poderes, não para impedi-los, mas para ajudá-los a fazer melhor o que se propõem” (OLIVEIRA, 2022b, p. 199). O que é defendido por Jonas é que mesmo quando a técnica seja utilizada para fins claramente bons no presente, sendo possível prever seu caráter ameaçador em longo prazo, esta ameaça deve influenciar a decisão de utilizá-la ou não (JONAS, 2013).

Talvez ainda seja questionável para alguns a proposta de Jonas de que humanos do presente tenham que se preocupar com vida futura através da avaliação moral sobre o uso da técnica. Dessa forma, faz-se necessário apresentar alguns preceitos ontológicos de Jonas antes de prosseguirmos. O entendimento de “vida” de Jonas é complexo e, de certa forma, revolucionário, remontando uma análise filosófica sobre a evolução da vida. Como Oliveira (2014) nos lembra, o empenho de Jonas é para contrapor uma biologia filosófica a uma biologia científica, de forma que a

compreensão da vida sob uma perspectiva meramente material, inanimada (típica da biologia científica), seja superada pela interpretação da vida também considerando a natureza viva, animada.

Em linhas gerais, Jonas analisa que as principais correntes filosóficas da modernidade e contemporaneidade buscam explicar a vida ora sob um ponto de vista dualista (mecanicismo x idealismo), em que organismo e espírito, homem e natureza estão distanciados, ora sob um ponto de vista monista, em que o mecanicismo acaba se sobrepondo ao idealismo (JONAS, 2004). De maneira genérica, podemos resumir essa disputa no campo filosófico como uma busca por hegemonia ontológica entre o corpo orgânico e o espírito (*mind*, no inglês).

Jonas propõe uma visão não dualista de vida, mas dual. Ou seja, matéria e espírito confluem integralmente e de forma interdependente para a constituição do fenômeno da vida. Em outras palavras, o filósofo sugere a interpretação da vida numa perspectiva monista integral (JONAS, 2004), reconhecendo a existência do “corpo que vive e que pode morrer, que pode possuir o mundo e a ele pertencer como um pedaço do mundo, o corpo que sente e que pode ser sentido, cuja forma exterior é organismo e causalidade” (p. 28).

Para Jonas, esse monismo está presente até mesmo nas estruturas vivas mais primitivas, uma vez que reconhece nelas alguma ação espiritual que representa sua diferenciação frente ao não vivo, frente ao mundo mineral. A esta ação espiritual, Jonas chamará de liberdade. A liberdade evolui ao mesmo tempo em que evolui a complexidade material do organismo, indo do metabolismo (troca orgânica entre matéria não viva e organismo vivo) à mais elevada escala do saber (percepção e objetivação da realidade) e do poder (liberdade de ação no mundo), este último nível presente no ser humano (JONAS, 2004).

Cabe ressaltar que a premissa de Jonas se funda na necessária reinterpretação da ideia de liberdade, de forma a adequá-la à sua noção de vida enquanto fenômeno integral. Mais uma vez, Jonas (2004) se contrapõe a Kant e sua compreensão antitética na relação entre liberdade e necessidade. Ao contrário, Jonas sugere uma compreensão dialética entre ambas.

Sob a compreensão que pretende dar à vida enquanto fenômeno, o filósofo ressalta que o surgimento da vida, primeiramente via metabolismo, sugere um poder de

escolha do organismo em constituir e mudar sua matéria. Contudo, esse poder (ligado à noção de liberdade) é também um dever (necessidade), de forma que um organismo primitivo poder mudar sua matéria via metabolismo “implica também a inevitável necessidade de fazer exatamente isto” (JONAS, 2004, p. 107).

Tal fundamentação sugere uma ontologia em que “ser” é a finalidade da vida, diferenciando-se de outras teleologias modernas em que o homem se vê como fim em si mesmo. Se o organismo pode lutar por sua vida, então ele deve. No caso de um organismo precário, a forma como o faz é através da troca de elementos que configuram o metabolismo. Num animal não humano, sua senciência e capacidade motora são utilizadas para se manter vivo, lutando contra a hostilidade do meio, seja para comer, se esconder ou se reproduzir, representando uma noção mais elaborada da dialética entre liberdade e necessidade. Em outras palavras, a vida quer viver, e sua iminente negação (morte) gera a relação dialética entre necessidade e liberdade para que a vida seja protegida (JONAS, 2004). “Possuindo o poder, [o organismo] tem que exercê-lo para existir, e não pode cessar de fazê-lo sem que cesse de existir: liberdade para o fazer, mas não para o omitir” (p. 107).

Retomando a discussão sobre a técnica, segundo o autor, ela representa, junto à racionalidade humana, a mais evoluída escala de liberdade (poder) da vida (JONAS, 2013), uma vez que representa o modo como o ser humano se autoafirma frente ao meio para se manter vivo (JONAS, 2013; OLIVEIRA, 2014).

Sendo, portanto, manifestação da liberdade humana, a técnica deve ser utilizada. Contudo, a evolução da técnica moderna se deu a partir de um intrínseco caráter niilista, resultado do dualismo entre matéria e espírito discutido anteriormente. Identificamos o niilismo da técnica através da desmundanização – tentativa de vencer o mundo, dominando-o – e da desominização – negação do ser humano como parte do cosmos (OLIVEIRA, 2018). Assim, com o objetivo de se sobrepor ao mundo, “ao qual não pertence”, o ser humano confere à técnica uma potencial atribuição ameaçadora frente ao mundo, que se manifesta especialmente pela possibilidade de ser utilizada de forma ostensiva frente à Natureza.

Como prever esse lado ameaçador da técnica moderna? As muitas evidências do presente já deveriam ser suficientes para barrar o avanço tecnológico em diversas escalas da humanidade. Contudo, para dar conta de uma dita “ética do futuro”, como

propõe ser o Princípio Responsabilidade, o autor evoca uma “ciência de previsão hipotética” a que chama “futurologia comparativa” (JONAS, 2006, p. 70).

Pensar em um comportamento moral que projete a responsabilidade sobre algo ou alguém no futuro se contrapõe à ideia de que esse comportamento deva ser influenciado por fatores sociais vivenciados pelo indivíduo, que, então, tomará consciência sobre os efeitos e poderá ser responsabilizado, por ação ou omissão, tal como interpretado pelas éticas tradicionais (VÁZQUEZ, 2012). A responsabilidade jonasiana calcada em previsões futuras referidas cientificamente deve estabelecer uma forma de pensar baseada no que Jonas (2006) chama de heurística do medo, ou, como preferiu traduzir Oliveira (2014), heurística do temor.

Trata-se aqui de um medo não patológico ou paralisante, mas de um “temor de tipo espiritual” (JONAS, 2006, p. 72) que se preocupa com as consequências negativas das pretensões tecnológicas. Em suma, sob a perspectiva de uma ética para o futuro, devemos, como primeiro dever, visualizar os efeitos de longo prazo no sentido de que “o que deve ser temido ainda não foi experimentado e talvez não possua analogias na experiência do passado e do presente”. Após tal visualização, devemos então mobilizar o sentimento adequado a esta representação do futuro, de forma que “a disposição para se deixar afetar pela salvação ou pela desgraça (ainda que só imaginada) das gerações vindouras é o segundo dever” (p. 72) dessa postura ética.

O que Jonas pretende com essa defesa não é apenas garantir que haja vida no futuro, mas que a vida seja autêntica, total, de forma que ela não pode, para tal, ser sujeitada a apostas de qualquer agir (JONAS, 2006). Trata-se de uma responsabilidade ontológica que temos, não pelos humanos do futuro (eles que decidam sobre o modo de sua própria existência), mas sim pela ideia de ser humano, exigindo “a presença da sua corporificação no mundo” (p. 94). Eleva-se ao mais alto nível o sentido da precaução, o qual é tratado pelo filósofo como “virtude superior”, ao mesmo tempo que rebaixa o valor da ousadia, que passa a significar “falta de responsabilidade” (JONAS, 2013, p. 76).

Jonas (2006) é categórico ao defender que mesmo numa possibilidade “quase desvairada” (p. 86) de que a humanidade futura não concorde em existir, a existência de uma humanidade futura é tarefa irrefutável dada a “obrigação incondicional” (p. 86)

de a humanidade existir, diferente da obrigação condicional do indivíduo em existir. O direito ao suicídio pode ser discutível para o indivíduo, não para a humanidade.

Como apresentamos mais acima, a proposta ética de Jonas visa romper com preceitos éticos tradicionais calcados no antropocentrismo. Nesse sentido, o filósofo dedica parte de sua obra a defender valores intrínsecos à Natureza, seja no instigante ensaio “Aspectos filosóficos do darwinismo” (JONAS, 2004, p. 49), na parte V do capítulo III d’O Princípio Responsabilidade (JONAS, 2006, p. 143) ou no capítulo 2 do livro “Técnica, Medicina e Ética” (JONAS, 2013, p. 51). Neste último trabalho, Jonas (2013) discursa como um ecologista:

[...] agora a biosfera inteira do planeta, com toda a sua abundância de espécies, em sua recém-revelada vulnerabilidade perante as excessivas intervenções do homem, reivindica sua parcela do respeito que se deve a tudo o que é um fim em si mesmo, quer dizer, a todos os viventes (p. 55).

Como fica demonstrado, Jonas defende claramente que a precaução perante o avanço sobre a Natureza não diz respeito apenas à possibilidade da extinção do ser humano. Ele reconhece que o ser humano apresenta, sim, um “poder planetário de primeira ordem” (JONAS, 2013, p. 55), mas ressalta que é exatamente este “excesso de poder” que impõe aos seres humanos a tarefa de se antepor a si mesmo para garantir a manutenção da vida.

Não temos como nos furtar das palavras do próprio filósofo (JONAS, 2013) para expressar essa ideia:

[...] a inclusão da existência da diversidade [da vida] como tal no bem humano e, portanto, a inclusão de sua preservação no dever do homem, vai além do ponto de vista orientado utilitariamente e de todo ponto de vista antropocêntrico. Essa visão ampliada vincula o bem humano com a causa de sua vida em sua totalidade, ao invés de contrapô-la de maneira hostil, e outorga à vida extra-humana seu próprio direito (p. 56).

O leitor atento e crítico poderá questionar a postura contra-antropocêntrica em Jonas, uma vez que seu imperativo categórico, já apresentado anteriormente, ressalta, em todas as suas versões (JONAS, 2006, p. 47-48), a defesa de uma autêntica “vida humana” na Terra. Tanto seu imperativo quanto outras passagens de sua obra podem remeter, à primeira vista, a um discurso alinhado ao antropocentrismo. Não se ignora o fato de que, apesar de apresentar ideias consideradas à frente de seu tempo, Jonas era atravessado por seu contexto histórico, afetando seus discursos e posturas, o que

não o exime de crítica e apontamentos no contexto atual. Mesmo assim, a análise criteriosa e profunda das obras de Jonas nos permite afirmar sua posição contra-antropocêntrica.

Segundo o filósofo, a vida humana só pode ser adjetivada como autêntica se considerada presente a Natureza. Trata-se de uma “responsabilidade metafísica” (JONAS, 2006, p. 229), uma vez que o desenvolvimento tecnológico trouxe riscos não só para a humanidade, mas para toda a biosfera. Jonas defende que os “interesses humanos coincidem com o resto da vida”, de forma que a defesa da Natureza e a defesa da humanidade são obrigações idênticas, ligadas à ideia central de “dever para com o homem”. Assumir um reducionismo antropocêntrico, em que o ser humano é separado e diferenciado da Natureza, significa nada mais do que a desumanização do próprio ser humano, concluindo que “em uma perspectiva verdadeiramente humana, a natureza conserva a sua dignidade, que se contrapõe ao arbítrio do nosso poder. Na medida em que ela nos gerou, devemos fidelidade à totalidade de sua criação” (p. 229).

Eis onde mora a ideia de solidariedade, defendida pelo autor. Uma vez que ser humano e Natureza correm perigo juntos pela ação do ser humano, a Natureza cobra por dignidade própria, para além de interesses utilitários. Tal perigo, como já apresentado, deriva da capacidade racional do ser humano, aliado ao desenvolvimento da técnica moderna por tal racionalidade, e sugere um poder e um perigo que demandam um dever atribuído a nós, “independentemente de nosso consentimento” (JONAS, 2006, p. 231).

Por fim, apesar de não ter escrito uma obra especificamente sobre o irresponsável uso da técnica moderna frente à produção de alimentos, Jonas aponta questões importantes vinculadas à ética da responsabilidade acerca deste tema em específico. O filósofo analisa uma suposta necessidade em se corromper o solo fértil com fertilizantes artificiais para conseguir dar conta da produção de alimentos para uma população que cresce exponencialmente. Segundo o filósofo (JONAS, 2006), não se justifica essa postura agressiva para satisfazer demandas da população atual sem considerar o crescimento dessa população frente a uma escassez de recursos que se anuncia com o uso indevido das tecnologias agrícolas:

As tecnologias agrárias de maximização têm impactos cumulativos sobre a natureza que mal começaram a revelar-se em âmbito local, por exemplo, na

poluição química de recursos hídricos e das águas costeiras (para o que também contribuem as indústrias), com efeitos nocivos transmitidos pela cadeia alimentar (p. 302).

Jonas prossegue, salientando a degradação do solo, o desmatamento e as mudanças climáticas que acarretam como parte dos inúmeros resultados negativos e ameaçadores do modelo de produção agrícola vigente, intensivo e expansivo, com consequências locais e planetárias (JONAS, 2006), antevendo os debates em nível mundial sobre o que viria a ser denominado de sistemas alimentares.

Jonas publica a primeira versão d'O Princípio Responsabilidade em 1979, quando a Revolução Verde já estava avançada e consolidada pelo mundo e sofria críticas de movimentos ambientalistas de todas as correntes. Nessa época, contudo, a biotecnologia já projetava, mas ainda não havia criado plantas transgênicas, o que viria acontecer anos depois, representando um dos mais importantes usos da tecnologia carente de freio ético na atualidade, especialmente na produção de alimentos com sementes transgênicas.

3.4. Por uma nutrição não nutricêntrica

Não é possível que seja designada apenas aos criadores ou detentores dessa face desordenada do agir humano, a tecnologia, a prerrogativa de se auto atribuírem os tais freios éticos invocados pelo filósofo alemão. De fato, conforme observa Latour (2020a), há certos grupos humanos que nada ou pouco se identificam com as causas diretas do Antropoceno. Contudo, considerando a óbvia afetação de todos nessa atual conjuntura, a defesa da vida, atual e futura, exige uma ação coletiva que se inicia com consciência e ação individuais ou, como afirma Krenak (2020a), a ideia de que cada um deixa sua própria marca no mundo já não existe mais: “quando eu piso no chão, não é o meu rastro que fica, é o nosso” (p. 96).

A defesa da vida, atual e futura, exige, então, uma ação coletiva que se inicia com consciência e ação individuais. O próprio Jonas (2013) salienta que “as grandes decisões visíveis, para o bem ou para o mal, serão tomadas (ou não) no nível político. Mas todos nós podemos preparar, invisivelmente, o solo para elas começarem por nós mesmos” (p. 85).

Orientações acerca de uma ética alimentar já foram pautadas no campo da alimentação, a exemplo das teses de Singer (2018), especificadas em Singer e Mason (2007), para quem o domínio moral deve ser estendido a todos os seres sencientes, incluindo animais, numa importante posição antiespecista. A despeito da inegável contribuição desta noção ética para que as questões alimentares sejam pautadas por elementos de uma ética ambiental, sua proposta se firma sob premissas utilitaristas, contrapondo-se à noção deontológica da ética proposta por Jonas (2006). Além disso, Lourenço (2019) questiona a ainda limitada ampliação do domínio ético a todos os seres sencientes, como se esta fosse a única característica necessária para atribuir valor intrínseco a um ser vivo, o que, nas concepções ampliadas da ética ambiental, não é suficiente.

A análise ética sobre as questões alimentares que se utilizam do Princípio Responsabilidade jonasiano foi rapidamente feita pelo próprio Jonas (2006, 2013), conforme apresentamos acima. Ademais, contemporaneamente, Barros (2015) se debruçou sobre as temáticas dos alimentos transgênicos, dos agrotóxicos e do consumo de carne como exemplos bastante evidentes do uso da técnica moderna de forma irresponsável pela geração humana atual com base no princípio ético de Jonas. Silva *et al.* (2017) e Silva e Cunha (2016) também se muniram dos argumentos jonasianos ao questionarem a permissividade da publicidade direcionada a crianças e adolescentes do ponto de vista ético.

Contudo, a despeito de apresentarem importantes reflexões em que se justificam os argumentos propostos pelo Princípio Responsabilidade, seja no sentido de orientar escolhas alimentares (BARROS, 2015) ou de justificar a necessidade de implementação de determinadas políticas públicas de interesse à nutrição (SILVA *et al.*, 2017; SILVA; CUNHA, 2016), não foram encontradas na literatura científica reflexões específicas que orientem a atuação profissional do nutricionista a partir da premissa ética proposta por Hans Jonas (2006). Em contrapartida, Soares (2016, 2020) nos apresenta um debate instigante, à luz de Kant, para propor a postura necessária do nutricionista frente ao sistema alimentar, mesmo que, conforme discutido anteriormente, a ética kantiana apresente certos limites para lidar com as demandas de uma necessária ética contra-antropocêntrica (JONAS, 2006; RUIZ; MACIEL, 2020)

A autora parte do princípio de que a alimentação é uma escolha moral e que, por isso, requer uma aproximação deontológica que ultrapasse a visão instrumental utilitarista sobre o comer (SOARES, 2016). Desta forma, Soares (2020) sugere a figura do nutricionista “esclarecido”, na visão kantiana do conceito, que se apresente “como agente do progresso moral da humanidade” (SOARES, 2020, p. 3). Nesta linha, a autora defende que o nutricionista esclarecido é aquele capaz de usar sua liberdade de pensamento para criticar leis que prejudicam ou impeçam a realização do direito humano à alimentação adequada, requerendo, entre outras necessidades, o estabelecimento de novos estatutos.

A autora enfatiza ainda que Kant reconhece o progresso cultural vinculado à alimentação humana, especialmente na transição do estado de brutalidade, quando dividíamos a alimentação com outros animais, para um campo civilizatório, proporcionado pelo domínio da técnica. Contudo, o uso da técnica moderna assume atualmente outra finalidade, trazendo consigo uma contradição, uma vez que ao invés de manter a vida, os alimentos produzidos sob as premissas dessa técnica “portam consigo o risco de morte ou doença” (SOARES, 2016, p. 116), se referindo aos atributos predatórios que hoje caracterizam o sistema alimentar hegemônico.

A despeito de representar importante avanço na aproximação entre o campo da Nutrição e doutrinas filosófico-deontológicas para o nutricionista, não podemos deixar de apontar que o entendimento sobre a defesa da alimentação saudável e da responsabilidade do nutricionista encarnada pelas premissas kantianas se apresenta insuficiente para dar conta da necessária postura requerida pelo contexto do Antropoceno. As críticas a Kant se firmam na postura antropocêntrica de seu pensamento, no qual eleger o ser humano como fim em si mesmo e cuja obrigação moral, apesar de universal, é inoperante e inexecutável ao ser humano real (VÁSQUEZ, 2012). Soares (2020) não se furta em ressaltar essa premissa em vários momentos, defendendo, por exemplo, que o nutricionista deve reconhecer na ciência da Nutrição a finalidade de contribuir com o progresso moral da humanidade. Em outro momento, ressalta que se uma escolha não visa à humanidade, não pode ser reconhecida como uma escolha moral (SOARES, 2016), subjugando outros sujeitos de direitos, numa perspectiva necessariamente ampliada de uma ética do cuidado que inclua os valores intrínsecos da Natureza (RUIZ; MACIEL, 2020).

Nesse sentido, faz-se necessário avançar quanto ao entendimento sobre o lugar da Nutrição enquanto campo de práticas, políticas públicas e de conhecimento nessa temática, questionando ou debatendo a atribuição técnica e ética deste campo centrado no alimento e na sociedade. A formação do nutricionista para essas tarefas exige uma importante readequação a paradigmas e problemas que se projetam na atualidade, tais como o Antropoceno, de forma que as habilidades e competências deste profissional devem ser acrescidas por novos conhecimentos e capacidade crítica interdisciplinar sobre as questões alimentares, o que já vem sendo debatido em nível internacional (FANZO *et al.*, 2015) e nacional (JACOB; ARAÚJO, 2020).

Atualmente, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição (BRASIL, 2001) não conseguem corresponder à necessidade de compreensão macroestrutural exigida do nutricionista para que sejam formados profissionais que lidem tecnicamente e eticamente de forma qualificada frente às demandas alinhadas ao Antropoceno. Nem mesmo a temática da Segurança Alimentar e Nutricional vem sendo pontuada a contento pelos cursos de graduação em Nutrição no país, área que, em tese, proporciona maior debate sobre a questão ambiental por meio dos conceitos que envolvem sistemas alimentares e dietas sustentáveis (LISBOA; FONSECA, 2020).

Sem um processo formativo que vislumbre a inserção desta temática entre as habilidades e competências do nutricionista, que o empodere para assumir sua corresponsabilidade pela questão ambiental no seu âmbito de atuação, não se poderá vislumbrar uma inflexão mais robusta no campo da Nutrição em prol da questão ambiental.

Nesse sentido, as ideias para o alcance de competências promotoras de sistemas alimentares sustentáveis incluem importantes recomendações para um processo formativo responsivo à demanda ambiental, conforme apresentadas por Jacob e Araújo (2020), tais como a inserção da abordagem sobre sistemas alimentares no currículo, como componente específico e transversal, a realização de atividades práticas em comunidades e restaurantes sustentáveis, a realização de atividades pedagógicas laboratoriais envolvendo cultivo de hortas, a garantia de formação multiprofissional, a troca de experiências e o incremento a eventos e produção científica sobre a temática.

Institucionalmente, no momento, novas diretrizes curriculares estão sendo debatidas pela categoria e projetam um perfil de egresso bastante alinhado às demandas macroestruturais a que a Nutrição se implica. Na nova proposta, ainda sem previsão de ser implantada, busca-se valorizar os sistemas alimentares sustentáveis como princípio norteador da formação e a promoção da saúde e da alimentação saudável como elementos dependentes da noção de sustentabilidade (CNS, 2022).

Para além da formação de novos profissionais, é necessário ainda certo empenho em problematizar a questão ambiental junto a profissionais que já se encontram em atividade. Nesse sentido, é preciso ampliar a percepção de nutricionistas quanto à sua contribuição para a sustentabilidade, uma vez que tendem a limitá-la a atitudes sustentáveis em seu local de trabalho, como manejo do lixo e redução de desperdícios (NAVES; RECINE, 2014).

Nesse sentido, a *Dietitians of Canada* nos propõe um excelente exemplo de ação institucional em prol da prática profissional orientada para sistemas alimentares sustentáveis. Em 2020, a entidade canadense publicou o documento *The role of dietitians in sustainable food systems and sustainable diets* (CARLSSON; SEED; YEUDALL, 2020), trazendo orientações gerais e específicas sobre a atuação do dietista/nutricionista direcionada a contribuir com sistemas alimentares sustentáveis.

Ao analisar as orientações inscritas no documento, tanto nos aspectos gerais da prática profissional como nas diferentes áreas (comunicação, cuidado nutricional, saúde pública, administração de serviços de alimentação e pesquisa), percebemos muitas orientações generalistas, que envolvem articulação com outros setores e aspectos subjetivos do profissional, como sensibilidade e liderança. Mas algumas orientações são precisas e possuem grande impacto potencial, além de uma clara inflexão no tecnicismo nutricional que domina a atuação profissional neste campo (CARLSSON; SEED; YEUDALL, 2020).

Como exemplo, postula-se aos profissionais que atuam no cuidado nutricional abordar mitos relativos aos sistemas alimentares sustentáveis com seus clientes, abordar não só a ciência da nutrição, mas também a ciência ambiental ao fazer as orientações dietéticas e atentar para a abordagem sustentável em alimentos de origem animal, considerando a relevância do bem-estar animal, e estar familiarizado com questões relativas à alimentação baseada em plantas para propor recomendações

culturalmente adequadas e sensorialmente aceitas para a mudança de hábitos (CARLSSON; SEED; YEUDALL, 2020, p. 10).

Como se pode presumir pelo exemplo acima, a entidade canadense espera mais do que simples atitudes sustentáveis de seus profissionais. O documento convoca os dietistas/nutricionistas a utilizarem seu respaldo profissional e conhecimento técnico para contribuir ativamente para a mudança dos sistemas alimentares. Uma leitura mais atenta é capaz de identificar elementos antropocêntricos em algumas passagens do texto, mas é inegável o avanço que este tipo de documento evoca para a atuação do nutricionista, elaborado, reforçamos, por uma entidade representativa da categoria daquele país.

No Brasil, as entidades de classe compõem a história da profissão de nutricionista, contribuindo fundamentalmente para a evolução das bases científicas, técnicas, trabalhistas, legais e éticas da Nutrição, atuando sempre de forma conjunta (VASCONCELOS *et al.*, 2019). Neste sentido, espera-se que as entidades profissionais da Nutrição no Brasil repitam a história e construam o caminho para sanar a demanda por um posicionamento alinhado à temática ambiental pelo nutricionista no Brasil, a exemplo da iniciativa canadense.

Vasconcelos (2002), na ocasião em que a Nutrição no Brasil completava 60 anos de história, ressaltara a emergência de diversos movimentos que buscavam iluminar a importância de novos paradigmas para a compreensão de novas relações necessárias entre os seres humanos e destes com a Natureza, citando entre eles o movimento ecológico. Segundo o autor, é no interior de tais movimentos “que se espera poderem assentar-se as perspectivas imediatas e mediatas desta prática profissional” (p. 137), referindo-se ao nutricionista.

Ressalta-se que não cabe responsabilizar o nutricionista pelos problemas alimentares, muito menos ambientais, tanto aqueles relacionados ao consumo de alimentos inadequados quanto à escassez de alimentos. Contudo, sendo uma categoria profissional vinculada de maneira privilegiada ao sistema alimentar, convém assumir certa responsabilidade em reduzir o imenso abismo que há entre produção e consumo de alimentos (NAVES; RECINE, 2014), tão problemática para o alcance de um modelo alimentar responsável com o meio ambiente no Antropoceno (FANZO; HOOD; DAVIS, 2020).

Nesse sentido, ressalta-se que ao se debruçar de forma mais qualificada para as questões ambientais a Nutrição não deve, e de todo o modo não conseguirá, minimizar sua já consolidada atuação frente às manifestações da insegurança alimentar. O cenário que se apresenta hoje nos permite afirmar que as mudanças climáticas, especialmente no contexto da injustiça ambiental, exercem forte influência na intensificação de situações de insegurança alimentar, especialmente em territórios mais vulneráveis (DASGUPTA; ROBINSON, 2022), corroborando as explicações que buscam compreender o que tem sido denominado de Sindemia Global (SWUINBURN *et al.*, 2019). De acordo com esta tese, coexistem atualmente, de forma articulada e interdependente, três pandemias, de obesidade, de desnutrição e as mudanças climáticas, delegando à configuração predatória **do sistema agroalimentares dominante** grande responsabilidade sobre sua incidência e protagonizando de forma objetiva a justificativa para uma Nutrição responsavelmente implicada com a temática ambiental.

Pensar formas de mitigar esse problema global requer uma compreensão que certamente não se reduz ao entendimento meramente dietético das questões alimentares, mas pressupõe uma necessária aproximação com outras áreas do saber, como a sociologia, a política, a antropologia, a filosofia, além do próprio campo da biologia e da dietética (PRADO *et al.*, 2011).

Algumas áreas da Nutrição buscam avançar quanto a esse necessário movimento epistemológico. Na Nutrição em Saúde Coletiva, por exemplo, o debate sobre o meio ambiente a partir da lógica dos sistemas alimentares se apresenta como paradigma emergente já nos anos 1970 (RIDGWAY *et al.*, 2019) e tem sido compreendido em uma perspectiva epistêmica complexa (CARVALHO, 2022). A área de Alimentação Coletiva também tem demonstrado atenção à temática e busca elaborar métodos para promover práticas sustentáveis (TASCA; MARTINELLI; CAVALLI, 2022), apesar de sobressaírem estudos cuja noção de sustentabilidade é ainda limitada a contenção de desperdícios (SILVA; CARNEIRO; CARDOSO, 2022). De qualquer forma, esses avanços carecem de unidade e ainda representam um movimento não disseminado na categoria como um todo.

Os possíveis entraves em se estimular essa necessária visão interdisciplinar na Nutrição são identificados quando analisamos a própria história desse campo do conhecimento. Enquanto campo científico e de prática, a Nutrição surgiu entre os anos

1930 e 1940 a partir de demandas por políticas estatais que foram implantadas no Brasil durante os governos de Getúlio Vargas, especialmente durante o Estado Novo (1937-1945). Neste período, políticas trabalhistas, incluindo as de alimentação e nutrição do trabalhador, fomentaram o surgimento e fortalecimento de pesquisas na área de alimentação, culminando, em 1939, na criação do primeiro curso de Nutrição do país no Instituto de Higiene de São Paulo, hoje Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – USP (VASCONCELOS, 2002).

Com o passar das décadas, o número de cursos segue uma tendência de aumento, tendo se concentrado a instituições públicas até os anos 1990, expandindo-se vertiginosamente a partir de então, quase que totalmente vinculados a instituições privadas localizadas, em sua maioria, na região Sudeste. Somente entre 2009 e 2017, o número de profissionais mais do que duplicou no país (GABRIEL *et al.*, 2019; VASCONCELOS; CALADO, 2011) e atualmente, segundo dados do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN, 2023), ultrapassa os 200 mil nutricionistas.

No que diz respeito à evolução do seu campo científico, a Nutrição vivenciou uma disputa epistemológica comum à área da saúde, na qual se sobrepôs o discurso científico biologicista como explicação fundamental para os fenômenos ligados à alimentação e nutrição, sobrepondo-se à sua dimensão social (BOSI, 1988), especialmente até os anos 1990. A partir desta década, a educação alimentar e nutricional, que quase sempre foi instrumentalizada por interesses também reducionistas e tecnicistas, assume uma postura de incluir aspectos subjetivos e socioeconômicos da alimentação, permitindo uma compreensão mais ampliada a respeito dos hábitos alimentares (BOOG, 2012).

Apesar desse relevante avanço, a perspectiva biomédica permanece hegemônica, delegando à nutrição um caráter muito preocupado em promover o entendimento sobre ingestão e utilização/excreção de nutrientes em prol de uma noção também biológica empenhada em proteger e recuperar a saúde (PRADO *et al.*, 2011).

Essa evidente inclinação a um reducionismo da nutrição às noções biológicas do alimento e da utilização dos nutrientes pelo organismo humano tem sido denominado de nutricionismo (SCRINIS, 2021). O nutricionismo é considerado uma ideologia e um paradigma que “tem instruído o aconselhamento nutricional, as regulamentações de

rotulagem de alimentos, de engenharia alimentar e práticas de marketing, assim como o entendimento do consumidor de alimentos” (p. 25).

O conceito de nutricionismo, ou reducionismo nutricional, é caracterizado por Scrinis (2021)

[...] por uma *ênfase* redutiva na composição nutricional dos alimentos como forma de identificar o quanto eles são saudáveis e por uma *interpretação* redutora do papel de tais nutrientes na saúde corporal (...), [omitindo e desconsiderando] as preocupações com a qualidade de produção e do processamento do alimento e de seus ingredientes (p. 25).

Não se trata de negar a importância de diversas políticas de alimentação centradas em nutrientes, a exemplo da fortificação de alimentos ou suplementação de nutrientes criadas para prevenir ou reverter seculares epidemias de doenças carenciais, como anemia ferropriva e hipovitaminose A. Contudo, tais ações configuram políticas focalizadas necessárias frente ao fracasso ou inexistência de políticas universais robustas de garantia de direitos, em especial o direito à alimentação, e que, portanto, numa perspectiva ampliada, não devem ser vistas como exitosas, já que compensam a ausência do Estado em garantir, *à priori*, direitos básicos à vida.

Desta forma, analisar a nutrição sob o viés ideológico de uma perspectiva reducionista consagra um entendimento limitado da nutrição, em que o foco deixa de ser o alimento e passa a ser o nutriente que ele possui. Essa concepção limitada é intensamente utilizada pela indústria de alimentos, que enaltece a existência de nutrientes específicos em um alimento que, em uma análise integral do seu processo produtivo, pode possuir muito mais desvantagens e potenciais prejuízos à saúde do que benefícios. É com esse argumento que a indústria se apropria de conceitos da ciência da nutrição para promover alimentos danosos à saúde, não só humana, mas também ambiental (NESTLE, 2019; SCRINIS, 2021).

O fato é que o nutricionismo contemporâneo, denominado nutricionismo funcional por Scrinis (2021), por dominar a orientação prática profissional na ciência da Nutrição (REBROVICK, 2015), representa importante entrave para a tarefa aqui proposta em avançar em relação a uma postura ética e política do nutricionista frente às demandas ambientais discutidas anteriormente. Mesmo vinculando-se com mais proximidade técnica aos ambientes alimentares (DOWNS *et al.*, 2020; MENDES; PESSOA; COSTA, 2022), especialmente na esfera do consumo, permitindo ao nutricionista

promover práticas alimentares sustentáveis, a Nutrição precisa reconhecer formas de promover esse modelo de alimentação também fora deste nicho de atuação, assumindo uma necessária visão complexa sobre os sistemas alimentares (CARVALHO, 2022).

Impulsionado pela tecnologia aplicada à nutrição, o nutricionismo, portanto, promove a fragmentação do conhecimento sobre alimentação e nutrição, e com ela, a fragmentação do “eu moral”, considerado “a mais evidente e mais importante” vítima da tecnologia (BAUMAN, 1997, p. 276). Tal constatação sugere sua franca oposição ao modelo ético proposto por Hans Jonas (2006).

Afinal, o nutricionismo enaltece as transformações de ordem tecnológica no interior do sistema alimentar, imbuindo-se de certa tecnociência que manipula verdades alimentares em espaços curtos de tempo, além de alienar o alimento e o ato de comer do todo do sistema alimentar, suprimindo sua integralidade social, humana e ambiental e delegando a uma única característica, seu conteúdo nutricional, a primazia por definir quão benéfico ou prejudicial é aquele alimento para, exclusivamente, o indivíduo que o come.

Assim, o nutricionismo promove uma elitização da nutrição e uma maior atenção ao desenvolvimento de tecnologias agroalimentares em contraposição ao incremento de sistemas agroalimentares sustentáveis e à segurança alimentar e nutricional (AZEVEDO, 2017).

O discurso nutricional por trás do nutricionismo parece sedutor e seguro, trazendo confiança ao nutricionista ao falar de forma nutricêntrica (SCRINIS, 2021). Sedutor, pois delega ao especialista, o nutricionista, neste contexto, um discurso competente, também ideológico e munido de poder (CHAUI, 2016). De fato, sob a lógica reducionista, o discurso sobre a nutrição se afasta do senso comum e delega ao especialista o estabelecimento sobre o que é saudável ou não, ou melhor, nutritivo ou não, criando o que Scrinis (2021) chama de “autoridade científica” (p. 41).

Além disso, confere segurança a esse mesmo especialista, um sujeito fragmentado em seu conhecimento, que encontra segurança mútua no mundo também fragmentado, ambos, pela tecnologia (BAUMAN, 1997). Nesta lógica, ainda segundo Bauman (1997), “O sujeito nunca age como ‘pessoa total’, apenas como portador

momentâneo de um dos muitos ‘problemas’ que pontuam sua vida; também não age sobre o Outro como pessoa, ou sobre o mundo como totalidade (p. 277).

Tal compreensão nos permite concordar com Morin (2011), que defende a importância de se pensar os fenômenos humanos sob uma perspectiva complexa. Segundo o autor, os fenômenos humanos, vistos sob uma perspectiva mutiladora e unidimensional, como compreendemos ser a visão proposta pelo reducionismo nutricional, “conduz a infinitas tragédias e nos conduz à tragédia suprema” (p. 13), e complementa que “um pensamento mutilador conduz necessariamente a ações mutilantes” (p. 15).

O que defendemos é a **existência** de um projeto ético-político para a nutrição que reconheça a emergência do Antropoceno e que, por isso, esteja alicerçado num projeto societário inadiável de reformulação das relações entre seres humanos e Natureza através da reorientação dos sistemas alimentares em direção à preservação ambiental. Nesse sentido, cumpre-se fomentar no campo profissional da Nutrição um dado projeto ético-político que eleja valores que a legitimam socialmente, estabelecendo os requisitos e funções para seu exercício e as normas de comportamento dos profissionais frente aos usuários dos serviços que prestam, às organizações e instituições e às demais profissões (NETTO, 2015).

A nutrição apresenta avanços importantes para estabelecermos essa concepção ético-política da profissão. Documentos orientativos para a prática profissional, do ponto de vista ético e técnico, evocam o papel do nutricionista frente à manutenção da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável com importante estímulo para a visão sustentável em todas as áreas de atuação profissional (CFN, 2018a; 2018b).

Além disso, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição editada em 2011 (BRASIL, 2012a) tem suas bases nas premissas da segurança alimentar e nutricional e, por isso, concebe a sustentabilidade enquanto princípio de uma alimentação adequada, o que foi incorporado nas orientações que fundamentam o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL; 2014). A lógica educativa em alimentação e nutrição, proposta pelo Marco de Referência para a Educação Alimentar e Nutricional em Políticas Públicas, assume a sustentabilidade como princípio e estimula a criticidade frente aos sistemas alimentares para a prática educativa do nutricionista (BRASIL, 2012b).

Especificamente sobre o Código de Ética e de Conduta do Nutricionista (CFN, 2018a), é importante destacar que se trata de um documento elaborado de forma coletiva com amplo esforço para que os profissionais opinassem e sugerissem os elementos centrais a serem apontados no documento. Uma das bases que o fundamentaram refere-se ao fato de que a alimentação é um direito básico que não deve prejudicar outros direitos, tanto humanos como de outras formas de vida, incluindo, assim, a noção de preservação do meio ambiente (SOUZA *et al.*, 2016).

Estamos diante de exercício exploratório e reflexivo, contudo, imprescindível, para a autoafirmação do campo da Nutrição enquanto importante ator frente ao necessário enfrentamento ao antropocentrismo representado pelo sistema alimentar hegemônico e que se alinha a um modelo de sociedade predatório frente à Natureza e excludente frente ao próprio ser humano, uma vez que alimenta e perpetua a pobreza e a fome.

4. METODOLOGIA

Diante da pretensão de buscar atribuir significados e responsabilidades da Nutrição frente ao desafio ambiental, realizamos um estudo que assegure uma análise aprofundada da temática pelo que estamos denominando “lideranças do campo da nutrição brasileira”. Não nos parece possível atingir tal pretensão sem propormos um estudo de abordagem qualitativa e exploratório.

Consideramos lideranças as pessoas, **nutricionistas**, que, no momento da pesquisa, se encontravam à frente de alguma entidade nacional representativa do campo profissional, estudantil, acadêmico ou de elaboração e execução de políticas públicas de alimentação e nutrição.

As lideranças foram identificadas nos endereços eletrônicos e redes sociais das entidades a que estavam vinculadas no momento da pesquisa e, em seguida, foram contatadas por e-mail. Quando não houve retorno por essa via, outros meios eletrônicos foram utilizados, como aplicativos de mensagens ou redes sociais, sempre que disponíveis.

Não serão nominadas neste trabalho as entidades às quais estão vinculados os sujeitos desta pesquisa, uma vez que seriam facilmente identificados e relacionados à sua respectiva entidade. Ademais, cumpre destacar que não foi objeto deste trabalho refletir sobre as opiniões e posicionamentos das entidades, mas sim as percepções e opiniões das pessoas que hoje ocupam suas respectivas coordenações ou presidências. Nesse sentido, as lideranças foram orientadas, no momento da coleta de dados, a expressarem suas ideias pessoais, sem indicar posicionamento da entidade em que atuam no momento.

Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas entre março e junho de 2022 **por meio** de videochamada via Microsoft Teams® versão 1.5.00. Todas as conversas foram gravadas em áudio e vídeo com a devida autorização das lideranças.

Importante ressaltar a relevância da entrevista enquanto técnica privilegiada em pesquisas sociais, uma vez que representa uma manifestação de interação social (GIL, 2008) e de comunicação (MINAYO, 2010). Das diversas possibilidades de se realizar uma entrevista como técnica de pesquisa, optamos, neste trabalho, por aquela que Minayo (2010) chama de semiestruturada e Gil (2008) caracteriza como

“entrevista por pautas”. Em ambos os casos, o entrevistador sugere um roteiro para realizar a entrevista, com certo grau de estruturação. O entrevistado fala livremente sobre o tema questionado, o que demanda habilidade do entrevistador para não deixar que o entrevistado se afaste do tema (GIL, 2008). Contudo, a possibilidade de alguma temática não prevista surgir entre as respostas pode compor um importante elemento de análise, demandando atenção e experiência do entrevistador (MINAYO, 2010).

As questões propostas pela entrevista semiestruturada buscaram identificar, primeiramente, os apontamentos gerais das lideranças sobre os desafios atuais para o campo da Nutrição e, em seguida, o conjunto de percepções e opiniões sobre as interfaces entre a Nutrição e as questões ambientais, incluindo os desafios e perspectivas para alinhar de forma qualificada a aproximação entre as temáticas. Ao todo, oito questões foram definidas e realizadas na entrevista (Apêndice 1), que também incluiu a busca de informações sobre a história acadêmica das lideranças, muito mais com o intuito de proporcionar um contexto mais descontraído para as questões de conteúdo deste trabalho.

Os dados qualitativos obtidos nas entrevistas foram submetidos à análise temática, conforme delineado por Braun e Clarke (2006). Optamos por tal metodologia de análise dado seu criterioso processo de construção de ideias alinhada à sua flexibilidade (BRAUN; CLARKE, 2006), buscando identificar os “núcleos de sentido que compõem uma comunicação” (MINAYO, 2010, p. 316).

Trata-se de uma metodologia de análise cujas fases empreendidas no processo de tratamento dos dados são, em alguma medida, comuns a outras técnicas de análise qualitativa de dados. Ao todo, seis fases são sugeridas para o tratamento dos dados na análise temática, conforme sugerido por Braun e Clarke (2006): (1) familiarização com os dados; (2) geração de códigos iniciais; (3) busca por temas; (4) revisitação dos temas; (5) definição e nomeação dos temas; e (6) produção do relatório. As autoras lembram que tais fases não são lineares, cabendo ao pesquisador retomar fases anteriores para refinar ainda mais a análise a ser feita.

Como resultado, a partir dos dados obtidos pela entrevista, a análise temática busca identificar temas que são analisados na perspectiva de importantes debates que configuram um determinado campo teórico (BRAUN; CLARKE, 2006). Nesse trabalho, além dos campos teóricos que discutem as questões ambientais, em especial, do

ponto de vista ético e político no contexto do Antropoceno (GUDYNAS, 2019; KRENAK, 2020a, 2020b; LATOUR, 2020b), buscamos debater os dados obtidos pelas entrevistas tanto com a superação do reducionismo nutricional (SCRINIS, 2021) quanto com a perspectiva ética do Princípio Responsabilidade de Hans Jonas (2006, 2013), sempre no contexto da crítica ao sistema alimentar hegemônico .

Todos os procedimentos desta pesquisa seguiram os preceitos da ética em pesquisa com seres humanos, estabelecidas na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. O trabalho foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP/CCS/UFES), sendo aprovado sob o parecer 5.261.355 em 24 de fevereiro de 2022 (Anexo 1). Todos os entrevistados consentiram em participar da pesquisa por meio da leitura prévia e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice 2), encaminhado às lideranças com antecedência suficiente para sua assinatura e envio ao pesquisador.

5. RESULTADOS

Ao todo, nove lideranças aceitaram participar da pesquisa, todas envolvidas com entidades nacionais representativas da Nutrição vinculadas ao campo profissional, estudantil, acadêmico ou de políticas públicas.

Das oito questões direcionadas às lideranças nas entrevistas, foram elaborados seis elementos de análise com a identificação de temas variados, conforme apresentado no Quadro 2, abaixo.

Quadro 2: Elementos de análise e temas definidos a partir do conjunto de dados coletados junto às lideranças da área de nutrição no Brasil.

Elementos de análise	Temas definidos
Desafios atuais do campo da Nutrição	- Técnicos - Superação do nutricionismo - Formação adequada - Compreensão ampliada dos sistemas alimentares - Superar a insegurança alimentar. - Éticos - Superação do nutricionismo - Uso de redes sociais - Conflitos de Interesse entre profissionais e indústria de alimentos
Questão ambiental nos debates da Nutrição	- Ausência de debate
Inserção qualificada da Nutrição à questão ambiental	- Politização da formação do nutricionista - Ampliação do conhecimento sobre o tema
Impressões gerais sobre a questão ambiental	- Necessidade de ação urgente para conter as mudanças climáticas. - Visão antropocêntrica sobre a questão ambiental. - Questão ambiental submetida a interesses econômicos e políticos. - Falta de conhecimento sobre o tema.
Relação entre Nutrição e questão ambiental	- Nutrição alheia ao debate sobre as questões ambientais. - Relação limitada entre nutrição e questões ambientais. - Forte relação entre nutrição e questões ambientais.
Prioridade da questão ambiental para a Nutrição	- Alta prioridade. - Média prioridade.

Fonte: o autor

Os resultados foram apresentados e discutidos separadamente em dois artigos científicos distintos. Os temas identificados nos elementos de análise, a) Desafios atuais do campo da Nutrição, b) Questão ambiental nos debates da Nutrição e c) Inserção qualificada da Nutrição à questão ambiental, foram analisados e discutidos

em artigo submetido à Revista Saúde e Sociedade, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP).

Os temas relativos aos elementos de análise, d) Impressões gerais sobre a questão ambiental, e) Relação entre Nutrição e questão ambiental e f) Prioridade da questão ambiental para a Nutrição, foram analisados e discutidos em artigo submetido à Revista Ciência & Saúde Coletiva da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO).

Um terceiro artigo foi desenvolvido para comportar de forma remissiva o debate proposto como tema central deste trabalho, a saber, a implicação da Nutrição na questão ambiental por meio de uma contundente crítica ao modelo predatório que configura o sistema alimentar hegemônico, evocando do nutricionista uma postura ético-política ampliada fundamentada no Princípio Responsabilidade de Hans Jonas em contraponto à ideologia pregada pelo nutricionalismo. Esse artigo tem o formato de um Ensaio e foi submetido à Revista Ambiente & Sociedade da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS).

Os três artigos são apresentados a seguir, na ordem descrita acima, e estão formatados, em grande medida, de acordo com as orientações editoriais de cada revista.

5.1. ARTIGO 1

Desafios e perspectivas para uma nutrição implicada com a questão ambiental

Challenges and prospects for nutrition involved with the environmental issue

Marcelo Eliseu Sipioni

Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Centro de Ciência da Saúde, Universidade Federal do Espírito Santo (PPGSC/CCS/UFES)

Maria Angélica Carvalho Andrade

Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Centro de Ciência da Saúde, Universidade Federal do Espírito Santo (PPGSC/CCS/UFES)

Resumo

A questão ambiental se apresenta na atualidade como a mais emergente temática sobre a qual devem ser direcionados esforços da humanidade, uma vez que a emergência climática e a perda da biodiversidade têm levado à previsão de risco quanto à permanência da vida na Terra. Desta forma, avalia-se que a Nutrição deve tomar para si a responsabilidade que lhe cabe e assumir uma postura crítica qualificada, sobretudo no contexto dos sistemas alimentares, já que se apresenta como importante setor a explorar a Natureza de forma predatória. Este trabalho tem por objetivo descrever e analisar as percepções de lideranças nacionais do campo da Nutrição sobre os desafios e perspectivas para possibilitar o envolvimento qualificado da Nutrição na temática ambiental. A abordagem utilizada é qualitativa, os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada e submetidos à análise temática. Os resultados indicam que, apesar de a questão ambiental não configurar, objetivamente, prioridade enquanto desafio para a Nutrição, os temas identificados demonstraram grande preocupação das lideranças com a temática ao sugerirem a reorientação dos sistemas alimentares, na qual a Nutrição tem inegável importância, e uma urgente necessidade em pautar a questão ambiental nos debates da Nutrição no Brasil, especialmente nos espaços de formação.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; Sistemas alimentares; Nutrição

Abstract

The environmental issue is currently the most emerging issue on which humanity's efforts should be directed, since the climate emergency and the loss of biodiversity have led to the prediction of risk regarding the permanence of life on Earth. In this way, it is considered that nutrition must take responsibility for itself and assume a qualified critical position, especially in the context of food systems, since it presents themselves as an important sector to exploit Nature in a predatory way. This paper aims to describe and analyze the perceptions of national leaders in the field of nutrition on the challenges and perspectives to enable the qualified

involvement of nutrition in environmental issues. The approach used is qualitative, data were collected through semi-structured interviews and submitted to thematic analysis. The results indicate that, although the environmental issue does not objectively set up a priority as a challenge for nutrition, the identified themes showed great concern of the leaders with the theme by suggesting the reorientation of the food systems, in which nutrition has undeniable importance, and an urgent need to guide the environmental issue in nutrition debates in Brazil, especially in training spaces.

Keywords: Climate changes; Food Systems; Nutrition

Introdução

A Nutrição emerge no Brasil como campo de conhecimentos e práticas na primeira metade do século XX, especialmente durante o Estado Novo (1937-1945). Em 1939, foi criado o primeiro curso de dietistas no Instituto de Higiene, onde funciona hoje o curso de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (VASCONCELOS, 2002), dando início a um processo de expansão que encontrou seu auge nos anos 1990 e adentrou os anos 2000, período em que o número de cursos de graduação em Nutrição cresceu vertiginosamente, promovendo um aumento exponencial de nutricionistas no país. Atualmente, segundo dados do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), há aproximadamente 200 mil profissionais inscritos no território nacional.

O campo científico da Nutrição sempre foi permeado por disputas epistemológicas comuns à área da saúde e tem pautado o surgimento das diversas áreas de atuação do nutricionista no país. No início, uma vertente biológica ou clínico-fisiológica originou os campos de prática da Nutrição clínica e da Nutrição básica e experimental. Enquanto isso, a perspectiva social fomentou o surgimento da alimentação coletiva e da Nutrição em saúde pública (VASCONCELOS, 2002).

Na ocasião dos pouco mais de 60 anos de existência da profissão no país, Vasconcelos (2002) já discutia a emergência de diversos movimentos que buscavam trazer à luz dos debates novos paradigmas de entendimento da relação entre os seres humanos e a Natureza, especialmente o movimento ecológico. Segundo o autor, no interior desses movimentos “se espera poderem assentar-se as perspectivas imediatas e mediatas desta prática profissional” (p. 137), se referindo, na ocasião, ao nutricionista.

Passados 20 anos, a expectativa exaltada pelo autor não poderia encontrar ecos tão incisivos quanto os que se afirmam no presente. Atualmente, a ofensiva humana contra a Natureza resulta em consequências ambientais cada vez mais contundentes, justificando a teoria do

Antropoceno, sob a qual vivemos uma época em que a ação humana se apresenta como a principal força geológica do planeta, colocando dúvidas sobre a permanência da vida na Terra (VEIGA, 2017; LEWIS; MASLIN, 2015). Nesse contexto, são requeridos novos posicionamentos da humanidade, no sentido de mitigarmos as previsões pessimistas que se anunciam para um futuro relativamente próximo (LATOURE, 2020; KRENAK, 2020). Cabe à Nutrição refletir sobre sua incidência neste amplo debate para que some forças aos demais campos de práticas e de conhecimentos em nome da emergência climática que se afirma no presente.

A relação mais objetiva da Nutrição com a questão ambiental pode ser vislumbrada quanto à sua implicação nas dinâmicas que orientam os sistemas alimentares (HLPE 2017), responsáveis por parcela considerável das mudanças climáticas e perda da biodiversidade. Nesta perspectiva, a lógica predatória emanada pela concepção hegemônica de sistema alimentar contribui para a chamada Sindemia Global, caracterizada pela sinergia entre as pandemias de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas (SWINBURN et al., 2019), evidenciando que as principais manifestações da insegurança alimentar em nível global estão intimamente relacionadas à injustiça climática e, por isso, devem merecer a devida atenção da Nutrição.

A contribuição dos sistemas alimentares no contexto do Antropoceno se deve ao uso irresponsável de técnicas predatórias, especialmente na produção de alimentos, que submetem a Natureza a interesses meramente econômicos (MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016), numa perspectiva ética utilitarista e antropocêntrica (GUDYNAS, 2019).

Diversas orientações éticas têm buscado direcionar ações nos diferentes campos de práticas e de conhecimentos numa perspectiva contra-antropocêntrica que reconheça os humanos como parte constituinte da Natureza, isentando-a de valoração utilitária e delegando a ela valor em si mesma (KRENAK, 2020; GUDYNAS, 2019; JONAS, 2006).

Entre tais orientações, no contexto da necessária crítica ao sistema alimentar hegemônico, parece-nos relevante assumirmos a pertinência da proposta ética elaborada por Jonas (2006), o Princípio Responsabilidade. Segundo o filósofo, atualmente a técnica moderna configura a mais importante ação humana carente de freios éticos, sendo necessária uma avaliação extremada de precaução no presente para que possíveis efeitos negativos de seu uso no futuro não coloquem em risco a autenticidade da vida em nome de qualquer benefício aparente no presente (JONAS, 2006).

A despeito de se tratar de um campo já atento e disposto a se inserir de forma qualificada nos debates sobre novas e necessárias configurações de sistemas alimentares (CARLSSON; SEED; YEUDALL, 2020; JACOB; ARAÚJO, 2020; RIDGWAY et al., 2019), não se pode ignorar a

secular predominância do reducionismo biomédico no campo da Nutrição, denominado por Scrinis (2021) de nutricionismo.

O nutricionismo vem sendo apontado como ideologia e paradigma que reduz o alimento e a alimentação às suas características nutricionais, acarretando diversas consequências negativas à sociedade como um todo e à configuração da prática profissional neste campo (SCRINIS, 2021). Dentre elas, destaca-se a alienação do nutricionista das diversas dimensões dos sistemas alimentares, induzindo-o a valorizar apenas a dimensão do consumo e a ignorar as conexões inevitáveis entre sua prática, que visa promover a alimentação saudável e adequada numa perspectiva ampliada, e as demais dimensões, especialmente aquelas relacionadas à produção de alimentos, responsável mais evidente pela destruição ambiental.

Considerando a inevitável implicação da Nutrição e a consequente postura crítica que ela demanda quanto à sua responsabilidade no contexto ambiental contemporâneo, este trabalho tem por objetivo identificar e refletir sobre as percepções de lideranças nacionais da Nutrição quanto aos desafios e perspectivas da inserção deste campo de conhecimentos e práticas frente à questão ambiental.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, que buscou identificar e analisar as percepções das principais lideranças nacionais do campo da Nutrição sobre os desafios e as perspectivas da relação entre Nutrição e questão ambiental. A opção em definir as lideranças como sujeitos desta pesquisa se deu pelo entendimento de que, estando à frente de entidades e órgãos ligados à Nutrição, representam atores centrais na elaboração e definição das principais pautas a serem debatidas neste campo.

As lideranças foram identificadas nos endereços eletrônicos e redes sociais das entidades a que estavam vinculadas no momento da pesquisa e, em seguida, foram contatadas por e-mail. Quando não houve retorno por essa via, outros meios eletrônicos foram utilizados, como aplicativos de mensagens ou redes sociais, sempre que disponíveis.

Não serão nominadas neste trabalho as entidades às quais estão vinculados os sujeitos desta pesquisa, uma vez que seriam facilmente identificados e relacionados à sua respectiva entidade. Ademais, cumpre destacar que não foi objeto deste trabalho refletir sobre as opiniões e posicionamentos das entidades, mas sim as percepções e opiniões das pessoas que hoje ocupam suas respectivas coordenações ou presidências. Nesse sentido, as lideranças foram orientadas,

no momento da coleta de dados, a expressarem suas ideias pessoais, sem indicar posicionamento da entidade em que atua no momento.

Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas entre março e junho de 2022 através de videochamada via Microsoft Teams[®] versão 1.5.00. Todas as conversas foram gravadas em áudio e vídeo com a devida autorização das lideranças, que foram solicitadas a se expressarem acerca de três aspectos: a) desafios técnicos e éticos da Nutrição na atualidade; b) análise da inserção da questão ambiental nos debates da Nutrição; e c) proposições para a inserção qualificada da Nutrição no debate ambiental.

Para serem incluídas na pesquisa, as lideranças deveriam ser nutricionistas e exercerem atividade de liderança em alguma entidade nacional do campo profissional, social ou técnico-científico da Nutrição.

Os resultados das entrevistas foram submetidos à análise temática (BRAUN; CLARKE, 2006). Optamos por tal metodologia pela sua flexibilidade e, ao mesmo tempo, indicação de um rigoroso processo metodológico de construção de ideias. A tarefa analítica proposta por tal modelo de análise busca identificar temas, ou seja, elementos que captam importantes ideias num determinado campo teórico de pesquisa, neste caso, as relações entre Nutrição e a questão ambiental.

Braun e Clarke (2006) sugerem seis fases para o tratamento dos dados pela análise temática, numa perspectiva bastante comum a outras técnicas de análise de dados qualitativos. São elas: a) familiarização com os dados; b) geração de códigos iniciais; c) busca por temas; d) revisitação dos temas; e) definição e nomeação dos temas; e f) produção do relatório.

Para não expor as lideranças entrevistadas, os resultados foram apresentados com a utilização de pseudônimos que se referem a algumas das mais importantes denominações indígenas do país.

Este trabalho atende a todas as orientações relativas à ética em pesquisas com seres humanos, tendo sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP/CCS/UFES) no ano de 2022.

Resultados

Nove lideranças responderam à entrevista, todas coordenadoras e presidentes de entidades representativas da categoria profissional e estudantil, além de entidades do campo acadêmico e de políticas públicas de alimentação e nutrição.

No Quadro 1, abaixo, apresentamos os temas definidos a partir da análise do conjunto de dados obtidos nas entrevistas de acordo com os respectivos elementos de análise, a saber: desafios

atuais do campo da Nutrição, questão ambiental nos debates da Nutrição e inserção qualificada da Nutrição na questão ambiental.

Quadro 1: Elementos de análise e temas definidos a partir do conjunto de dados coletados junto às lideranças da área de Nutrição no Brasil.

Elemento de análise	Temas definidos
Desafios atuais do campo da Nutrição	- Técnicos - Superação do nutricionismo - Formação adequada - Compreensão ampliada dos sistemas alimentares - Superar a insegurança alimentar e nutricional. - Éticos - Superação do nutricionismo - Uso de redes sociais - Conflitos de Interesse entre profissionais e indústria de alimentos
Questão ambiental nos debates da Nutrição	- Ausência de debate
Inserção qualificada da Nutrição à questão ambiental	- Politização da formação do nutricionista - Ampliação do conhecimento sobre o tema

Fonte: Autores.

Desafios atuais do campo da Nutrição

As lideranças foram solicitadas a indicar os principais desafios técnicos e éticos para a Nutrição na atualidade. São dois aspectos distintos, mas que, por óbvio, se completam. A pretensão, frente aos objetivos deste trabalho, foi averiguar se os desafios prioritários referidos pelos entrevistados em algum nível remetiam à emergência da questão ambiental, sem qualquer intenção de desmerecer temas que não dialogam com essa temática.

Um primeiro tema foi identificado tanto como desafio técnico quanto desafio ético: a superação do nutricionismo. Este tema foi concebido a partir de diversos subtemas que remetem à necessidade de considerar aspectos subjetivos, sociais e políticos dos alimentos e da alimentação, para além dos aspectos meramente biológicos, numa proposição ampliada da Nutrição. As falas abaixo buscam exemplificar tais manifestações:

A gente tem um desafio muito grande de desmistificar essa questão de que a Nutrição é só emagrecimento, ou então, só trabalha com questão do peso (...), que não tem outras áreas, que não tem outros conhecimentos. (...) A alimentação tem vários fatores: política, social, econômica. (...) Isso tudo interfere na alimentação. (Ticuna)

Trabalhar a ressignificação da comida, do comer, resgatando o valor existencial profundo que a comida tem na vida da gente e tomando consciência da dimensão política que o ato de comer tem. (Pataxó)

Além da superação do nutricionismo enquanto desafio, outros desafios técnicos e éticos foram levantados e analisados enquanto temas. Entre os desafios técnicos, todos os temas encontrados, ao nosso ver, parecem se relacionar, com ou sem algum esforço teórico, à questão ambiental, a começar pela problemática da formação.

Sobre esse aspecto, foi possível averiguar a preocupação das lideranças quanto à adequada formação dos nutricionistas em diversas perspectivas, incluindo política, técnica e tecnológica do processo formativo, além de mencionarem a modalidade a distância de cursos de Nutrição como problema que potencializa os demais. Abaixo, alguns relatos que orientaram a definição deste tema.

A gente precisa ver qual é o nosso objeto de trabalho (...). A formação profissional tem que formar profissionais nutricionistas, não profissional da clínica, da produção, da saúde coletiva, da nutrição esportiva. Porque se mistura, na formação do profissional (...) campos de trabalho com campos de formação. (Caingangue)

A Nutrição tem uma formação muito técnica, muito técnico-científica, mas não tem uma formação tecnológica. Não tem uma formação de tornar aquilo acessível à população, (...) não sabe desenvolver uma patente, (...) algo que seja aplicado à população, algo que seja prático. (Terena)

Essa questão dos cursos a distância, isso é um problema. Acho que isso é um desafio também (...) que a gente está vendo, que tanto se lutou, mas que está aí. Não adiantou nada. (...) E aí, a meu ver, todo esse problema da inserção na política, de politização desses profissionais, isso fica ainda mais prejudicado. (Guajajara)

Outro elemento entendido como desafio técnico para a Nutrição refere-se à necessidade de redirecionar o sistema alimentar e compreendê-lo em sua concepção integral, em todas as suas dimensões, o que sugere contrariar uma perspectiva predominante que entende a dimensão do consumo como campo específico para a atuação do nutricionista. A fala apresentada abaixo exemplifica de maneira objetiva esse tema em questão.

[Um] grande desafio é o redirecionamento dos sistemas alimentares, na direção da sustentabilidade, não só ambiental, também econômica, cultural, social. (...) porque o modus operandi hegemônico é muito avassalador e destruidor, completamente descomprometido com a vida e com a saúde do planeta e das pessoas. (Pataxó)

O quarto desafio técnico destacado pelo conjunto de dados das entrevistas refere-se à necessária superação da insegurança alimentar **e nutricional** no país, especialmente através da reativação de políticas públicas. Os entrevistados, nesse ponto, enfatizaram o contexto político em que se

encontravam (primeiro semestre de 2022), alegando um evidente desmonte das políticas de alimentação, especialmente aquelas estruturantes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Obviamente que o nutricionista não domina as decisões em nível governamental, sugerindo não se tratar de um desafio específico da Nutrição. Contudo, espera-se destes profissionais a soma de forças junto a outros setores para que a insegurança alimentar e nutricional seja prioridade das políticas públicas, carecendo, para tanto, de compreensão e engajamento político necessários para pressionar o poder público neste sentido. As falas abaixo tentam contextualizar esse tema.

Esse paradoxo de a gente ter uma epidemia de obesidade (...) e ao mesmo tempo, nesses últimos anos, a gente ter retomado o bolsão da fome. (...) Eu acho que foi uma grande perda, não só para a saúde de uma forma geral, mas para as políticas públicas que vinham sendo construídas ao longo dos anos. Então, é um desafio profissional, um desafio técnico, um desafio político conviver com esses dois paradigmas. (Macuxi)

A gente tem que superar todas as formas de má nutrição. Isso (...) está vinculado a uma série de políticas públicas que impactam no consumo de alimentos. (...) O grande desafio é a integração de políticas públicas para além do setor saúde, para garantir a produção do alimento saudável, abastecimento e um preço acessível. (Xavante)

Como nós vamos falar em nutrição sem falarmos na fome, sem falarmos no quanto as políticas públicas se afastaram desse princípio constitucional que nós, nutricionistas, sabemos muito bem que existe, que a sociedade tem direito, que não é nenhum favor? O Estado tem que prover isso. (Guajajara)

Já em relação aos desafios éticos, além da superação do nutricionismo já discutido anteriormente, outros dois temas ficaram evidentes a partir da análise dos dados obtidos pelas entrevistas: uso de mídias sociais e o conflito de interesses entre profissionais e indústria de alimentos. O primeiro, no nosso entender, não se relaciona diretamente com a questão ambiental, a não ser em situações bastante específicas que não cabem no escopo deste trabalho. Já o segundo parece instigar um debate que se alinha mais facilmente à questão ambiental.

De acordo com as lideranças entrevistadas, o uso das redes sociais pelos nutricionistas se apresenta como problema ético cotidiano, especialmente quanto a postagens de imagens comparativas (antes e depois) de corpos de seus pacientes, ou de si próprios, comprometendo a individualização intrínseca do cuidado nutricional ao generalizar resultados que na prática seriam, possivelmente, distintos. Além disso, o uso das redes sociais pelos nutricionistas, segundo as lideranças, tem persuadido pessoas a escolherem profissionais não por sua qualidade técnica, mas pela imagem que sugerem ter nos perfis dessas redes. Essas impressões são exemplificadas pelo trecho abaixo.

Você coloca imagens e vídeos da pessoa como estava antes e como está depois, e atribui a você, à sua capacidade, à sua técnica, à sua ferramenta, ao seu método (...), sem levar em consideração o fator indivíduo, o fator familiar, a relação com outros profissionais, as atividades que a pessoa desenvolve. (Ianomami)

O conflito de interesses entre profissionais e indústria de alimentos, identificado também como desafio ético, surge como tema a ser analisado na perspectiva de se questionar vínculos comerciais junto a uma determinada marca para obter benefícios financeiros advindos de tal parceria, sugerindo uma contradição importante para um profissional que assume eticamente defender a saúde acima de qualquer interesse. A fala abaixo nos remete a este tema.

O nutricionista, como formador de opinião, como é que ele se coloca, como é que ele age, se movimenta, buscando prevenir situações de conflito de interesses, relação público x privado, pensando interesses públicos e interesses privados de corporações que podem financiar esse nutricionista? (Pataxó)

Questão ambiental nos debates da Nutrição

As lideranças entrevistadas foram solicitadas a avaliar e refletir sobre a inserção do debate quanto à questão ambiental na Nutrição. Todos os subtemas identificados nos dados coletados sobre este ponto indicaram um tema exclusivo, sugerindo ausência da questão ambiental nos debates no interior deste campo.

Alguns subtemas identificados nos permitem inferir que há entidades que assumem a tarefa de problematizar a temática ambiental, mesmo não sendo esse o escopo institucional de sua atuação, mas consideram que, de forma geral, não há debate amplo nos fóruns, eventos ou formação em Nutrição que inclua o papel deste campo do conhecimento no contexto das mudanças climáticas, conforme podemos perceber nos trechos abaixo.

No Brasil, muito pouco se fala sobre isso. (...) É muito interessante que nem os nutricionistas têm esse ponto de vista, tanto que, por exemplo, (...) eu estou organizando o CONBRAN [Congresso Brasileiro de Nutrição] e eles não têm espaço. Muito ainda são aqueles temas tradicionais para se discutir. Então, quando você fala em discutir a Sindemia Global, as pessoas não querem. (Terena)

É quase nula essa discussão. [Na nossa entidade] a gente tem tentado abrir esses espaços de discussão, mas ainda é muito pequeno. Por exemplo, na graduação, em nenhum momento, nenhum professor falou para eu me preocupar com o aquecimento global, ou então, alguma coisa do tipo. Se falou, foi algo bem superficial (...), mas não fala como interfere, não fala como a gente pode ajudar (...), não é aprofundado. (Ticuna)

Inserção qualificada da Nutrição na questão ambiental

O último elemento aqui analisado tem uma característica menos diagnóstica e mais propositiva. Questionou-se às lideranças entrevistadas, sob a égide da emergência da questão ambiental na atualidade e da inevitável afetação do campo da Nutrição neste contexto, como a Nutrição deveria se inserir nesse debate e quais ações deveriam ser organizadas para tal.

Aqui, dois temas foram identificados a partir da análise dos dados obtidos. O primeiro refere-se à necessária politização da formação do nutricionista, não só na graduação, mas num processo contínuo que inclua cursos e eventos científicos que tratem do tema, conforme exemplos abaixo.

A gente precisa empoderar as nutricionistas para que elas consigam trabalhar questões ambientais dentro dos seus trabalhos (...). Enquanto entidade, eu vejo esse caminho, caminho da formação, para empoderamento, (...) se envolver com políticas públicas. Eu acho que a gente ainda é muito pouco politizada (...). Sendo mais politizada, a gente vai conseguir maiores feitos (...) e eu acho que a formação é o caminho. (Guarani)

A gente tem uma função, que é se engajar em frentes que contribuam para constituir essa pressão da sociedade civil para que esse assunto entre nas políticas públicas, por exemplo, ele seja considerado, a gente reconheça que, por exemplo, várias práticas corporativas (...), mais que ameçam, comprometem a sustentabilidade. (Pataxó)

Um segundo tema, bastante complementar ao primeiro, diz respeito a uma ideia aparentemente genérica, mas que apresenta fundamentos importantes para pensarmos a inserção da Nutrição no debate ambiental. Trata-se de uma necessária ampliação do conhecimento sobre o tema, que foi identificado a partir de diversos subtemas que buscaram ressaltar uma ainda limitada compreensão da Nutrição sobre sua relação com a temática ambiental. Nesse sentido, as propostas sugeriram que a Nutrição se aproprie deste campo de conhecimento no que tange à sua intercessão com a Nutrição, incluindo elementos já citados anteriormente, como a perspectiva de análise integral do sistema alimentar, conforme exemplos abaixo.

[Ir] atrás do conhecimento. Não falando por falar, e sim buscar e trazer pesquisas para dentro da área da Nutrição é o principal. (...) tentar entender realmente a relação das questões ambientais com a alimentação como um todo, (...) entender como é essa influência. E a partir do momento que a gente entende como essa influência traz a questão ambiental como objeto de estudo para a Nutrição, a gente consegue melhorar as ações. (Ticuna)

(...) A gente tem muito maior facilidade de atuar no eixo consumo (...) A gente tem que articular com setores que produzem alimentos (...) No momento em que a gente faz uma orientação sabendo quais alimentos produzem efeitos negativos no meio ambiente, na produção de gases, a gente recomenda a redução desses alimentos, a gente vai estar contribuindo para esse processo. (Xavante).

Discussão

Os dados ora apresentados nos levam a algumas importantes interpretações iniciais à discussão aqui proposta. Primeiro, considerando que as lideranças foram solicitadas a apresentarem, sob seus respectivos pontos de vistas, os desafios atuais da Nutrição, ficou evidenciado que as preocupações identificadas nos temas não nos remetem à questão ambiental enquanto elemento objetivo, o que, em certa medida, já era esperado. Em contrapartida, foi possível identificar diversos temas que, quando submetidos a uma análise interpretativa das ideias que representavam, demonstraram variados níveis de aproximação com a questão ambiental.

Em segundo lugar, temas identificados em todos os elementos de análise convidam os nutricionistas a uma compreensão ampliada da Nutrição, seja com argumentos que buscam subverter a predominância daquilo que vem sendo chamado de nutricionalismo (SCRINIS, 2021), seja por conduzir à compreensão de seu campo de conhecimentos e práticas para além da lógica meramente prescritiva e limitada à dimensão do consumo de alimentos. Dessa forma, as ideias advindas dos temas identificados sugerem assumir como seu campo de atuação todas as dimensões do sistema alimentar, permitindo, assim, uma postura ética mais alinhada à preocupação ambiental como orientadora de sua prática, tal como evocado pelo princípio responsabilidade de Jonas (2006).

Por último, os dados nos permitem compreender que o processo formativo em Nutrição, especialmente, mas não só, durante a graduação, é visto pelas lideranças entrevistadas como central para ampliar a visão epistemológica de seu campo de conhecimentos e práticas e, assim, permitir a inserção da Nutrição de forma mais qualificada nas problemáticas sociais em que está implicada do ponto de vista macroestrutural, incluída aqui a questão ambiental.

Em outras palavras, as lideranças demonstraram coerência entre os desafios apontados e os argumentos que reivindicam suas respectivas superações. Mais do que isso, ao exporem suas ideias, fica evidenciada a importância que dão à questão ambiental, tanto nas linhas e entrelinhas de seus argumentos, quanto na demonstração de incômodo frente à inércia da Nutrição em debater essa temática a contento.

A falta de conhecimento adequado sobre a questão ambiental e o Antropoceno não é um problema específico da Nutrição (LATOUR, 2020) e parece configurar uma estratégia econômica de setores interessados em lucrar às custas da exploração predatória da Natureza (HARRIS, 2023). Contudo, superar a visão reducionista no campo da Nutrição, conforme reivindicam as lideranças entrevistadas e numa perspectiva crítica ao nutricionalismo (SCRINIS, 2021), certamente contribuiria muito para propiciar o ambiente adequado para este necessário conhecimento.

Não se trata de negar a dimensão biológica do alimento, mas de compreender como igualmente intrínsecos os demais componentes ligados à alimentação, incluindo o ambiental. A perspectiva trazida pelo nutricionismo estimula uma visão limitada do campo de atuação da Nutrição frente ao sistema alimentar, alienando-o, em maior ou menor grau, dos demais aspectos que envolvem o ato de comer. O fato é que a complexidade com a qual se deve interpretar os sistemas alimentares (HLPE, 2017) indica uma necessária orientação à Nutrição sobre sua inserção nas diversas dimensões que os compõem, para além dos ambientes alimentares, de forma geral, ou o consumo, de forma específica.

Essa orientação nos parece necessária quando refletimos sobre a ideia de que a alimentação deve promover a vida não só para o indivíduo que come, mas também para um sujeito ampliado, que inclua a Natureza e todas as vidas que a constituem, inclusive, mas não só, a humana, numa perspectiva bioética de cuidado para além do antropocentrismo e do individualismo (RUIZ; MACIEL, 2020; GUDYNAS, 2019; KRENAK, 2020; JONAS, 2006). Essa interpretação nos parece coerente se partirmos do pressuposto de que o modelo hegemônico de produção de alimentos é responsável, em grande medida, pelo avanço predatório do ser humano frente à Natureza e que a atribuição de contribuir com a promoção da alimentação saudável requer do nutricionista o entendimento necessário de que suas ações e orientações técnicas podem estimular ou se contrapor frontalmente a este modelo.

Nesse sentido, vislumbramos como apropriada a postura da *Dietitians of Canada* (CARLSSON; SEED; YEUDALL, 2020) de instruir os profissionais daquele país na construção de sistemas alimentares sustentáveis. O documento traz orientações gerais e específicas sobre posturas e práticas relacionadas às competências técnicas dos dietistas/nutricionistas que se alinham a esta demanda através da promoção da alimentação saudável, corroborando as ideias aqui identificadas de que a Nutrição precisa ampliar seu conhecimento sobre a questão ambiental a partir da compreensão ampliada dos sistemas alimentares.

A superação da insegurança alimentar e nutricional, apontada nesse estudo como desafio técnico prioritário, não deve ser interpretada com importância secundária para a Nutrição, tampouco está desvincilhada da problemática central deste trabalho. Ademais, no período em que as entrevistas foram realizadas, o país passava pela desestruturação das políticas de alimentação e nutrição, especialmente aquelas relacionadas à PNSAN, com consequências potencializadas pelas demandas advindas da pandemia de COVID-19 (SIPIONI et al., 2021).

As diversas manifestações de insegurança alimentar e nutricional, tanto ligadas a excessos quanto a carências nutricionais, estão intimamente relacionadas ao modo de produção de

alimentos predominante na atualidade. Superar qualquer manifestação de insegurança alimentar requer reformular a lógica do sistema alimentar hegemônico, que priva boa parcela da população do acesso a alimentos, uma vez que reforça as desigualdades socioeconômicas com impactos no campo e na cidade, ao mesmo tempo em que é responsável pela produção de alimentos que, apesar de potencialmente acessíveis, possuem péssima qualidade, tais como os ultraprocessados, cujo consumo está relacionado ao aumento do risco de mortes precoces (NILSON et al., 2023).

Nesse sentido, é importante ressaltar que as mudanças climáticas influenciam tanto para ampliarem situações de insegurança alimentar quanto para reverter melhorias em comunidades que outrora tiveram avanços em seu estado de segurança alimentar, especialmente em territórios mais vulneráveis (DASGUPTA; ROBINSON, 2022), contribuindo, de forma sinérgica com as pandemias de obesidade e desnutrição para configurar a Sindemia Global (SWINBURN et al., 2019), conforme já mencionado anteriormente.

Evidencia-se, assim, que o combate às manifestações da insegurança alimentar deve ultrapassar o mero foco na doença, conforme modelos epidemiológicos tradicionais (PRADO et al., 2011), devendo considerar, invariavelmente, a luta pela justiça ambiental, corroborando a ideia de uma Nutrição implicada em promover a alimentação saudável e adequada sob uma perspectiva ampliada.

Ainda nesta mesma direção, e conforme reivindicado pelas lideranças entrevistadas neste trabalho, urge rever o processo formativo da Nutrição para que o nutricionista esteja mais apto e simpático a se colocar nesta dita perspectiva ampliada, especialmente no que tange à questão ambiental. De acordo com os resultados apresentados, diversas foram as causas que levaram os entrevistados a sugerirem mudanças na formação em Nutrição, incluindo a necessidade de contribuir com a politização do nutricionista.

Não há como discordar da importância de sermos sujeitos politizados, que compreendem suas responsabilidades e que possam ter ciência dos efeitos de suas ações e omissões perante os problemas da vida em sociedade. Tomando as palavras de Demo (1991), o ser humano político é aquele que tem “consciência histórica”, “não aceita ser objeto” e se porta como “ator, não expectador” (p. 15) do mundo que o cerca. Na conjuntura atual do Antropoceno, o posicionamento político necessário proposto por Latour (2020), que sugere a existência de um novo ator-político, o “Terrestre” (p. 52), que supere a dicotomia esquerda-direita e direcione a humanidade a um campo possível para reorientação da vida em sociedade, nos parece contextualmente alinhado ao invocado por Demo (1991).

De fato, a premissa já amplamente debatida e consensual sobre a dimensão política da alimentação (MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016; PORTILHO; CASTAÑEDA; CASTRO, 2011), ofuscada pelos aspectos já explicitados da predominância do nutricionismo, demanda destes profissionais uma formação que os insira a contento no debate e problematize a questão ambiental como elemento central e vinculada ao exercício profissional em quaisquer áreas de atuação.

Ressalta-se que a politização do nutricionista no contexto aqui defendido sugere um profissional direcionado por uma concepção ética que supere o antropocentrismo, o individualismo e a temporalidade fincada apenas no presente, característicos das éticas tradicionais (RUIZ; MACIEL, 2020; JONAS, 2006).

Em alguma medida, a tarefa de pensarmos uma formação mais ampliada já encontra adeptos na Nutrição, inclusive alinhada às demandas de ordem ambiental (JACOB; ARAÚJO, 2020; FANZO et al., 2015). De acordo com Fanzo et al. (2015), referindo-se à necessidade de não mais ignorarmos as consequências do Antropoceno, a Nutrição precisa se entender a partir de “um novo tipo de força de trabalho que possa traçar uma agenda futura para as complexidades da nutrição” (p. 640).

No Brasil, as ideias para o alcance de competências promotoras de sistemas alimentares sustentáveis incluem importantes recomendações para um processo formativo responsivo à demanda ambiental, tais como a inserção da abordagem sobre sistemas alimentares no currículo, como componente específico e transversal, a realização de atividades práticas em comunidades e restaurantes sustentáveis, a realização de atividades pedagógicas laboratoriais envolvendo cultivo de hortas, a garantia de formação multiprofissional, a troca de experiências e o incremento a eventos e produção científica sobre a temática (JACOB; ARAÚJO, 2020).

Apesar de apresentar alguns avanços na configuração do perfil do egresso em Nutrição no país, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição (BRASIL, 2001) apresentam elementos apenas pontuais para a formação do nutricionista, não contribuindo de maneira importante para a orientação do processo formativo. A própria temática da segurança alimentar e nutricional, que entre os conteúdos dos cursos de Nutrição tende a ser o que mais implica um debate sobre questões ambientais, também se apresenta negligenciada em muitos cursos de graduação em Nutrição no país (LISBOA; FONSECA, 2020).

No momento, essas diretrizes vêm sendo rediscutidas pela categoria, com a proposição de um perfil de egresso mais alinhado às demandas macroestruturais a que a Nutrição se implica, incluindo a valorização dos sistemas alimentares sustentáveis como princípio norteador da

formação e a promoção da saúde e da alimentação saudável como elementos dependentes da noção de sustentabilidade (CNS, 2022).

Uma das consequências certamente desejadas com a revisão das diretrizes formativas do nutricionista, no sentido de contribuir com a consciência crítica sobre sua atuação e que também foi apontado como desafio ético pelas lideranças entrevistadas, refere-se a um melhor manejo das relações conflituosas entre profissionais e indústria de alimentos. É preciso reconhecer a indústria de alimentos como poderoso integrante deste sistema alimentar predatório. Ela impulsiona o nutricionismo ao moldar, em grande medida, o que se pesquisa e divulga no campo da alimentação e nutrição, além de se utilizar de seu poder econômico para influenciar fortemente a tomada de decisões no âmbito das políticas públicas, reduzindo as possibilidades de escolhas saudáveis por parte da população (SCRINIS, 2021; NESTLE, 2019).

A reivindicação de que as relações de conflito de interesses entre indústria de alimentos e nutricionistas sejam regulamentadas já vem sendo foco de debate na Nutrição e parece ter encontrado algum nível de resposta em entidades representativas da categoria. O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) publicou em 2018 o Código de Ética e de Conduta do Nutricionista, designando sete artigos a normatizarem a relação de nutricionistas com a indústria (CFN, 2018). Além disso, a Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN), organizadora do principal evento científico da área no país, desde 2015 estabelece critérios de parcerias a serem observados na organização ou apoio a eventos (ASBRAN, 2015), configurando forte contraponto a parcerias com grandes corporações alimentícias, reduzindo seu poder de influência frente aos profissionais e pesquisadores da área.

Considerações Finais

Os resultados encontrados nesse trabalho permitem inferir que as lideranças entrevistadas defendem que a Nutrição assuma sua responsabilidade frente à questão ambiental no contexto do Antropoceno, revelando a importância atribuída por elas à temática ambiental como norteadora de ações nesse campo. Os desafios e críticas levantados a partir dos temas identificados em suas falas, mesmo que não orientem objetivamente em direção à questão ambiental, denotam grande desconforto por parte das lideranças ao desvelarem a necessidade de a Nutrição e os nutricionistas ampliarem a compreensão das relações entre alimentação e as questões macroestruturais da sociedade que a atravessam, incluída aqui a questão ambiental, numa tentativa de promover uma Nutrição ampliada em contraponto ao modelo pleiteado pelo paradigma reducionista nutricional.

A despeito de diagnosticarem a ausência de debate sobre a temática ambiental no interior das discussões do campo da Nutrição, as lideranças propuseram algumas saídas, ainda na perspectiva de uma Nutrição ampliada, que vislumbram uma reforma no campo formativo do nutricionista capaz de incrementar a inclusão de todas as dimensões dos sistemas alimentares em seu campo de práticas e conhecimentos.

Por fim, vale ressaltar que, por se tratar de sujeitos, ao menos em tese, profundamente inseridos nos debates mais relevantes no campo da Nutrição e que transitam por fóruns e espaços interprofissionais e interdisciplinares onde demandas macroestruturais são discutidas, as lideranças entrevistadas configuram um segmento privilegiado para a evocação das ideias debatidas neste trabalho, de forma a demandar cautela quanto à projeção de tais percepções a todo o universo de nutricionistas do país. Contudo, se faz urgente sensibilizar toda a categoria profissional e todos os interessados no campo da Nutrição a assumir nossa responsabilidade frente à questão ambiental em nome de uma autêntica vida no futuro.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO (ASBRAN). *Portaria nº 01, de 01 de agosto de 2015*. Institui critérios para o estabelecimento de parcerias, apoios e patrocínios realizados com a ASBRAN. São Paulo/SP, 2015. Disponível em: <<https://www.asbran.org.br/storage/arquivos/PortariaPARCERIAS.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Resolução nº 5, de 7 de novembro de 2001*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. Brasília, DF, 2001. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/Nutr.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

CARLSSON, L.; SEED, B.; YEUDALL, F. *The role of dietitians in sustainable food systems and sustainable diets*. Toronto/CA: Dietitians of Canada, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS (CFN). *Resolução CFN 599, de 25 de fevereiro de 2018*. Aprova o Código de Ética e de Conduta do Nutricionista e dá outras providências. Brasília/DF, 2018. Disponível em: <<https://sisnormas.cfn.org.br:8081/viewPage.html?id=599>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). *Resolução nº 704, de 20 de outubro de 2022*. Aprova as contribuições do Conselho Nacional de Saúde à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. Brasília/DF, 2022. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes-cns/resolucoes-2022/2782-resolucao-n-704-de-20-de-outubro-de-2022>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

DASGUPTA, S.; ROBINSON, E. J. Z. Attributing changes in food insecurity to a changing climate. *Sci Rep.*, v. 12, n. 1, p. 4709, 2022.

- DEMO, Pedro. *Pobreza política*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.
- FANZO J. C. et al. Educating and training a workforce for nutrition in a post-2015 World. *Adv. Nutr.*, v. 6, p. 639-647, 2015.
- GUDYNAS, E. *Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. São Paulo: Elefante, 2019.
- HARRIS, P. G. COP27: From preventing dangerous climate change to salving loss and damage. *PLOS Clim*, v. 2, n. 1, e0000150, 2023.
- HLPE (High Level Panel of Experts). *Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security*, Rome: FAO, 2017.
- JACOB, M. C. M.; ARAÚJO, F. R. Desenvolvimento de competências para Nutrição no contexto de Sistemas Alimentares Sustentáveis. *Cienc Saúde Colet*, v. 25, n. 11, p. 4369-4378, 2020.
- JONAS, H. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.
- LATOUR, B. *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- LEWIS, S. L.; MASLIN, M. A. Defining the Anthropocene. *Nature*, n. 519, p. 171-180, 2015.
- LISBOA; C. M. P.; FONSECA, A. B. Abordagem da segurança alimentar e nutricional nos currículos das universidades federais brasileiras: principais enfoques. *Saúde Soc.*, v. 29, n. 3, e190570, 2020.
- MACHADO, P. P.; OLIVEIRA, N. R. F.; MENDES, A. N. O indigesto sistema do alimento mercadoria. *Saúde Soc.*, v. 25, n. 2, p. 505-515, 2016.
- NESTLE, M. *Uma verdade indigesta: como a indústria alimentícia manipula a ciência do que comemos*. São Paulo: Elefante, 2019.
- NILSON, E. A. F. et al. Premature deaths attributable to the consumption of ultraprocessed foods in Brazil. *Amer J Prev Med.*, v. 64, n. 1, p. 129-136, 2023.
- PORTILHO, Fátima; CASTAÑEDA, Marcelo; CASTRO, Inês R. R. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. *Cienc Saúde Colet.*, v. 16, n. 1, p. 99-106, 2011.
- PRADO, S. D. et al. Alimentação e nutrição como campo científico autônomo no Brasil: conceitos, domínios e projetos políticos. *Rev. Nutr.*, v. 24, n. 6, p. 927-937, 2011.
- RIDGWAY, E. et al. Historical developments and paradigm shifts in public health nutrition science, guidance and policy actions: a narrative review. *Nutrients*, v. 11, n.3, p. 531, 2019.
- RUIZ, C. B.; MACIEL, J. C. A ética do cuidado do outro e a bioética ambiental. *Rev. bioét.*, v. 28, n. 3, p. 440-448, 2020.
- SCRINIS, G. *Nutricionismo: a ciência e a política do aconselhamento nutricional*. São Paulo: Elefante, 2021.
- SIPIONI, M. E. et al. Máscaras cobrem o rosto, a fome desmascara o resto: COVID-19 e o enfrentamento da fome no Brasil. In: ANDRADE, M. A. C. et al. (orgs.). *Gestão e práticas em*

saúde coletiva no contexto da pandemia de COVID-19. Porto Alegre/RS: Rede Unida; Rio de Janeiro: AREA27, 2021. p. 56-72.

SWINBURN, B. A. et al. The Global Syndemic of obesity, undernutrition, and climate changes: The Lancet Commission Report. *Lancet*, n. 393, p. 781-846, 2019.

VASCONCELOS, F. A. G. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. *Rev. Nutr.*, v. 15, n. 2, p. 127-138, 2002.

VEIGA, J. E. A primeira utopia do Antropoceno. *Amb Soc*, v. xx, n. 2, p. 233-252, 2017.

5.2. ARTIGO 2

Nutrição e questão ambiental: com a palavra, as lideranças do campo da nutrição no Brasil

Nutrition and environmental issue: the nutrition field's leaderships in Brazil speak.

Marcelo Eliseu Sipioni

Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Espírito Santo.

Maria Angélica Carvalho de Andrade

Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Espírito Santo.

Resumo

O Antropoceno sugere que a ação humana representa a mais importante força geológica agindo sobre planeta, provocando mudanças climáticas e, em última análise, colocando em risco toda a vida futura. O sistema alimentar hegemônico representa um importante componente desta ação humana, dado o uso irresponsável de técnicas predatórias frente à Natureza. Estando a nutrição inserida no sistema alimentar, faz-se necessário discutir seu posicionamento e ações para mitigar seus efeitos. Este trabalho objetivou avaliar as percepções das lideranças da nutrição no Brasil sobre a questão ambiental e sua relação com o campo da nutrição. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa. Os dados foram coletados por entrevistas semiestruturadas e analisados com uso da técnica de análise temática. Os resultados demonstraram que as lideranças têm consciência sobre a emergência da questão ambiental e que a nutrição possui grande relação e responsabilidade com a temática, apesar de diferentes níveis e contrapontos a esta percepção terem sido encontrados, como a falta de conhecimento sobre o tema. Sugere-se que a nutrição, atravessada pela ideologia do nutricionismo, deve ser direcionada por uma postura ético-política adequada à emergência da questão ambiental, como propõe o Princípio Responsabilidade de Hans Jonas.

Palavras-chave: Mudanças climáticas, Sistemas alimentares, Nutrição.

Abstract

The Anthropocene suggests that human action represents the most important geological force acting on the planet, causing climate change and, ultimately, endangering all future life. The hegemonic food system represents an important component of this human action, given the irresponsible use of predatory techniques against Nature. Since nutrition is part of the food system, it is necessary to discuss its position and actions to mitigate its effects. This work aimed to evaluate the perceptions of nutrition leaderships in Brazil on the environmental issue and its relationship with the field of nutrition. This is a descriptive study with a qualitative approach. Data were collected through semi-structured interviews and analyzed using the thematic analysis technique. The results showed that the leaderships are aware of the environmental issue emergence and that nutrition has a great relationship and responsibility with this theme, although different levels and counterpoints to this perception have been found, such as the lack of knowledge on the subject. It is suggested that nutrition, permeated by the ideology of nutritionism, should be guided by an ethical-political posture suited to the emergence of the environmental issue, as proposed by Hans Jonas' Principle of Responsibility.

Keywords: Climate changes, Food Systems, Nutrition.

Introdução

A temática ambiental vem ocupando interesse e preocupações das mais diversas áreas do conhecimento, do ativismo da sociedade civil e das políticas públicas. A premissa de que estamos em uma Época, o Antropoceno, em que a ação do ser humano é a principal força geológica do planeta tem ganhado adeptos no mundo inteiro, apesar de ainda configurar uma teoria não confirmada pelas entidades internacionais da área^{1,2}.

O Antropoceno sugere que as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade que vêm ocorrendo desde a Revolução Industrial estão levando todas as formas de vida, incluindo a humana, ao risco de desaparecerem, sendo que nos últimos 50 anos a intensidade desses

acontecimentos se potencializou como consequência do desenvolvimento tecnológico em diferentes áreas de exploração econômica¹. Entre essas áreas está a produção agrícola, na perspectiva do sistema alimentar hegemônico.

Desde a chamada Revolução Verde^{3,4} até os dias atuais, o sistema alimentar hegemônico utiliza técnicas predatórias que subjagam a Natureza, numa noção de desenvolvimento utilitarista e antropocêntrica, e promove desigualdades entre os próprios humanos⁵, uma vez que se trata de um modelo de mercado, o agronegócio, que vê no alimento a mera utilidade mercadológica, típica do capitalismo^{6,7}.

Vale ressaltar que a definição de sistemas alimentares considera não só as etapas da cadeia produtiva de alimentos, mas inclui ainda as relações socioculturais, políticas e ambientais envolvidas nas dimensões de produção e consumo de alimentos⁸, nos diversos modelos de ambientes alimentares propostos⁹.

O fato é que a tecnologia utilizada pelo sistema alimentar hegemônico não só prejudica a promoção da vida como um todo no contexto atual como insinua pouca reflexão sobre a possibilidade de vida digna às gerações futuras. Desta forma, cabe-nos refletir sobre um necessário freio ético à técnica irresponsável utilizada por esse modelo de produção de alimentos a partir das proposições feitas por Jonas^{10,11} e seu Princípio Responsabilidade¹⁰.

Para este filósofo, os modelos éticos modernos pouco contribuem para esta nova face da ação humana chamada tecnologia. Segundo Jonas¹⁰, as éticas modernas sugerem princípios e imperativos apenas ao ser humano contemporâneo. Outras formas de vida não estão inclusas no domínio ético moderno, tampouco as vidas, humanas e não humanas, de gerações futuras, ameaçadas, segundo o filósofo, pelo avanço tecnológico desprovido de reflexão ética.

Jonas¹¹ considera que a técnica moderna assumiu uma postura em que cria problemas para ela mesma resolver com novos avanços tecnológicos, gerando um ciclo vicioso que desconsidera os riscos futuros frente a benefícios imediatos. Tal análise não deve sugerir que Jonas seja um

tecnofóbico. A questão é atribuir a esta nova forma de poder, a técnica moderna, uma nova ética, não para impedi-la, mas para ajudá-la a cumprir sua missão¹².

O Princípio Responsabilidade nos parece apropriado para orientar ações individuais e coletivas para frear as consequências do Antropoceno, se alinhando a outras concepções éticas que priorizam a Natureza com seu valor e dignidade próprios^{13,14} e estabelecem novas posturas na relação entre Natureza e ser humano, este último, interno, não superior a Ela^{15,16,17}. Nesse sentido, Jonas¹¹ defende que a biosfera inteira “reivindica sua parcela de respeito que se deve a tudo que é um fim em si mesmo, quer dizer, a todos os viventes” (p.55), frente ao avanço do ser humano sobre a Natureza.

Assim, as diversas dimensões do sistema alimentar deveriam se orientar pela ética jonasiana, ajustando eticamente o uso de técnicas de produção de alimentos, para o qual Jonas¹⁰ já alertara ao desenvolver sua proposta ética em 1979, e processos tecnológicos envolvidos na dimensão do consumo, incluindo estratégias industriais de produção e *marketing* de alimentos prejudiciais tanto à saúde humana^{18,19} quanto ao meio ambiente, uma vez que têm origem em métodos predatórios de produção^{4,6,18,20,21}, expondo a Natureza à geração de resíduos diversos.

Nesse sentido, ao contrário do que uma primeira análise acerca da orientação ética de Jonas sugeriria, não é só na dimensão da produção que se aplica o Princípio Responsabilidade. Nesta dimensão, as ações humanas com uso da técnica são, de fato, mais evidentes e potencialmente danosas à manutenção de uma autêntica vida no futuro. Contudo, sendo o sistema alimentar uma unidade complexa com relação sinérgica entre as dimensões que o compõem, espera-se que a tomada do Princípio Responsabilidade como norteador de posições ético-políticas ocorra igualmente em ambas as dimensões, seja entre os responsáveis técnicos, empresariais e políticos do setor de produção, seja entre os técnicos e gestores do campo do consumo, incluindo nesse nicho a nutrição.

A nutrição é, de fato, um campo de conhecimento e práticas que se alinha mais diretamente à dimensão do consumo, na qual assume suas atribuições profissionais específicas^{22,23}. Assim, o nutricionista tende a perceber sua implicação no sistema alimentar limitada a colaborar com um ambiente alimentar mais saudável. Contudo, a questão ambiental parece sugerir que os profissionais da área de nutrição devem assumir uma visão, e consequente postura, integral frente ao sistema alimentar, conforme diretrizes e princípios expostos em documentos norteadores para a promoção da alimentação adequada e saudável no país^{24,25}.

A relação intrínseca entre nutrição e questão ambiental também é evidenciada quando compreendemos a dinâmica do que vem sendo chamada de sindemia global, enfatizando a relação sinérgica entre três pandemias - obesidade, desnutrição e mudanças climáticas - e suas consequências quanto às questões alimentares no mundo, com agravamento em países mais pobres^{5,26,27}.

O envolvimento do campo da nutrição na questão ambiental se apresenta, portanto, como inevitável. Para além de pensarmos a alimentação como ato político^{28,29} e ético³⁰, devemos compreender a questão ambiental como elemento ético-político norteador da própria atuação profissional no campo da nutrição, para o qual a ética de Jonas¹⁰ pode trazer enorme contribuição.

Diversos debates já vêm sendo feitos para compreender tal relação, incluindo a temática das dietas sustentáveis^{31,32} e a inserção da ciência da nutrição no arranjo dos sistemas alimentares^{33,34,35}. Além disso, há proposições para que a formação em nutrição considere as questões ambientais frente ao Antropoceno^{36,37}.

Ressalta-se que mesmo constituída sob bases epistemológicas dos campos biológico e social³⁸, a nutrição contemporânea é hegemonicamente dominada por uma postura biocêntrica que historicamente conduz seu desenvolvimento técnico e científico e orienta suas práticas^{39,40,41}. Scrinis⁴² explica que o campo da nutrição é dominado pelo nutricionismo, ideologia que reduz

a complexidade do alimento ao seu conteúdo nutricional, e a partir desta análise limitada estabelece o nível de saúde relacionado a ele. O nutricionismo remete à despreocupação com a “qualidade de produção e processamento do alimento e de seus ingredientes”⁴² (p. 25).

Assim, chocam-se as premissas do nutricionismo⁴², que não sinaliza demanda por freio ético ao sistema alimentar hegemônico, e o Princípio Responsabilidade de Hans Jonas¹⁰, que, como apresentamos anteriormente, sugere uma análise de elevada precaução frente à possibilidade, mesmo que remota, de ameaça à vida futura.

Parece-nos urgente, no contexto apresentado até aqui, que a nutrição se norteie menos pelo nutricionismo e mais por modelos éticos que fomentem uma atuação profissional em que a Natureza seja reconhecida com dignidade e direitos próprios^{11,13,14,15}.

Para tanto, a nutrição precisa se reconhecer corresponsável pela questão ambiental junto aos mais diversos campos do conhecimento, de prática e de políticas públicas, especialmente para se contrapor ao sistema alimentar hegemônico no contexto do Antropoceno. Nesse sentido, este trabalho buscou identificar as opiniões e percepções das lideranças nacionais da nutrição no Brasil sobre a relação entre o campo da nutrição e a questão ambiental.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, que buscou analisar as impressões e interpretações das principais lideranças nacionais do campo da nutrição sobre a questão ambiental. Optamos por abordar tais atores por entendermos que, dados os espaços em que estão inseridos, representam um nicho privilegiado da área para pautar debates e orientações para a nutrição no país.

Por questão ambiental, estamos nos referindo especialmente às mudanças climáticas e à perda da biodiversidade associadas à exploração predatória da Natureza pelo ser humano, entendimento que foi apresentado aos sujeitos da pesquisa sempre que necessário.

Essas lideranças estão inseridas nos mais diversos campos de atuação e representação da nutrição no Brasil. Elas foram identificadas nos endereços eletrônicos e redes sociais das entidades a que estão vinculadas. Posteriormente, foram contatadas, prioritariamente, por e-mail e, na ausência de retorno, por outros meios eletrônicos, como aplicativos de mensagens ou redes sociais.

As entidades não serão listadas para não expor as pessoas entrevistadas, uma vez que seriam facilmente identificadas e relacionadas à sua respectiva entidade. Contudo, cabe ressaltar que este trabalho não teve interesse em buscar as opiniões das entidades, mas sim as percepções e opiniões das pessoas que hoje ocupam cargo de liderança no campo da nutrição no país, sendo orientadas, no momento da entrevista, a expressar suas ideias pessoais, sem indicar posicionamento da sua entidade.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas entre março e junho de 2022 através de videochamada via Microsoft Teams[®] versão 1.5.00. As questões buscaram indagar os entrevistados sobre suas impressões acerca das questões ambientais quanto a: a) ideias e percepções gerais que possuem sobre a temática; b) relação entre a questão ambiental e o campo da nutrição; e c) nível de prioridade que a questão ambiental deve demandar ao campo da nutrição no país. Todas as conversas foram gravadas em áudio e vídeo com a devida autorização das lideranças.

Como critério de inclusão, as lideranças deveriam ser nutricionistas e desempenharem atividade de liderança em alguma entidade nacional do campo profissional, social ou técnico-científico da nutrição. Seria excluída do estudo a liderança que não aceitasse participar da pesquisa.

Os resultados das entrevistas foram submetidos à análise temática⁴³. Optamos por tal metodologia dada sua flexibilidade aliada a um criterioso processo metodológico de construção de ideias⁴³, buscando identificar os “núcleos de sentido que compõem uma comunicação”⁴⁴ (p.

316). Trata-se de identificar temas, ou seja, elementos que captam importantes ideias num determinado campo teórico de pesquisa⁴³.

Para ilustrar e personificar as lideranças participantes deste estudo, de forma a não as expor, foram utilizadas algumas das mais importantes denominações indígenas do país. São elas: Guarani, Ticuna, Caingangue, Macuxi, Terena, Pataxó, Ianomâmi, Guajajara e Xavante.

Este trabalho atende a todas as orientações da Resolução CNS 466/2012, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP/CCS/UFES) no ano de 2022.

Resultados

Participaram da pesquisa nove lideranças do campo da nutrição em nível nacional, engajadas nos mais diversos espectros de atuação do campo da nutrição, incluindo entidades representativas da categoria profissional e estudantil e entidades do campo acadêmico e científico e de políticas públicas.

O Quadro 1 resume os temas definidos a partir do conjunto de dados obtidos pelas entrevistas, conforme apresentado abaixo.

Quadro 1: Elementos de análise e temas definidos a partir do conjunto de dados coletados junto às lideranças da área de nutrição no Brasil.

Elemento de análise	Temas definidos
Impressões gerais sobre a questão ambiental	- Necessidade de ação urgente para conter as mudanças climáticas. - Visão antropocêntrica sobre a questão ambiental. - Questão ambiental submetida a interesses econômicos e políticos. - Falta de conhecimento sobre o tema.
Relação entre nutrição e questão ambiental	- Nutrição alheia ao debate sobre as questões ambientais. - Relação limitada entre nutrição e questões ambientais. - Forte relação entre nutrição e questões ambientais.
Prioridade da questão ambiental para a nutrição	- Alta prioridade. - Média prioridade.

Fonte: Autores.

Impressões gerais sobre a questão ambiental

Ao serem solicitadas a comentar suas impressões sobre a questão ambiental, constatou-se um nível de entendimento e compromisso geral elevados pelas lideranças entrevistadas, uma vez que todas demonstraram preocupação e sugeriram ações, genéricas ou específicas, para conter o avanço das mudanças climáticas.

Tal preocupação está demonstrada em diversos trechos das entrevistas, indicando alinhamento com impressões dos movimentos ambientalistas. Este tema apareceu intensamente nesse elemento de análise, sob diversos argumentos. Abaixo, alguns trechos que o representam:

“(...) a gente precisa adotar medidas (...). Só que eu acho que essas medidas deveriam ser tomadas em menor tempo e maior proporção. Porque a gente está vendo uma série de impactos, seja nas águas, nas florestas, no próprio oxigênio que a gente respira.” (Xavante)

“(...) as mudanças climáticas são assustadoras, e a cada ano que passa isso se opera de uma forma cada vez mais intensa. E é muito mais calor, é muito mais frio, é muito mais seca. E com toda certeza, isso é o homem.” (Guajajara)

Também foi possível evidenciar elementos antropocêntricos nas ideias identificadas, em que análises sobre a temática ambiental se justificam na perspectiva de benefícios para os seres humanos, numa visão utilitarista, conforme exemplo abaixo:

“(...) se a gente não se preocupar e olhar atentamente a isso, uma hora vai acabar e, enfim, acabando os recursos acaba também a vida, não é? Porque a gente não vai sobreviver com nada. (...) se a gente não tem os recursos para fazer um alimento bom, a gente não vai ter um alimento bom, e vai acabar interferindo também na saúde do homem.” (Ticuna)

A sensibilidade quanto à emergência das mudanças climáticas, mesmo que num viés antropocêntrico, esbarra numa percepção pessimista quanto à negativa interferência de interesses políticos e econômicos sobre a questão ambiental e ao pouco conhecimento geral sobre a questão ambiental. Em diversos momentos, as lideranças constroem seus temas neste sentido, conforme trechos abaixo:

“Acho que a gente é muito pequeno frente a tudo isso. As minhas impressões é que enquanto a gente não tiver lideranças que se importem com isso (...), que tenha isso como prioridade, vai ser muito difícil resolver os nossos problemas internos. (...) No Brasil, ainda não existiu nada nem ninguém com interesse real sobre o assunto.” (Terena)

“(...) porque é uma coisa que a gente não sabe discutir, que a gente não sabe de onde vem, não sabe realmente quais são as principais causas e fica muito no achismo.” (Ticuna)

Em suma, solicitadas a comentar suas impressões sobre a questão ambiental, as lideranças do campo da nutrição demonstraram grande preocupação ao mesmo tempo em que sugerem uma postura pessimista frente à morosidade das ações em âmbito nacional e internacional, explicada pela constatação da negativa interferência de interesses econômicos e políticos e a falta de conhecimento de causas e consequências das mudanças climáticas, prejudicando potenciais ações e posicionamentos que revertam a situação.

Relação entre o campo da nutrição e a questão ambiental

Neste elemento de análise as lideranças foram estimuladas a comentar sobre a relação entre nutrição e questões ambientais. Os temas identificados foram reveladores de uma noção ampliada da nutrição com papel relevante à questão ambiental, mesmo com algumas sugestões limitadas sobre tal relação ou, como veremos, a constatação de que a nutrição está alheia ao debate.

De fato, em diversos momentos, as lideranças indicaram que a nutrição não debate o tema como deveria e que a inserção da temática deve ocorrer tanto na formação como na própria orientação para a atuação profissional. Além disso, algumas lideranças se assumem inseguras em comentar sobre o tema enquanto outras sugerem que há áreas da nutrição mais envolvidas com a temática, conforme trechos abaixo:

“(...) não é uma questão que é ditada pela nutrição. A nutricionista não tem ainda esse perfil de buscar isso. (...) Por isso que eu digo que nessa área (alimentação coletiva) acontece muito mais. Nas outras áreas eu acho que a nutricionista deveria buscar isso, e eu não vejo.” (Guarani)

“(...) hoje, eu não tenho um conhecimento tão tácito dessas questões. (...) Acho que na formação a gente ainda está muito carente disso (...) pela questão do modelo de aprendizagem que hoje a gente tem.” (Caingangue)

“(...) a gente está muito mais preocupado com a comida de fora para dentro da nossa boca, o impacto que tem no nosso organismo. Eu acho que a gente pensa menos no ambiente, no impacto do lado de fora, no que isso gera, não é? (...) se a gente não der um passo e entender que a gente precisa realmente cuidar disso tudo que está aqui fora, a gente realmente está caminhando para a extinção da nossa raça.” (Macuxi)

Mesmo com esse diagnóstico, o de que a nutrição precisa compreender mais e ampliar a discussão sobre sua relação com a questão ambiental, os temas a seguir sugerem dois tipos

diferentes de visão sobre esta relação. A primeira delas revela uma ideia limitada sobre o papel do nutricionista frente à questão ambiental, além de uma análise pontual sobre algum elemento específico do sistema alimentar hegemônico, como o uso de agrotóxicos, de forma isolada. São questões temáticas relevantes, de fato, porém, se analisadas de forma isolada e descontextualizada, não conseguem somar de forma abrangente à complexidade da emergência climática. Vejamos os trechos representativos de tais temas a seguir:

“(...) a questão do agrotóxico. É uma coisa muito séria. A quantidade de produtos liberados de forma indiscriminada e se sabendo através de inúmeros estudos dos problemas desses agrotóxicos na saúde.” (Guajajara)

“(...) tem algumas ISO que elas [as fábricas] têm que fazer parte para elas ganharem conceito e poderem exportar, por exemplo. Então, várias marcas têm um compromisso ambiental. Esse compromisso ambiental rege toda a fábrica e inclui o refeitório. Incluindo o refeitório, ele [o nutricionista] se preocupa com copos descartáveis, com resíduos, com a parte do óleo.” (Guarani)

Por outro lado, grande parte das falas das lideranças apontou para um entendimento mais ampliado da relação entre nutrição e questão ambiental, uma vez que se trata de um campo bastante implicado na formatação e nos problemas gerados pelo sistema alimentar como um todo, conforme ilustrado pelos trechos a seguir:

“(...) o nutricionista trabalha, dentro do seu objeto de ação, ele trabalha com os alimentos (...), na perspectiva da saúde do indivíduo e da saúde coletiva. (...) eu preciso compreender como e onde esse alimento é produzido. (...) Se ele é produzido com mão de obra escrava, se ele é produzido com água de esgoto, se ele é produzido com veneno, se ele é produzido de forma sustentável, se nós estamos nos preocupando se as novas e futuras gerações poderão usufruir dessa diversidade que ainda se tem hoje.” (Ianomâni)

“(...) não é da prática do nutricionista a produção dos alimentos, mas os sistemas alimentares fazem parte do contexto em que as práticas alimentares se dão, e acho que elas têm super a ver com a prática profissional do nutricionista, seja a prática alimentar de uma pessoa (...) no ambulatório, seja a prática das pessoas que estão comendo num restaurante, (...) seja os que estão numa escola e que estão sendo pautados por alguma ação educativa.” (Pataxó)

Assim, os temas identificados na relação entre o campo da nutrição e a questão ambiental pelas lideranças nacionais revelam um entendimento de que, primeiramente, a nutrição precisa ampliar e disseminar este debate para que essa relação seja percebida de forma mais abrangente pelos que compõem a área. Além disso, as lideranças sugeriram diversos elementos que estabelecem tal relação, ora numa visão pontual e limitada, ora numa visão ampliada e contextualizada aos sistemas alimentares como um todo.

Prioridade da questão ambiental para a nutrição

Questionadas sobre o nível de prioridade que a questão ambiental deveria receber do campo da nutrição, as lideranças sugeriram tanto alta quanto média prioridade.

A alta prioridade foi revelada como tema de forma mais evidente nas falas das lideranças. Contudo, observamos que, ao comentarem seu posicionamento, houve argumentos no sentido de estabelecer algum limite para tal, sugerindo haver temas mais importantes do que a questão ambiental a demandarem atenção da nutrição. Já entre os que defendem alta prioridade sem estabelecer condições, pudemos constatar o entendimento de que a dimensão ambiental é inerente à nutrição, além da defesa de que a formação deva intensificar este debate como forma de ampliar a concepção da nutrição sobre o tema. Os trechos a seguir buscam ilustrar essas ideias:

“Veja bem, eu acho que é alta (...). Mas tem outras coisas que eu vejo que são ainda um pouco mais altas do que esse processo, não é? (...) vejo que tem outras coisas na nutrição que são muito específicas e que precisa melhorar, precisa trabalhar”. (Guarani)

“(...) deveria ser alta, desde que contextualizada. Que desse sentido na discussão para todos os profissionais. (...) Porque eu acho que uma das questões da formação é dar sentido no contexto como um todo. (...) Eu conversei com o professor de dietoterapia. Ele dá câncer e dieta do câncer. (...) Mas ele não discute o que causou o câncer. (...)” (Caingangue)

“Eu trabalho com uma concepção de que a alimentação tem várias dimensões. Então, tem a dimensão do direito humano, a dimensão sociocultural, a dimensão econômica e a dimensão ambiental. (...) se a nutrição não encarar esse elemento, está fora da história, ela está vivendo num momento outro da história.” (Pataxó)

Ressalta-se ainda que tanto entre os que defendem prioridade alta quanto entre os que sugerem que há outras pautas mais importantes, foi evocada a ideia de que a atuação da nutrição se baseia na segurança alimentar e nutricional e que este conceito tem, de maneira intrínseca, a noção da sustentabilidade e da questão ambiental enquanto norteadores, conforme o trecho a seguir:

“(...) essa questão ambiental transita com a soberania e a segurança alimentar e nutricional. (...) Não há soberania e segurança alimentar e nutricional sem incentivo à agricultura familiar e não dá para incentivar a agricultura familiar sem trabalhar com a transição agroecológica.” (Ianomami)

Um segundo tema presente neste elemento de análise defende que a questão ambiental ainda não configura alta prioridade no campo da nutrição, mas sim, média caminhando para alta, sem apresentar aprofundamento, conforme apresentado abaixo:

“(...) eu não sei se alta. Eu acho que existem outras coisas que a gente também deve se preocupar. Então, ficarei entre média e alta”. (Ticuna)

Em suma, percebemos que as lideranças entrevistadas defendem que a nutrição se volte para a questão ambiental, mesmo com diferentes entendimentos sobre o nível de prioridade para isso. Os resultados obtidos nos elementos de análise anteriores podem justificar, ao menos em parte, estes achados, uma vez que houve indicação de que a nutrição precisa aprofundar seu conhecimento sobre sua relação com a questão ambiental. Mesmo assim, parece-nos evidente, a partir dos dados apresentados, que as lideranças têm buscado assumir uma postura responsável para o campo da nutrição frente à questão ambiental.

Discussão

Os resultados encontrados neste estudo reforçam o entendimento de que o campo da nutrição está profundamente ligado à questão ambiental a partir da lógica estruturante dos sistemas alimentares³⁴ e que suas lideranças nacionais, mesmo em diferentes níveis de entendimento e priorização, convergem no sentido de fomentar que a nutrição some forças para frear a destruição ambiental no contexto do Antropoceno.

Nesse sentido, as lideranças entrevistadas parecem alinhadas à ideia de que “nossas marcas estão ficando cada vez mais profundas”¹⁶ (p. 96) em nome de um progresso tecnológico que avança sem freios éticos¹¹ ao mesmo tempo em que consome qualquer vida que encontra pelo caminho¹⁶.

A percepção de que as mudanças climáticas representam um desafio global urgente está em sintonia com o debate feito em nível mundial^{45,46}. Quando buscamos identificar as motivações

para a elevada preocupação com tal emergência, apesar de não estar contida em todas as falas, percebemos ainda forte implicação antropocêntrica entre algumas lideranças.

A visão antropocêntrica nesse contexto busca reverter os impactos ambientais para benefício humano, numa noção utilitarista frente à Natureza. Para avançarmos no entendimento de nossa responsabilidade frente à questão ambiental, faz-se necessário e urgente delegar à Natureza seu direito e valores próprios, devendo ser protegida independentemente de benefícios ao humano^{11,13,14,15,16}. Ao submetermos a Natureza à apreciação utilitarista do ser humano, sobressaem-se os interesses econômicos em prol de um dito desenvolvimento sustentável, conceito que teve seu significado comprometido pela lógica de mercado que se atribuiu a ele nas últimas décadas^{1,13,15}.

Esse elemento de análise dialoga com a percepção, por parte das lideranças da nutrição, de que os interesses econômicos e políticos se sobrepõem aos interesses globais demandados pelos desafios da emergência climática. Apesar de podermos identificar algum avanço nos debates internacionais em torno das mudanças climáticas, há atores politicamente e economicamente influentes que sugerem manter os níveis atuais de queima de combustíveis fósseis, interferindo fortemente nas negociações globais⁴⁷. Não se pretende aqui cair na armadilha da dicotomia entre esquerda e direita sobre o debate ambiental. Mesmo que a teoria marxista seja eficiente em explicar as bases da alienação da sociedade frente ao modelo de produção nefasto do ponto de vista ambiental e social^{6,7}, o arranjo de uma sociedade pós-capitalista suposta pela utopia marxista não sinaliza necessariamente uma demanda reduzida pela exploração da Natureza^{10,48,49}. Nesse sentido, faz-se necessária uma nova orientação política frente ao Antropoceno⁴⁹ que não seja pautada por velhos dilemas, mas que “busque extrapolar certas emoções políticas na direção de novos objetos” (p. 11).

Ademais, para posicionar a questão ambiental no contexto político em nível mundial, há de se considerar a necessidade de que os conhecimentos relativos às causas e consequências de tais

problemas sejam ampliados. Neste trabalho, as lideranças da nutrição demonstraram preocupação com a falta de conhecimento geral sobre o tema, especialmente entre os atores que compõem o campo da nutrição.

Há muito interesse em alimentar desinformação ou ocultar informações verdadeiras sobre mudanças climáticas para a população⁴⁹. Desta forma, o debate sobre a questão ambiental deve ser fomentado em nível populacional, ressaltando o importante papel da educação ambiental, desde que ressignificada para além de análises simplistas sobre o tema⁵⁰.

Já no campo da nutrição, não há motivos para que o tema não seja mais intensamente debatido, dada sua emergência. A nutrição está fortemente implicada a demandas globais atuais, como a sindemia global²⁶ e a Agenda 2030⁵¹, além de constar nos documentos norteadores da profissão diversas menções que levam em conta a questão ambiental^{23,52}.

Ainda assim, nesse espectro de análise, as lideranças também sugeriram que a nutrição tende a negligenciar sua própria relação com a questão ambiental. De fato, trata-se de um campo, como tantos na área da saúde, em que predomina a relevância do discurso biocêntrico^{39,40}. Na nutrição, a ideologia do nutricionismo⁴² tende a alienar profissionais e população de um entendimento mais complexo do sistema alimentar, devendo, portanto, ser substituída por posturas ético-políticas que estimulem a responsabilidade da nutrição neste contexto, a exemplo do princípio ético proposto por Jonas¹⁰.

Essa responsabilidade não deve ser assumida sob uma noção fraca de sustentabilidade¹³, em que o papel da nutrição se limita a ações pontuais de redução de danos⁵³, mas deve se projetar tanto no campo de práticas³⁵ como no da formação^{36,37} em prol da compreensão integral e proposição de ações ampliadas frente à complexidade do sistema alimentar.

A questão ambiental requer ações urgentes, com alta prioridade. Afinal, as previsões frente ao Antropoceno sugerem que as gerações futuras já estão ameaçadas pelos problemas ambientais atuais, ao passo que a geração atual já sente os efeitos das mudanças climáticas em nível global,

com potencial agravamento em países pobres e dependentes da agricultura⁴⁷. Entre as lideranças entrevistadas, a percepção de que a nutrição possui prioridades mais altas que a questão ambiental parece refletir a já discutida desinformação⁴⁹ e, em algum nível, um otimismo por parte de parcela considerável da humanidade. A premissa básica nos parece simples: como não priorizar algo que, em última análise, determinará a própria existência da humanidade num futuro próximo?

Parece-nos mais uma vez inequívoco argumentar que a nutrição inclua o Princípio Responsabilidade de Hans Jonas¹⁰ como norteador de sua postura ético-política, definindo a questão ambiental como central para este campo, ressaltando sua premissa de precaução frente a toda guinada tecnológica carente de freios éticos nas diversas dimensões do sistema alimentar.

Considerações Finais

O sistema alimentar hegemônico, com seu aparato tecnológico e consequente modelo predatório com que avança sobre (ou contra) a Natureza, configura entre os grandes determinantes das mudanças climáticas e perda da biodiversidade em nível global, subsidiando uma teoria cada vez mais aceita de que vivemos em uma época em que a ação do ser humano configura a força geológica mais potente do planeta. A nutrição como campo de conhecimentos e práticas com profunda relação com os sistemas alimentares é convocada a assumir sua responsabilidade frente à questão ambiental. Para isso, deve se orientar por uma concepção ético-política que permita se compreender intensamente implicada no necessário movimento global para frear as mudanças climáticas.

Os achados deste trabalho nos permitem afirmar que, ao menos entre as lideranças do campo da nutrição brasileira, essa responsabilidade já vem sendo assimilada, dada a compreensão que demonstraram ter sobre a forte relação da nutrição com a questão ambiental. Contudo, diversos

problemas ainda precisam ser enfrentados, conforme também apontam os resultados, tais como o incipiente nível de conhecimento da área sobre a questão ambiental.

Além disso, é importante frisar que este trabalho foi constituído a partir das percepções de representantes engajados no campo da nutrição, o que sugere potencialmente níveis mais avançados de compreensão da realidade e do estado da arte da nutrição no país, não sendo possível, por óbvio, extrapolar tais percepções a todos os profissionais da área.

Referências

1. Veiga JE. A primeira utopia do Antropoceno. *Amb Soc.* 2017; xx(2):233-252.
2. Lewis SL, Maslin MA. Defining the Anthropocene. *Nature* 2015; 519:171-180.
3. Pompeia C. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Elefante; 2021.
4. Maluf RSJ. *Segurança Alimentar e Nutricional*. Petrópolis/RJ: Vozes; 2007.
5. Salles-Costa R, Ferreira AA, Castro Junior P, Burlandy L. *Sistemas alimentares, fome e insegurança alimentar e nutricional no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2022.
6. Machado PP, Oliveira NRF, Mendes AN. O indigesto sistema do alimento mercadoria. *Saúde Soc.* 2016; 25(2):505-515.
7. McMichael P. *Regimes alimentares e questões agrárias*. Midori S. tradutora. São Paulo, Porto Alegre: UNESP, UFRGS; 2016.
8. High Level Panel of Expert on Food Security and Nutrition. Food losses and waste in the context of sustainable food systems. *A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security*. Rome: FAO; 2014.
9. Mendes LL, Pessoa MC, Costa BVL. Ambiente alimentar: tópicos iniciais e principais modelos conceituais. In: Mendes LL, Pessoa MC, Costa BVL., organizadoras. *Ambiente alimentar: saúde e nutrição*. Rio de Janeiro: Rubio; 2022. p.1-10.
10. Jonas H. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio; 2006.
11. Jonas H. *Técnica, medicina e ética: sobre a prática do princípio responsabilidade*. São Paulo: Paulus; 2013.
12. Oliveira JR. Para uma ethical turn da tecnologia: por que Hans Jonas não é um tecnofóbico? *Trans/Form/Ação* 2022; 45(2):191-206.
13. Gudynas E. *Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. São Paulo: Elefante; 2019.
14. Lourenço DB. *Qual o valor da natureza? Uma introdução à ética ambiental*. São Paulo: Elefante; 2019.
15. Krenak A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras; 2020.

16. Krenak A. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras; 2020.
17. Kopenawa D, Albert B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras; 2015.
18. Johns P. Food systems and health: prospects for hope in the Brazilian chaos? *Development* 2020; 63:285-290.
19. Nestle M. *Uma verdade indigesta: como a indústria alimentícia manipula a ciência do que comemos*. São Paulo: Elefante; 2019.
20. Ribeiro H, Jaime PC, Ventura D. Alimentação e sustentabilidade. *Est Avançados* 2017; 31(89):185-198.
21. Carneiro FF, Rigotto RM, Augusto LGS, Friedrich K, Búrigo AC, organizadores. *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular; 2015.
22. Brasil. Lei nº 8.234 de 17 de setembro de 1991. Regulamenta a profissão de nutricionista e determina outras providências. *Diário Oficial da União* 1991; 18 set.
23. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução 600 de 25 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 2018; 20 abr.
24. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas*. Brasília: MDS; 2012.
25. Brasil. Ministério da Saúde. Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição. *Guia Alimentar para a População Brasileira*. 2ª ed. Brasília: MS; 2014.
26. Swinburn BA, Kraak VI, Allender S, Atkins V., Baker PI, Bogard JR, Brinsden H, Calvillo A, Schutter O, Devarajan R, Ezzati M, Friel S, Goenka S, Hammond RA, Hastings G, Hawkes C, Herrero M, Hovmand PS, Howden M, Jaacks LM, Kapetanaki AB, Kasman M, Kuhnlein HV, Kumanyika SK, Larijani B, Lobstein T, Long MW, Matsudo VKR, Mills SDH, Morgan G, Morshed A, Nece PM, Pan A, Patterson DW, Sacks G, Shekar M, Simmons GL, Smit W, Tootee A, Vandevijvere S, Waterlander WE, Wolfenden L, Dietz WH. The Global Syndemic of obesity, undernutrition, and climate changes: The Lancet Commission Report. *Lancet* 2019; 393:781-846.
27. Marchioni DML, Carvalho AM. Sistemas alimentares, mudanças climáticas e saúde pública. In: Marchioni DML, Carvalho AM, organizadoras. *Sistemas alimentares e alimentação sustentável*. Santana do Parnaíba/SP: Manole; 2022. p. 77-89.
28. Rebrovick T. The politics of diet: “eco-dietetics”, neoliberalism, and the history of dietetic discourses. *Pol Res Quart.* 2015; 68(4):678-689.
29. Portilho F, Castañeda M, Castro IRR. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. *Ciênc Saúde Colet.* 2011; 16(1):99-106.
30. Fanzo J., Hood A, Davis C. Eating our way through the Anthropocene. *Phys Beh.* 2020; 222:e112929.
31. Triches RM. Sustainable diets: definition, state of the art and perspectives for a new research agenda in Brazil. *Ciênc Saúde Colet.* 2021; 26(5):1833-1846.
32. Triches RM. Dietas saudáveis e sustentáveis no âmbito do sistema alimentar no século XXI. *Saúde Debate* 2020; 44(126):881-894.

33. Nunes-Galbes NM, Giatti LL. Construção e desafios de sistemas de pensamento na ciência da Nutrição: do reducionismo ao sistêmico. In: Marchioni DML, Carvalho AM, organizadoras. *Sistemas alimentares e alimentação sustentável*. Santana do Parnaíba/SP: Manole; 2022. p. 3-18.
34. High Level Panel of Expert on Food Security and Nutrition. *Nutrition and food systems: a report by High Level Panel of Expert on Food Security and Nutrition*. Rome: FAO; 2017.
35. Carlsson L, Seed B, Teudall F. *The role of dietitians in sustainable food systems and sustainable diets*. Toronto, Canada: Dietitians of Canada; 2020.
36. Fanzo JC, Graziose MM, Kraemer K, Gillespie S, Johnston JL, Pee S, Monterrosa E, Badham J, Bloem MW, Dangour AD, Deckelbaum R, Dobermann A, Fracassi P, Hossain SMM, Ingram J, Jerling JC, Jones CJ, Jap SI, Kiess L, Marshall Q, Martin K, Narayan A, Amuyunzu-Nayamongo M, Pepping F, West KP. Educating and training a workforce for nutrition in a post-2015 World. *Adv. Nutr.* 2015; 6:639-647.
37. Jacob MCM, Araújo, FR. Desenvolvimento de competências para Nutrição no contexto de Sistemas Alimentares Sustentáveis. *Cienc Saúde Colet.* 2020; 25(11):4369-4378.
38. Vasconcelos FAG. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. *Rev. Nutr.* 2002; 15(2):127-138.
39. Bosi MLM. *A face oculta da nutrição: ciência e ideologia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, Ed. UFRJ; 1988.
40. Prado SD, Bosi MLM, Carvalho MCVS, Gugelmin SA, Mattos RA, Camargo Jr, KR, Klotz J, Delmaschio KL, Martins MLR. Alimentação e nutrição como campo científico autônomo no Brasil: conceitos, domínios e projetos políticos. *Rev. Nutr.* 2011; 24(6):927-937.
41. Kraemer FB, Prado SD, Ferreira FR, Carvalho MCVS. O discurso sobre alimentação saudável como estratégia de biopoder. *Physis Revista de Saúde Coletiva* 2014; 24(4):1337-1359.
42. Scrinis G. *Nutricionismo: a ciência e a política do aconselhamento nutricional*. São Paulo: Elefante; 2021.
43. Braun V, Clarke V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology* 2006; 3(2):77-101.
44. Minayo MCS. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12ª ed. São Paulo: Hucitec; 2010.
45. Food and Agriculture Organization of the United Nations. *FAO strategy on climate change 2022-2031*. Rome: FAO; 2022.
46. Artaxo P. As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. *Estudos Avançados* 2020; 34(100): p. 53-66.
47. Harris PG. COP27: From preventing dangerous climate change to salving loss and damage. *PLOS Clim* 2023; 2(1): e0000150.
48. Mason J, KASSAM L. Agriculture planted the seeds of the alienation from nature. In: Kassam A, Kassam A editors. *Rethinking food and agriculture*. UK: Woodhead Publishing; 2020.
49. Latour B. *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo; 2020.

50. Lima GFC, Torres MBR. Uma educação para o fim do mundo? Os desafios socioambientais e o papel da educação ambiental em contextos escolarizados. *Educar em Revista* 2021; 37: e778189.
51. Burigo AC, Porto MF. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de sindemia: da vulnerabilização à transformação necessária. *Cienc. Saúde Colet.* 2021; 26(10): p. 4411-4424.
52. Conselho Federal de Nutricionistas. *Resolução 599 de 25 de fevereiro de 2018*. Aprova o Código de Ética e de Conduta do Nutricionista e dá outras providências. Diário Oficial da União 2018; 20 abr.
53. Naves CCD, Recine E. A atuação profissional do nutricionista no contexto da sustentabilidade. *Demetra* 2014; 9(1):121-136.

5.3. ARTIGO 3

Responsabilidade ética do campo da alimentação e nutrição frente à questão ambiental

Marcelo Eliseu Sipioni

Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Centro de Ciência da Saúde, Universidade Federal do Espírito Santo (PPGSC/CCS/UFES)

Maria Angélica Carvalho Andrade

Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Centro de Ciência da Saúde, Universidade Federal do Espírito Santo (PPGSC/CCS/UFES)

Resumo

Este ensaio parte da premissa de que vivemos no Antropoceno, na qual a ação humana configura a força geológica mais influente sobre as mudanças climáticas. O aparato tecnológico assumido pelos sistemas alimentares representa um importante elemento deste avanço humano sobre a Natureza, carecendo de urgentes freios éticos. Assim, nos escoramos no Princípio Responsabilidade de Hans Jonas, que preconiza uma rigorosa análise ética sobre o uso de tecnologias, numa perspectiva contra-antropocêntrica, e inserimos o campo da alimentação e nutrição nesse debate, defendendo a necessidade de reorientar sua premissa ético-política, subvertendo a hegemonia do nutricionismo, norteador secular das ações neste campo. Apesar de compreendermos as limitações em substituir posturas hegemônicas em quaisquer áreas, esperamos que este trabalho se some aos diversos movimentos já existentes para situarmos a alimentação e nutrição como relevante campo no contexto do Antropoceno.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; sistemas alimentares; ética; alimentação e nutrição; alimentação sustentável.

Ethical responsibility of food and nutrition field in front of the environmental issue

Abstract

This essay starts from the premise that we live in the Anthropocene, in which human action becomes the most influential geological force on climate change. The technological apparatus assumed by food systems represents an important element of this human advance over Nature, lacking urgent ethical restraints. In this sense, we base ourselves on Hans Jonas' Principle of Responsibility, which advocates a rigorous

ethical analysis of the use of technologies, in a counter-anthropocentric perspective, and we insert the field of food and nutrition in this debate, defending the need to reorient its ethical-political premise, subverting the hegemony of nutritionism, secular guide of actions in this field. Despite understanding the limitations in replacing hegemonic postures in any areas, we hope that this work adds to the various already existing movements to situate food and nutrition as a relevant field in the context of the Anthropocene.

Keywords: Climate changes; food systems; ethics; food and nutrition; sustainable food.

Responsabilidad ética del campo de la alimentación y nutrición frente al problema ambiental

Resumen

Este ensayo parte de la premisa de que vivimos en el Antropoceno, en la que la acción humana es la fuerza geológica más influyente en el cambio climático. El aparato tecnológico asumido por los sistemas alimentarios representa un elemento importante de este avance humano sobre la Naturaleza, carente de urgentes frenos éticos. Así, nos basamos en el Principio Responsabilidad de Hans Jonas, que aboga por un riguroso análisis ético del uso de las tecnologías, en una perspectiva contraantropocéntrica e insertamos el campo de la alimentación y nutrición en este debate, defendiendo la necesidad de reorientar su premisa ético-política, subvirtiendo la hegemonía del nutricionismo, guía secular de acciones en este campo. A pesar de comprender las limitaciones de remplazar posturas hegemónicas en cualquier ámbito, esperamos que este trabajo se sume a los diversos movimientos existentes para situar la alimentación y nutrición como un campo relevante en el contexto del Antropoceno.

Palabras claves: Cambios climáticos; sistemas alimentarios; ética; alimentación y nutrición; alimentación sostenible.

Introdução

Desde meados do século XVIII, com a Revolução Industrial e os avanços tecnológicos que desde então a constituíram, o ser humano avança sobre a Natureza de forma

predatória. Após a Segunda Guerra Mundial, esse avanço se potencializou e permitiu que a comunidade científica sugerisse que uma nova Época geológica estava em vigor, substituindo o Holoceno. Enquanto neste as transformações do ecossistema aconteciam lenta e gradualmente, próximas ao equilíbrio, no atual momento geológico as tais transformações são impulsionadas por um agente interno à Natureza, o ser humano, caracterizando a atual Época geológica, o Antropoceno (LATOUR, 2020a; LEWIS; MASLIN, 2015; VEIGA, 2017).

A despeito de o Antropoceno não ser oficialmente reconhecido enquanto época, os efeitos da ação humana sobre a Terra e suas consequências já estão consolidados (LEWIS; MASLIN, 2015). Também não há dúvidas de que esse processo tomou proporções ainda maiores a partir da segunda metade do século XX, afetando importantes ciclos biogeoquímicos, gerando impactos no equilíbrio do que vem sendo chamado sistema Terra (VEIGA, 2017) e provocando importantes questionamentos a respeito da relação entre ser humano e Natureza (LATOUR, 2020a, 2020b).

A premissa cartesiana de que somos externos e superiores à Natureza, e que por isso podemos e devemos dominá-la, alavancou nosso impulso predatório e a lógica científica de superioridade das ciências naturais, isenta de hermenêutica crítica, e perpetuou uma postura ética antropocêntrica que enviesou qualquer tentativa anterior de subverter a noção hierárquica com a qual nos relacionamos com as outras formas de vida (GUDYNAS, 2019; JONAS, 2006; SANTOS, 1989). É evidente que o humano do qual deriva o termo Antropoceno não se configura universal, como nos lembra Latour (2020a), mas “deve ser dividido em vários povos distintos, dotados de interesses contraditórios” (p.197). Contudo, enquanto problema global, trata-se aqui de assumirmos o que Jonas (2006) chama de responsabilidade enquanto princípio ético frente ao risco iminente que se apresenta à vida sobre a Terra, independentemente de responsabilidade individual.

Mesmo assumindo a premissa de que a responsabilidade frente ao desafio do Antropoceno deva ser de todos os setores da sociedade, nos limitaremos aqui a tentar contribuir com o debate específico para o campo da alimentação e nutrição.

Se os contornos sobre a alimentação na atualidade, hegemonicamente dominados por um sistema alimentar predatório frente à Natureza, reforçam as consequências do Antropoceno (FANZO; HOOD; DAVIS, 2020), e se considerarmos a evidência de que vivemos uma Sindemia Global que implica diretamente o campo da alimentação e nutrição no debate sobre mudanças climáticas (SWINBURN *et al.*, 2019), nos resta

defender que este campo possui papel indiscutivelmente relevante nessa tarefa, envolvido completamente com a temática da alimentação, incluindo seus determinantes e as consequências individuais e coletivas no padrão alimentar predominante na sociedade.

Longe de estarmos diante de um campo inerte ou insensível à questão ambiental, grande parte dos profissionais, pesquisadores, entidades de classe e gestores do campo da alimentação e nutrição estão atentos e militando em prol de sistemas alimentares sustentáveis. A pretensão aqui é refletir sobre alguns elementos teóricos e conceituais que possam colaborar com o direcionamento de ações, individuais e institucionais, pautadas por uma postura ético-política em que a questão ambiental se sobressaia.

Apesar de o campo da alimentação e nutrição ser inevitavelmente interdisciplinar, é certo que a nutrição e o nutricionista merecem destaque nesse tipo de análise. Em nível mundial, esse movimento já vem ocorrendo e o debate sobre o papel do nutricionista frente ao Antropoceno vem sendo aprofundado de maneira importante, tanto no meio acadêmico, quanto político-institucional (CARLSSON; CALLAGHAN; BROMAN, 2019; CARLSSON; SEED; YEUDALL, 2020; FANZO *et al.*, 2015; FANZO; HOOD; DAVIS, 2020). Além disso, o debate sobre dietas sustentáveis e o papel da nutrição na mudança de sistemas alimentares há algum tempo já vem sendo pautado por organismos internacionais (HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION, 2017). Para avançarmos nesse sentido, a nutrição demanda o desenvolvimento de habilidades e competências que alicercem a atuação de sua categoria profissional nessa nova conjuntura (FANZO *et al.*, 2015; JACOB; ARAÚJO, 2020).

A postura técnica historicamente centrada no paradigma biomédico nutricional (BOSI, 1988; PRADO *et al.*, 2011; SCRINIS, 2021; VIANA *et al.*, 2017) e a postura ética antropocêntrica frente à Natureza, característica da sociedade contemporânea, devem ser superadas por uma visão cosmológica que abranja a integralidade da relação entre ser humano e Natureza, numa perspectiva ética ambiental que demande uma compreensão ampliada de mundo e que outorgue à Natureza seu direito próprio à existência e dignidade, assim como postula, desde sempre, o pensamento ameríndio (GUDYNAS, 2019; KOPENAWA; ALBERT, 2015; KRENAK, 2020a, 2020b). Tendo como base tais premissas, o presente ensaio busca problematizar a responsabilidade do campo da alimentação e nutrição frente à questão ambiental, de

forma a sugerir uma premissa ético-política para os interessados e implicados na área. Iniciaremos por debater o sistema alimentar hegemônico e as consequências de seu aparato tecnológico. Em seguida, apresentaremos o Princípio Responsabilidade de Hans Jonas (1903-1993) como orientação ética em contraponto ao sistema alimentar hegemônico. Por fim, defenderemos que o campo da alimentação e nutrição, de forma geral, e o nutricionista, de forma específica, se pautem pelo princípio da ética da responsabilidade jonasiana como norteador de seu campo de práticas e de conhecimento.

A tecnologia a serviço do sistema alimentar hegemônico

De acordo com o High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition (2014), vinculado à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, sistemas alimentares

(...) compreendem todos os elementos (recursos naturais, humanos, insumos, infraestrutura, instituições, produtos, etc.) e atividades relacionadas à produção, processamento, distribuição, preparo e consumo de alimentos, assim como as consequências de tais atividades, incluindo impactos socioeconômicos e ambientais (p. 29).

Tratamos de sistemas alimentares, no plural, para salientar as possíveis formas com que se configuram suas diversas tipologias, que vislumbram formas modernas, tradicionais ou mistas em seu arranjo, impactando significativamente o ambiente alimentar e a cadeia de abastecimento alimentar em que se inserem (HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION, 2017). Em outras palavras, os sistemas alimentares podem definir, em maior ou menor grau, o padrão alimentar ao estabelecerem o que será cultivado, processado, disponibilizado e acessível (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2013). Desta forma, a existência de um modelo hegemônico de sistema alimentar estabelece padrões de produção e consumo de alimentos também hegemônicos.

Tal constatação nos permite inferir a evidente complexidade envolvida no simples ato de levar comida à boca, sugerindo ser perpassado por componentes de diversas ordens e, por isso, um ato político (MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016; PORTILHO; CASTAÑEDA; CASTRO, 2011; REBROVICK, 2015). Ao refletirmos sobre o que comemos, nos damos conta do caráter globalizado que possui o sistema alimentar hegemônico, dominado por transnacionais, e que exerce o que Azevedo

(2017) chama de “agrobiopoder” (p. 287), ameaçando não só a soberania alimentar, mas influenciando também aspectos socioculturais e causando enormes impactos socioambientais que se apresentam, agudamente, em nível local, mas cada vez mais figuram o centro do debate acerca das mudanças climáticas em nível mundial.

O sistema alimentar hegemônico se desenvolveu sob uma perspectiva clássica da modernidade, tendo como momento de inflexão a chamada “Revolução Verde”, que chega ao Brasil entre os anos 1960 e 1970. A partir de seu advento, tecnologias de produção passaram a ser cada vez mais incorporadas à produção agrícola, sob a argumentação de que a produção de alimentos precisava aumentar para suportar o crescimento populacional e, desta forma, mitigar a fome (POMPEIA, 2021), ignorando a denúncia científica, social e política feita por Josué de Castro (2008) anos antes de que a fome tinha origem nas desigualdades sociais e no desinteresse político, especialmente quanto a uma autêntica reforma agrária.

Os efeitos da Revolução Verde são sentidos até hoje na essência do sistema alimentar, sendo o uso de técnicas extremamente agressivas à Natureza a sua grande marca, alienando-a de valor ético (MASON; KASSAM, 2020). Assim, evidenciam-se o uso cada vez maior de agrotóxicos, a manipulação genética de sementes, o manejo agressivo do solo, com uso de adubos químicos e exploração indevida de sua capacidade, a exposição de alimentos a agentes químicos de amadurecimento forçado ou para ampliação do prazo de validade, o uso abusivo de aditivos alimentares, baratos e de baixa qualidade, para preservar o alimento industrializado, além de atribuir a ele sabores, odores, cores e texturas artificiais, acarretando a disponibilização de produtos industriais alimentícios de péssima qualidade nutricional à população (CARNEIRO *et al.*, 2015; MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016; MALUF, 2007; RIBEIRO; JAIME; VENTURA, 2017).

Diante do emprego irresponsável desse aparato tecnológico, o sistema alimentar hegemônico, além dos prejuízos ambientais crescentes, produz muitas incertezas quanto à segurança dos alimentos a ele atribuídos, ocasionando aumento da prevalência de doenças crônicas de ordem alimentar (PINEDA *et al.*, 2023). Apostas atuais na “agricultura 4.0” reconhecem no dito “agronegócio sustentável” uma importante evolução dos modelos tecnológicos anteriores utilizados na produção de alimentos, ao mesmo tempo em que subjagam a inserção da agricultura familiar no acesso a essas tecnologias (VIOLA; MENDES, 2022). Mesmo assim, a lógica sugerida por essa nova fase da agricultura ainda nos parece bastante alinhada a um

modelo de sustentabilidade fraca, conforme classificação sugerida por Gudynas (2019).

O fato é que a ideia de sistema alimentar carrega consigo os diferentes modelos de sociedade em disputa e sua concepção hegemônica representa sua assimilação pela lógica do mercado, imputando ao alimento a mera categoria de “mercadoria” (MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016), tanto na produção quanto no consumo, sob forte influência da indústria, que interfere de maneira decisiva nas pesquisas da área e define o que é “saúdável” (NESTLE, 2019).

O argumento de que produz alimento para a sociedade é utilizado como respaldo para o avanço predatório do sistema alimentar hegemônico sobre a Natureza, de forma a significar uma importante ameaça à vida em suas diversas possibilidades no Planeta. Tal noção integra uma postura antropocêntrica e utilitarista na qual são atribuídos à Natureza valores úteis aos humanos, especialmente valores econômicos (GUDYNAS, 2019).

Soma-se a essa postura o caráter não universalista do sistema alimentar hegemônico, conforme debatido por Krenak (2020b), para quem vivemos um tempo dominado por uma tecnologia duplamente excludente. Além de excluir a Natureza, ao tentar dominá-la, também exclui e se impõe frente a populações que optaram por outras formas de vida e cosmologias. Segundo o pensador indígena, esses “quase humanos” são, então, “tirados de cena, por epidemias, pobreza, fome, violência dirigida” (p. 70).

Em outra passagem, ressalta o pensador indígena (KRENAK, 2020a):

“Os seres que são atravessados pela modernidade, a ciência, a atualização constante de novas tecnologias, também são consumidos por elas. Essa ideia me ocorre a cada passo que damos em direção ao progresso tecnológico: estamos devorando alguma coisa por onde passamos. Aquela orientação de pisar suavemente na terra de forma que, pouco depois de nossa passagem, não seja mais possível rastrear nossas pegadas está se tornando impossível: nossas marcas estão ficando cada vez mais profundas” (p. 95-96).

Em suma, parece-nos bastante evidente que o sistema alimentar hegemônico fundamenta sua lógica de funcionamento em um desenvolvimentismo antropocêntrico, transformando o alimento em mercadoria e promovendo a devastação ambiental para garantir retorno econômico a poucos donos dos processos de produção. Para tanto, utiliza um aparato tecnológico que expõe a Natureza, na perspectiva do Antropoceno, em todas as manifestações da vida que representa, ao risco de desaparecimento.

Com base em tais premissas, defendemos a necessidade de atribuir freios éticos à evolução da técnica tal como está dada hoje em todas as áreas de exploração humana sobre a Terra, mas aqui, em particular, às técnicas utilizadas em quaisquer das dimensões do sistema alimentar. Não se trata simplesmente de negar a técnica moderna e suas importantes contribuições para a vida em sociedade, mas, sim, conforme sugere Hui (2020), de debater futuros tecnológicos distintos dos que se anunciam, numa noção que alinha o cosmos e a moral por meio da atividade técnica, denominado pelo autor de cosmotécnica.

Nesse sentido, entendemos que a obra de Hans Jonas contribui enormemente com a análise de prudência, de forma a sugerir que seu imperativo ético, o Princípio Responsabilidade, possa direcionar gestores públicos e produtores, além dos diversos profissionais, pesquisadores e instituições envolvidos no sistema alimentar para a adoção de ideias e condutas que possam mitigar as consequências do Antropoceno e permitir uma perspectiva menos pessimista para a vida no futuro.

Hans Jonas e uma ética para o futuro

Hans Jonas nasceu na Alemanha, em 1903, mas foi nos Estados Unidos que escreveu suas principais obras, após fugir do Holocausto alemão, e onde faleceu em 1993. Sua vida atravessa praticamente todo o século XX, de forma que sua produção intelectual reflete a complexidade e a intensidade das transformações sociais deste período (OLIVEIRA, 2014).

Para fundamentar sua proposta ética, Jonas (2006) critica as premissas éticas tradicionais que, segundo o filósofo, estão fincadas numa perspectiva temporal e circunstancial – aqui e agora – com objetivo e imutabilidade curtos, direcionadas apenas às ações entre humanos. Sendo assim, Jonas define a ética tradicional como antropocêntrica, voltada para um “homem” cuja essência subjetiva era constante e cujo universo moral reside no contemporâneo (JONAS, 2006).

Contrariando premissas éticas tradicionais, Jonas (2006) sugere, então, um novo imperativo categórico: “Aja de modo a que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra” (p. 47).

A crítica de Jonas centrada nas posturas éticas antropocêntricas tem como base a premissa de que nenhuma delas comporta a mais evidente e perigosa fonte de poder e liberdade humanos: a técnica moderna. Nesse sentido, para dar freios à técnica,

Jonas propõe uma ética consequencialista, por não se limitar ao julgamento de resultado de ações, mas de previsões sobre as ações, de forma a evitar aquelas que tendem a ser danosas (JONAS, 2006, 2013). A premissa básica da ética proposta por Jonas (2006) é a de que devemos promover a manutenção do mundo tal como o encontramos para permitir a continuidade da existência de vida no futuro. Assim, a técnica moderna apresenta-se como ameaça a esta premissa, gerando uma obrigação prática frente ao futuro da humanidade e uma decisão de ação no presente. O problema não é a técnica em si, mas sua dinâmica processual assumida na modernidade. Se a técnica pré-moderna era caracterizada por uma constância no fazer técnico, tendendo a um equilíbrio entre necessidade e os meios apropriados para saná-la, a técnica moderna rompe com tal equilíbrio e se apresenta ao campo filosófico como objeto profícuo de reflexão por não se contentar com qualquer nível de estabilidade, mas buscar sempre avançar “outros passos em todas as direções possíveis” (JONAS, 2013, p.30). O autor ressalta, nesse sentido, que a técnica moderna carece de linearidade entre meios e fins em suas ações, uma vez que promove um círculo vicioso entre elaboração e solução de problemas a partir de novos inventos tecnológicos. A “revolução verde” é apresentada pelo filósofo como exemplo desta concepção (JONAS, 2013, p. 33), uma vez que se apresenta como revolução tecnológica na agricultura que trouxe diversos problemas que a própria técnica tenta sanar.

Compreendendo, portanto, a técnica moderna como uma nova forma de manifestação de poder humano, Jonas, longe de ser um tecnofóbico, defende uma “ética nova, capaz de alcançar os desafios que advêm desses novos poderes, não para impedi-los, mas para ajudá-los a fazer melhor o que se propõem” (OLIVEIRA, 2022, p. 199). Assim, Jonas sugere que mesmo quando a técnica é usada para fins intencionalmente bons no aqui e agora, é necessário que seu caráter ameaçador, ainda que em longo prazo, quando detectado, deve ter a última palavra (JONAS, 2013).

A defesa intransigente da vida na teoria jonasiana se fundamenta pela concepção fenomenológica de vida dada pelo autor, definida como um fenômeno monista integral. Assim, matéria e espírito confluem e evoluem conjuntamente, desde seres primitivos até os mais complexos, ao contrário de teorias dualistas que sugerem uma separação ontológica entre matéria e espírito. Sob essa premissa, Jonas entende que ser é a finalidade da vida, diferenciando-se de teleologias diversas que afirmam que

o humano é um fim em si mesmo. Para o autor, matéria e espírito, conjuntamente, buscam exercer esse imperativo de se manter vivo (JONAS, 2004).

Nesse sentido, ao invés de reconhecer a relação entre liberdade e necessidade como antitética, Jonas sugere haver entre elas uma relação dialética. Ao ressaltar que o surgimento da vida nos seres mais primitivos, via metabolismo, indica um poder de escolha do organismo em se constituir e mudar sua matéria, o filósofo sugere que esse poder (ligado à noção de liberdade) é também um dever (necessidade), de forma que poder mudar sua matéria para se manter vivo (metabolismo) “implica também a inevitável necessidade de fazer exatamente isto” (JONAS, 2004, p. 107).

Neste ponto, retomamos a discussão sobre a técnica: ela representa, junto à racionalidade humana, a mais evoluída escala de liberdade (poder) da vida, uma vez que representa o modo com que o ser humano se autoafirma frente ao meio hostil para se manter vivo, tal como, em uma escala precária, um ser vivo rudimentar necessita do metabolismo para fazer o mesmo (JONAS, 2013; OLIVEIRA, 2014).

A questão é que a técnica se desenvolve e se reproduz com um intrínseco caráter niilista, identificado através da desmundanização – uma tentativa de vencer o mundo, dominando-o – e da desominização – negação do ser humano como parte do cosmos (OLIVEIRA, 2018). Assim, com o objetivo de se sobrepor ao mundo, “do qual não pertence”, o ser humano confere à técnica uma potencial atribuição ameaçadora frente ao mundo, que se manifesta especialmente pela possibilidade de ser utilizada de forma ostensiva frente à Natureza.

Para dar conta de uma dita “ética do futuro”, o autor evoca uma “ciência de previsão hipotética” a que chama “futurologia comparativa” (JONAS, 2006, p. 70). Para tal, propõe uma responsabilização não por ação ou omissão, como aquelas previstas por modelos éticos tradicionais (VÁZQUEZ, 2012), mas calcada em previsões futuras referidas cientificamente. Aqui, o artifício filosófico se encontra no que denominou heurística do medo, ou, como preferiu traduzir Oliveira (2014, 2022), heurística do temor.

Em suma, a heurística do temor sugere que devemos visualizar os efeitos de longo prazo na perspectiva de que “o que deve ser temido ainda não foi experimentado e talvez não possua analogias na experiência do passado e do presente” (JONAS, 2006, p. 72), sendo que após tal visualização devemos mobilizar o sentimento adequado a esta representação do futuro.

Trata-se de uma responsabilidade ontológica que temos, não pelos humanos do futuro, mas pela ideia de ser humano em si, exigindo “a presença da sua corporificação no mundo” (JONAS, 2006, p. 94). Eleva-se ao mais alto nível o sentido da precaução, tida pelo filósofo como “virtude superior”, ao mesmo tempo em que rebaixa o valor da ousadia, que passa a significar “falta de responsabilidade” (JONAS, 2013, p. 76).

Jonas defende que essa noção de precaução perante o avanço tecnológico sobre a Natureza não diz respeito apenas à possibilidade da extinção da existência humana. Ele reconhece que o ser humano apresenta um “poder planetário de primeira ordem” (JONAS, 2013, p. 55), mas ressalta que por isso mesmo não pode mais pensar apenas em si. Mais do que isso: a pretensão de Jonas é apresentar uma ideia que fuja do antropocentrismo que renega, desde o mecanicismo cartesiano, qualquer teleologia própria à Natureza. Não temos como nos furtar das palavras do próprio filósofo (JONAS, 2013) para expressar essa ideia:

“[...] a inclusão da existência da diversidade [da vida] como tal no bem humano e, portanto, a inclusão de sua preservação no dever do homem, vai além do ponto de vista orientado utilitariamente e de todo ponto de vista antropocêntrico. Essa visão ampliada vincula o bem humano com a causa de sua vida em sua totalidade, ao invés de contrapô-la de maneira hostil, e outorga à vida extra-humana seu próprio direito” (p. 56).

Assumir um reducionismo antropocêntrico, em que o ser humano é separado e diferenciado da Natureza, significa nada mais do que a desumanização do próprio ser humano (JONAS, 2006). E conclui: “Em uma perspectiva verdadeiramente humana, a natureza conserva a sua dignidade, que se contrapõe ao arbítrio do nosso poder. Na medida em que ela nos gerou, devemos fidelidade à totalidade de sua criação” (JONAS, 2006, p. 229).

Por fim, apesar de não ter escrito uma obra especificamente sobre o irresponsável uso da técnica no sistema alimentar, Jonas aponta questões importantes vinculadas à sua proposta ética relacionadas ao tema. O filósofo analisa a suposta necessidade em corromper o solo fértil com fertilizantes artificiais para conseguir dar conta da produção de alimentos para uma população que cresce exponencialmente. Segundo Jonas (2006), não se justifica essa postura agressiva para satisfazer demandas da população atual sem considerar o crescimento dessa população frente a uma escassez de recursos que se anuncia com o uso indevido das tecnologias agrícolas:

“As tecnologias agrárias de maximização têm impactos cumulativos sobre a natureza que mal começaram a revelar-se em âmbito local, por exemplo, na poluição química de recursos hídricos e das águas costeiras (para o que também contribuem as indústrias), com efeitos nocivos transmitidos pela cadeia alimentar” (p. 302).

Jonas prossegue, salientando a degradação do solo, o desmatamento e as mudanças climáticas que acarretam como parte dos inúmeros resultados negativos e ameaçadores do modelo de produção agrícola vigente, intensivo e expansivo, com consequências locais e planetárias (JONAS, 2006).

Desta forma, entendemos que o complexo pensamento jonasiano apresenta um possível direcionamento para o agir humano no contexto com que lidamos com a Natureza para produzir alimentos em contraponto à ideologia desenvolvimentista predatória do sistema alimentar hegemônico. Trata-se de mais uma contribuição a se somar a diversos outros pensamentos contemporâneos que visam assumir uma postura contra antropocêntrica frente à Natureza (GUDYNAS, 2019; KOPENAWA; ALBERT, 2015; KRENAK, 2020a, 2020b), todas críticas à ideia viciada de sustentabilidade, cooptada pelo interesse desenvolvimentista (FARIA, 2018; GUDYNAS, 2019; KRENAK, 2020b).

Sem desconsiderar propostas substitutivas à noção de desenvolvimento, como a do Bem Viver (ACOSTA, 2016), acreditamos ser o princípio ético de Jonas uma possibilidade de um autêntico “desenvolvimento sustentável”, imune à cooptação pelo poder econômico (GUDYNAS, 2019; VEIGA, 2017). A ideia de Veiga (2017) sobre sustentabilidade nos parece referendar tal crença, uma vez que a define como

“[...] uma visão de mundo dinâmica, na qual transformação e adaptação são inevitáveis, mas dependem de elevada consciência, sóbria prudência e muita responsabilidade diante dos riscos e, principalmente, das incertezas” (p. 241).

O campo da alimentação e nutrição e sua responsabilidade ética frente à questão ambiental

Quem deve acionar os tais freios éticos frente a essa nova forma de agir humano, a tecnologia? Conforme observa Latour (2020a), há certos grupos humanos que nada ou pouco se identificam com as causas diretas do Antropoceno. Contudo, considerando a óbvia afetação de todos nessa atual conjuntura, a defesa da vida, atual e futura, exige uma ação coletiva que se inicia com consciência e ação

individuais. O próprio Jonas (2013) salienta que “as grandes decisões visíveis, para o bem ou para o mal, serão tomadas (ou não) no nível político. Mas todos nós podemos preparar, invisivelmente, o solo para elas começarem por nós mesmos” (p. 85).

No campo da alimentação e nutrição, vale ressaltar, orientações acerca de uma ética alimentar já foram pautadas, a exemplo das teses de Singer (2018) e Singer e Mason (2007), para quem o domínio moral deve ser estendido a todos os seres sencientes, incluindo animais, numa importante posição antiespecista. Apesar da inegável contribuição desta noção ética, sua proposta se firma sob elementos utilitaristas, contrapondo-se à noção deontológica da ética proposta por Jonas (2006).

Especificamente voltadas à atuação profissional no campo da alimentação e nutrição, vale considerar as interessantes posições de Soares (2016, 2020), que evoca, numa perspectiva kantiana de dever moral sobre o ato de comer, uma dita postura esclarecida do nutricionista, referindo-se a este profissional “como agente do progresso moral da humanidade” (SOARES, 2020, p. 3), sugerindo que use seus conhecimentos técnicos para contrapor o sistema alimentar e suas tecnologias danosas à saúde e ao meio ambiente.

Apesar de concordarmos com o avanço que representa a proposição de Soares (2016, 2020) quanto à postura do nutricionista no contexto dos sistemas alimentares, não podemos ignorar que a proposta ética kantiana se firma numa concepção antropocêntrica (JONAS, 2006; RUIZ; MACIEL, 2020), na qual o ser humano se vê como um fim em si mesmo e com obrigação moral, apesar de universal, inoperante e inexecutável ao ser humano real (VÁSQUEZ, 2012).

Nesse sentido, a premissa do Princípio Responsabilidade como norteador de críticas e contrapontos ao sistema alimentar em suas diversas dimensões nos parece mais avançada, apesar de ainda pouco explorada pela literatura científica. Além de o próprio Jonas (2006, 2013), mesmo que de forma tangencial, ter citado elementos dessa crítica em sua obra, Barros (2015), ao analisar a temática dos alimentos transgênicos, dos agrotóxicos e do consumo de carne, e Silva e Cunha (2016) e Silva *et al.* (2017), ao debaterem a publicidade direcionada a crianças e adolescentes do ponto de vista ético, também se embasaram nas premissas jonasianas para constituírem seus argumentos.

Para conceber o Princípio Responsabilidade (JONAS, 2006) enquanto referência para um novo *ethos* que direcione sua ação e o permita assumir com maior abrangência sua responsabilidade frente à questão ambiental, o campo da alimentação e nutrição

deve antes questionar a hegemonia tecnicista imposta pelo modelo nutricêntrico ao qual está submetido (PRADO *et al.*, 2011; VIANA *et al.*, 2017) e que limita compreensões mais complexas de temas relativos à área, incluindo sua atuação no âmbito da sustentabilidade (NAVES; RECINE, 2014).

Na formação, há propostas no nível internacional (FANZO *et al.*, 2015) e nacional (JACOB; ARAÚJO, 2020) que visam fomentar a inclusão das questões ambientais no processo formativo na nutrição. Há também experiências interessantes, com maior abrangência conceitual, para a orientação da atuação profissional em prol de sistemas alimentares e dietas sustentáveis (CARLSSON; SEED; YEUDALL, 2020).

Reforçamos que não se trata aqui de responsabilizar o nutricionista pelos problemas alimentares, muito menos ambientais. A intenção é sugerir algumas bases ético-políticas para fomentar sua atuação, uma vez que se apresenta numa posição estratégica no sistema alimentar, podendo compartilhar com outros setores, de forma mais qualificada, a atribuição de reduzir o imenso abismo entre produção e consumo de alimentos (NAVES; RECINE, 2014), tão problemático para o alcance de um modelo alimentar responsável com o meio ambiente no Antropoceno (FANZO; HOOD; DAVIS, 2020).

O campo científico da nutrição, desde sempre, foi permeado por disputas epistemológicas comuns a outras áreas da saúde. No início, uma vertente biológica ou clínico-fisiológica originou os campos de prática da nutrição clínica e experimental. Enquanto isso, a perspectiva social fomentou o surgimento da alimentação coletiva e da nutrição social (VASCONCELOS, 2002).

Diante da disputa discursiva em explicar os fenômenos ligados à alimentação, o discurso científico biologicista se sobrepõe à sua intrínseca dimensão social (BOSI, 1988), especialmente até os anos 1990, quando a educação (alimentar) e nutricional assume maior protagonismo na compreensão dos temas relativos à alimentação e nutrição a partir da consideração dos aspectos subjetivos e socioeconômicos dos hábitos alimentares (BOOG, 2012). Contudo, Prado *et al.* (2011) enfatizam que o campo científico da alimentação e nutrição permaneceu priorizando a doença enquanto objeto de estudo, antes pela ênfase aos aspectos bioquímicos e fisiológicos, depois, pela abordagem epidemiológica dos fatores de risco, reproduzindo padrões de investigação biomédica.

Essa visão predominante, reduzida e limitada, sobre seu próprio campo epistemológico dificulta a indução do campo da alimentação e nutrição à atuação

necessária frente a fenômenos que o invocam ao debate sobre questão ambiental, como a Sindemia Global. Segundo Swinburn *et al.* (2019), convivemos, em nível planetário, com três pandemias: desnutrição, obesidade e mudanças climáticas. Ambas se relacionam e o modo de produção de alimentos executado pelo sistema alimentar hegemônico é apontado como uma de suas causas.

Pensar formas de mitigar esse problema global requer uma compreensão que certamente não se reduz ao entendimento meramente dietético das questões alimentares, mas pressupõe uma necessária aproximação com outras áreas do saber, como a sociologia, a política, a antropologia, a filosofia, além do próprio campo da biologia e da dietética (PRADO *et al.*, 2011). Nesse sentido, não se pode negar que há avanços em algumas áreas da nutrição. Na nutrição em saúde coletiva, por exemplo, o debate sobre o meio ambiente a partir da lógica dos sistemas alimentares se apresenta como paradigma emergente a partir dos anos 1970 (RIDGWAY *et al.*, 2019) e tem sido compreendido em uma perspectiva epistêmica complexa (CARVALHO, 2022). Mas, de forma geral, essa aproximação interdisciplinar ainda não é vislumbrada nas demais áreas, e mesmo na saúde coletiva carece de unidade.

Esse evidente reducionismo biológico tem sido denominado de nutricionismo por Scrinis (2021). Segundo o autor, o nutricionismo pode ser caracterizado

“(...) por uma *ênfase* redutiva na composição nutricional dos alimentos como forma de identificar o quanto eles são saudáveis e por uma *interpretação* redutora do papel de tais nutrientes na saúde corporal (...), [omitindo-se e desconsiderando-se] as preocupações com a qualidade de produção e do processamento do alimento e de seus ingredientes” (p. 25).

Trata-se de uma ideologia e um paradigma que “tem instruído o aconselhamento nutricional, as regulamentações de rotulagem de alimentos, de engenharia alimentar e práticas de marketing, assim como o entendimento do consumidor de alimentos” (SCRINIS, 2021, p. 25).

Mesmo considerando que o impacto do sistema alimentar no meio ambiente ocorre em todas as suas dimensões, é na vertente da produção de alimentos que o sistema alimentar afeta as mudanças climáticas de forma mais drástica. Contudo, a visão nutricêntrica do campo da alimentação e nutrição (SCRINIS, 2021) sujeita-o a uma compreensão limitada dessas questões, conduzindo-a a uma análise mais próxima apenas do consumo. Rebrovick (2015) nos lembra, contudo, de que os alimentos carregam consigo os atributos de seus métodos de produção, e compreender os

desafios das diversas dimensões do sistema alimentar (MARTINELLI; CAVALLI, 2019) é tarefa imprescindível para viabilizar uma atuação amplamente ética e responsável da nutrição na promoção de sistemas alimentares sustentáveis.

O campo da alimentação e nutrição, portanto, se encontra em um importante dilema. Ao mesmo tempo em que percebe sua responsabilidade frente à questão ambiental, vê-se limitada em seu agir por uma inclinação tecnicamente reducionista sobre a alimentação. Ou seja, o nutriente e sua função no organismo são enaltecidos e têm sua importância potencializada, secundarizando a análise integral do processo produtivo do alimento que o contém, com importante interferência investida pela indústria alimentícia (NESTLE, 2019; SCRINIS, 2021).

Sendo assim, o nutricionismo, em especial o “nutricionismo funcional” (SCRINIS, 2021), representa importante entrave para a tarefa aqui proposta de avançar em relação à postura ética do nutricionista frente às demandas que se apresentam a respeito da situação ambiental global. Ao reduzir a qualidade do alimento ao seu conteúdo nutricional, o nutricionismo leva ao incômodo reducionismo que esse termo, qualidade, deve designar a qualquer alimento para que componha a complexa noção de “alimentação saudável” proposta neste país (BRASIL, 2014).

O nutricionismo promove não só a fragmentação do conhecimento neste campo, alienando as etapas em que a Natureza e suas relações com os seres humanos concebem os alimentos, como também é fundamental para a fragmentação do “eu moral”, considerado “a mais evidente e mais importante” vítima da tecnologia, conforme analisado por Bauman (1997, p. 276). Desta forma, o pensamento jonasiano sobre uma proposta ética que questiona o uso da técnica moderna ao sistema alimentar em todas as suas dimensões deve ser tomado pelo campo da alimentação e nutrição como elemento ético-político central.

A demanda ética sugerida nos argumentos acima deve se somar, e não substituir, às tarefas éticas historicamente dadas ao campo da alimentação e nutrição, em especial ao nutricionista, concebidas pelos princípios que norteiam sua atuação profissional (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2018) e que, em nosso entendimento, apresentam uma visão já cosmológica ampliada perante o papel da nutrição na sociedade. Mesmo vinculando-se com mais proximidade técnica aos ambientes alimentares, especialmente na esfera do consumo (DOWNS *et al.*, 2020; MENDES; PESSOA; COSTA, 2022), o que permite ao nutricionista orientar e debater um modelo alimentar sustentável, a nutrição precisa reconhecer formas de promover

esse modelo de alimentação também fora deste nicho de atuação. Em outras palavras, a alimentação saudável não deve ser pensada apenas para quem come, mas para todas as vidas envolvidas no sistema alimentar (AZEVEDO, 2018; SIPIONI; ANDRADE, 2021).

Considerações Finais

O presente ensaio buscou apresentar elementos para a reflexão sobre uma necessária postura ético-política no campo da alimentação e nutrição frente à questão ambiental. Partimos do princípio de que vivemos a Época do Antropoceno, em que a força geológica mais impactante no Planeta é a ação humana representada pelo uso da tecnologia nas diferentes esferas da vida e, em especial, na produção e consumo de alimentos pelo sistema alimentar.

Assim, ancorados pelo Princípio Responsabilidade proposto por Hans Jonas, procuramos demonstrar que o uso de tecnologias no campo da alimentação e nutrição requer freios éticos, de forma a contribuir com reflexões que vislumbrem a permanência de vida futura na Terra sob uma premissa ética que considera a Natureza detentora de direito e valor em si mesma, para além de posturas tradicionalmente antropocêntricas.

Desta forma, o campo da alimentação e nutrição, a despeito de sua tradição essencialmente reducionista frente à alimentação, necessita reorientar seus conhecimentos e práticas visando à promoção da alimentação adequada e saudável para um sujeito ampliado, coletivo, para além do indivíduo que come, reconhecendo em todas as dimensões do sistema alimentar seu campo de críticas e práticas e direcionando a todas as formas de vida o cuidado que lhe cabe do ponto de vista ético. Como toda reflexão de ordem filosófica, compreendemos os limites reais da orientação contida nas reflexões aqui feitas. Contudo, esperamos que as ideias apresentadas possam contribuir com o debate institucional e político no campo da alimentação e nutrição, além de fomentar a ampliação das discussões sobre sistemas alimentares e a questão ambiental no processo formativo da área.

Referências

- ACOSTA, A. **O Bem Viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.
- AZEVEDO, E. Alimentação saudável para que/m. **Geografares**, 25, p.105-112, 2018.

AZEVEDO, E. Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos. **Sociologias**, 19(44), p.276-307, 2017.

BARROS, R. C. **A ética da responsabilidade é fundamental para escolhas alimentares conscienciosas e garantia da segurança alimentar na contemporaneidade?** 2015. 128f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BAUMAN, Z. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.

BOOG, M. C. F. Histórico da Educação Alimentar e Nutricional no Brasil. In: DIEZ-GARCIA, R. W.; CERVATO-MANCUSO, A. M. (coords.). **Mudanças Alimentares e Educação Nutricional**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

BOSI, M. L. M. **A face oculta da nutrição: ciência e ideologia**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Ed. UFRJ, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. 2.ed. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2014.

CARLSSON, L.; CALLAGHAN, E.; BROMAN, G. How can dietitians leverage change for sustainable food systems in Canada? **Rev Can prat rech diétét**, 80, p.164-171, 2019.

CARLSSON, L.; SEED, B.; YEUDALL, F. **The role of dietitians in sustainable food systems and sustainable diets**. Toronto: Dietitians of Canada, 2020.

CARNEIRO, F. F. (org.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARVALHO, A. M. Sistemas alimentares como sistemas complexos. In: MARCHIONI, D. M. L.; CARVALHO, A. M. (orgs.). **Sistemas alimentares e alimentação sustentável**. Santana de Parnaíba/SP: Manole, 2022.

CASTRO, J. **Geografia da Fome – o dilema brasileiro: pão ou aço**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CONSELHO FEREAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN 599, de 25 de fevereiro de 2018**. Aprova o Código de Ética e de Conduta do Nutricionista e dá outras providências. Brasília/DF, 2018.

DOWNS, S. M. *et al.* Food Environment Typology: advancing an expanded definition, framework, and methodological approach for improved characterization of wild, cultivated, and built food environments toward sustainable diets. **Foods**, 9(4), p.532, 2020.

FANZO J. C. *et al.* Educating and training a workforce for nutrition in a post-2015 World. **Adv. Nutr.**, 6, p.639-647, 2015.

FANZO, J.; HOOD, A.; DAVIS, C. Eating our way through the Anthropocene. **Phys Beh**, 222(e112929), 2020.

FARIA, A. B. **Ética, consumo e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **The state of food and agriculture: food systems for better nutrition**. Rome: FAO, 2013.

GUDYNAS, E. **Direitos da Natureza**: ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Ed. Elefante, 2019.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION. **Nutrition and food systems**. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: FAO, 2017.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION. **Food losses and waste in the context of sustainable food systems**. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: FAO, 2014.

HUI, Y. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

JACOB, M. C. M.; ARAÚJO, F. R. Desenvolvimento de competências para Nutrição no contexto de Sistemas Alimentares Sustentáveis. **Cienc Saúde Colet**, 25(11), p.4369-4378, 2020.

JONAS, H. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

JONAS, H. **O princípio vida**: fundamentos para uma biologia filosófica. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

JONAS, H. **Técnica, medicina e ética**: sobre a prática do princípio responsabilidade. São Paulo: Paulus, 2013.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

LATOUR, B. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. São Paulo: Ubu Editora; Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2020a.

LATOUR, B. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020b.

LEWIS, S. L.; MASLIN, M. A. Defining the Anthropocene. **Nature**, 519, p.171-180, 2015.

MACHADO, P. P.; OLIVEIRA, N. R. F.; MENDES, A. N. O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde Soc**, 25(2), p.505-515, 2016.

MALUF, Renato S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2007.

MARTINELLI, S. S.; CAVALLI, S. B. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. **Cienc. Saúde Colet.**, 24(11), p.4251-4261, 2019.

MASON, J.; KASSAM, L. Agriculture planted the seeds of the alienation from nature. In: KASSAM, A.; KASSAM, L. (eds.). **Rethinking food and agriculture**. UK: Woodhead Publishing, 2020.

MENDES, L. L.; PESSOA, M. C.; COSTA, B. V. L. Ambiente alimentar: tópicos iniciais e principais modelos conceituais. In: MENDES, L. L.; PESSOA, M. C.; COSTA, B. V. L. (orgs.). **Ambiente alimentar: saúde e nutrição**. Rio de Janeiro: Ed. Rubio, 2022.

NAVES, C. C. D.; RECINE, E. A atuação profissional do nutricionista no contexto da sustentabilidade. **Demetra**, 9(1), p.121-136, 2014.

NESTLE, M. **Uma verdade indigesta: como a indústria alimentícia manipula a ciência do que comemos**. São Paulo: Elefante, 2019.

OLIVEIRA, J. **Compreender Hans Jonas**. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2014.

OLIVEIRA, J. **Negação e poder: do desafio do niilismo ao perigo da tecnologia**. Caxias do Sul/RS: Educs, 2018.

OLIVEIRA, J. R. Para uma *ethical turn* da tecnologia: por que Hans Jonas não é um tecnofóbico? **Trans/Form/Ação**, 45(2), p.191-206, 2022.

PINEDA, A. M. R *et al.* Da produção aos impactos na saúde e no ambiente: uma análise dos sistemas alimentares de Brasil, Colômbia e Panamá. **Cienc. Saúde Colet.**, 28(4), p.1101-1112, 2023.

POMPEIA, C. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Ed. Elefante, 2021.

PORTILHO, Fátima; CASTAÑEDA, Marcelo; CASTRO, Inês R. R. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. **Cienc Saúde Colet.**, 16(1), p.99-106, 2011.

PRADO, S. D. *et al.* Alimentação e nutrição como campo científico autônomo no Brasil: conceitos, domínios e projetos políticos. **Rev. Nutr.**, 24(6), p.927-937, 2011.

REBROVICK, T. The politics of diet: “eco-dietetics”, neoliberalism, and the history of dietetic discourses. **Political Research Quarterly**, 68(4), p.678-689, 2015.

RIBEIRO, H.; JAIME, P. C.; VENTURA, D. Alimentação e sustentabilidade. **Estudos Avançados**, 31(89), p.185-198, 2017.

RIDGWAY, E. *et al.* Historical developments and paradigm shifts in public health nutrition science, guidance and policy actions: a narrative review. **Nutrients**, 11(3), p.531, 2019.

RUIZ, C. B.; MACIEL, J. C. A ética do cuidado do outro e a bioética ambiental. **Rev. bioét.**, 28(3), p.440-448, 2020.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Porto: Afrontamento, 1989.

SCRINIS, G. **Nutricionismo: a ciência e a política do aconselhamento nutricional**. São Paulo: Elefante, 2021.

SILVA, D. A. C. *et al.* Publicidade de alimentos para crianças e adolescentes: desvelar da perspectiva ética no discurso da autorregulamentação. **Cienc. saúde colet.**, 22(7), p.2187-2196, 2017

SILVA, D. A. C.; CUNHA, A. C. R. Ética e regulamentação da publicidade de alimentos direcionada a crianças e adolescentes. In: ROSANELI, C. F. (org.). **Contextos, conflitos e escolhas em alimentação e bioética**. Curitiba/PR: PUCPress, 2016.

SINGER, P. **Ética prática**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

SINGER, P.; MASON, J. **A ética da alimentação: como nossos hábitos alimentares influenciam o meio ambiente e o nosso bem-estar**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SIPIONI, M. E.; ANDRADE, M. A. C. Alimentação saudável para quem? Um novo desafio para a educação em alimentação e nutrição. In: BOTTER, B. *et al.* (orgs.). **Comida e saúde em diálogo: o “lugar” da alimentação desde o pensamento antigo até os dias de hoje.** Vitória: Causa, 2021.

SOARES, S. Kant em defesa da alimentação saudável. **Princípios: Revista de Filosofia**, 23(41), p.105-123, 2016.

SOARES, S. O nutricionista esclarecido para a defesa do direito humano à alimentação adequada: contribuições kantianas. **Holos**, 36(5), 2020.

SWUINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of obesity, undernutrition, and climate changes: The Lancet Commission Report. **Lancet**, 393, p.781-846, 2019.

VASCONCELOS, F. A. G. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. **Rev. Nutr.**, 15(2), p.127-138, 2002.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

VEIGA, J. E. A primeira utopia do Antropoceno. **Amb. Soc.**, XX(2), p.233-252, 2017.

VIANA, M. R. *et al.* A racionalidade nutricional e sua influência na medicalização da comida no Brasil. **Cienc. saúde colet.**, 22(2), p.447-456, 2017.

VIOLA, E.; MENDES, V. Agricultura 4.0 e mudanças climáticas no Brasil. **Amb. Soc.**, 25(e02462), 2022.

6. ÚLTIMAS REFLEXÕES

*E aquilo que nesse momento se revelará aos povos
Surpreenderá a todos não por ser exótico
Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto
Quando terá sido o óbvio.
(Caetano Veloso, Um Índio)*

Ao final da apresentação dos resultados e análises expostos nos artigos acima, cabe-nos nesse momento a tarefa de compreender de forma mais integral e ampliada as reflexões que nos conduziram até aqui, de modo a nos debruçarmos sobre as perspectivas e os desafios identificados para a proposição da tese defendida pelo autor/pesquisador.

Considerando os objetivos desse trabalho, que buscou identificar, descrever e avaliar as percepções e opiniões das lideranças nacionais do campo da Nutrição no Brasil sobre a responsabilidade da Nutrição e do nutricionista frente à questão ambiental, cumpre salientar uma vez mais que nossos achados permitem afirmar que estamos diante de uma área do conhecimento e de práticas cujas principais lideranças compreendem a emergência imposta pelo contexto ambiental atual, ao mesmo tempo em que assimilam sua implicação com a temática por meio da compreensão sobre sua incidência no contexto dos sistemas alimentares, que representa um importante colaborador das mazelas de ordem ambiental às quais estamos submetidos nesse momento.

Tal implicação nos induz a uma necessária análise sobre a prática do nutricionista enquanto profissional vinculado a uma ciência que busca mediar as relações entre alimentos e sociedade. Desta forma, cumpre ao nutricionista, em quaisquer de seus campos de práticas (CFN, 2018b) o desafio de ampliar o escopo de sua abordagem, de um simples indivíduo que come para um sujeito ampliado, inserindo entre as prerrogativas de suas competências profissionais a vinculação irrestrita entre o bem-estar desse indivíduo que come e as vidas que proporcionaram a possibilidade desse ato.

O engajamento técnico-científico da Nutrição para o enfrentamento desse desafio representa uma drástica extensão da ideia de que “somos o que comemos”, de acordo com uma visão restrita e individualista, para “somos como comemos”, conforme alinhamento reflexivo a uma noção ecológica de alimentação que sugere valorar o

alimento de acordo com seu processo produtivo (REBROVICK, 2015). Contudo, tal alinhamento no campo de práticas requer, invariavelmente, uma noção ético-política que invista na compreensão ampliada da relação entre alimentos e sociedade e da própria reflexão sobre sua responsabilidade frente à vida, humana e não humana, agora e num futuro próximo (JONAS, 2006).

A Nutrição deve, portanto, contribuir para uma necessária reflexão da humanidade sobre as bases materiais que constituem a vida cotidiana, já que elas não mais funcionam de forma operante (KRENAK, 2020b). Nesse sentido, refletir sobre o consumo de alimentos e a promoção da alimentação saudável é fundamental, tanto na perspectiva do estímulo a escolhas ambientalmente adequadas, quanto da luta para que haja escolhas ambientalmente adequadas a serem feitas por todos os seres humanos. A proposta defendida aqui busca enaltecer a centralidade da Nutrição e do nutricionista para que possam assumir, junto a outros setores e atores, seu protagonismo em ambas as dimensões referidas acima, seja promovendo hábitos alimentares ambientalmente adequados, seja na luta pela garantia de que todos os humanos possam usufruir dessa possibilidade de escolha.

A despeito da existência de diversos outros projetos societários em disputa, que buscam minimizar a relevância e centralidade da emergência climática ou secundarizar a necessidade de anular a destruição ambiental em nome do progresso, “essa ideia prospectiva de que estamos indo para algum lugar” (KRENAK, 2020b, p. 10), a Nutrição deve direcionar seu projeto ético-político profissional ao que nos parece ser o projeto societário mais importante e inadiável da humanidade, que é o de lutar para que haja vida, e vida digna, no futuro, a partir da improrrogável reorientação da relação entre seres humanos e Natureza, especialmente intermediado por um sistema alimentar fundamentado na agroecologia (HLPE, 2019).

Um projeto ético-político profissional resulta da articulação entre profissionais que atuam tecnicamente no campo de prática e aqueles dedicados à investigação científica, correspondendo a uma interação entre teoria e prática de enorme grandeza (NETTO, 2015). Dentro de cada campo profissional pode coexistir uma diversidade de inclinações identitárias para diferentes projetos profissionais (NETTO, 2015; TEIXEIRA; BRAZ, 2009), configurando uma heterogeneidade ideológica que tende a qualificar o debate interno nas diversas profissões, incluindo o que ocorre no campo da Nutrição.

Contudo, vale destacar que nossos achados nos permitem afirmar que, mesmo com alguma divergência quanto ao nível de prioridade desta demanda, as ideias identificadas nas percepções e opiniões das lideranças que encampam as entidades nacionais da Nutrição no Brasil, aliadas a diversos autores citados ao longo deste trabalho, se alinham a um projeto ético-político de uma Nutrição ampliada, que reflita as relações mais intrínsecas, profundas e urgentes entre alimentos, alimentação e humanidade. Em outras palavras, uma Nutrição que se afirme, profissionalmente e cientificamente, contra um projeto societário ainda hegemônico no qual o sistema alimentar submete a Natureza a um suposto desenvolvimento necessário, predatório e excludente.

Esse achado é um alento, pois o consideramos fundamental para avançarmos na tarefa de elaborarmos uma ação programática direcionada por tais lideranças, na qual esse projeto profissional se firme como hegemônico frente aos demais projetos existentes no interior da Nutrição, especialmente os que tendem a investir numa visão reducionista da própria Ciência da Nutrição. Essa visão, limitada quanto à relação ontológica entre humanidade e Natureza, é típica de epistemologias vinculadas à ciência moderna, que nos induzem a ignorar ou subestimar outras formas de conhecimentos e práticas, como aquelas presentes no modo de vida e cosmologias de comunidades tradicionais (OLIVEIRA, 2022a).

Dessa forma, a Nutrição e todas as outras ciências precisam se empenhar em consolidar seu campo epistemológico e profissional de modo a dialogarem com outras formas de conhecimento, outras cosmologias e outras formas de se relacionar com a Natureza, entendendo-se parte dela e a ela devendo toda forma de respeito e proteção, constituindo elemento ético central para uma postura necessária no contexto ambiental atual.

Nesse sentido, avaliamos humildemente como acertadas as escolhas teóricas nas quais nos embasamos para elaborar as discussões apresentadas nos resultados e reflexões de nossos artigos. Hans Jonas e seu Princípio Responsabilidade (JONAS, 2006, 2013) configura uma proposta ética não alinhada ao antropocentrismo utilitário das éticas tradicionais, que assumem o ser humano como fim em si mesmo e a Natureza como entidade desprovida de valor intrínseco, mas sobrecarregada com a valoração instrumental que recebe, intermediada pela noção de tecnologia encarnada pela lógica científica moderna. Ao mesmo tempo, as concepções éticas de ordem

ecológica, como o Biocentrismo (GUDYNAS, 2019) e o Ecocentrismo (LOURENÇO, 2019), alinhadas, em grande medida, às premissas do Princípio Responsabilidade, tendem, da mesma forma, a orientar uma base deontológica que reoriente a postura da humanidade frente a outras formas de vida e que também se encontram à disposição da Nutrição para sua fundamentação ético-política.

Não obstante, o pensamento ameríndio se apresenta como fonte profícua de orientação deontológica para a humanidade e, desta forma, para as bases éticas da Nutrição defendidas aqui. Neste trabalho, ousamos trazer o conhecimento filosófico indígena, em especial o de Ailton Krenak (2020a, 2020b), em suas valorosas e, por vezes, perturbadoras reflexões. Sua presença nos debates aqui empreendidos, mesmo que provavelmente com menor prevalência do que merece, buscou trazer luz a questões e reflexões que nem sempre conseguem ser mobilizadas pela lógica científica. Em seu texto mais recente, podemos exemplificar a “insustentável leveza” de suas palavras (KRENAK, 2022):

[...] nas narrativas de mundo onde só o humano age, essa centralidade silencia todas as outras presenças. Querem silenciar inclusive os encantados, reduzir a uma mímica isso que seria ‘espiritual’, suprimir a experiência do corpo em comunhão com a folha, com o líquen e com a água, com o vento e com o fogo, com tudo que ativa nossa potência transcendente e que suplanta a mediocridade a que o humano tem se reduzido. Para mim, isso chega a ser uma ofensa. Os humanos estão aceitando a humilhante condição de consumir a Terra (p. 37-38).

Tomando como base tais reflexões, os desafios ora apresentados pelas lideranças do campo da Nutrição à tarefa de reorientar sua ação no contexto das questões ambientais podem ser minorados. Cabe, para tanto, a instituição de um processo formativo, durante e após a graduação, que subverta a lógica de um aprendizado centrado no bem exclusivo humano, mas que amplie a noção de cuidado a um sujeito ampliado, o coletivo da vida no Planeta.

Constituir as mudanças necessárias ao processo formativo no campo da Nutrição se apresenta, ao mesmo tempo e, de todo modo, contraditório, como perspectiva e desafio da tarefa proposta em nosso trabalho. Mudar as bases formativas em direção a uma educação genuinamente libertadora, implicada com as demandas sociais e, no contexto do Antropoceno, ambientais, é tarefa que deve se iniciar nessa geração, mas que provavelmente necessitará da assimilação pelas gerações futuras. Diante de tudo que defendemos ao longo desse trabalho, explicam-se nessa constatação a

perspectiva e o desafio que se encarnam, concomitantemente, na urgente necessidade de remodelar a formação do nutricionista.

Nesse sentido, mesmo que o Código de Ética e de Conduta do Nutricionista (CFN, 2018a) constitua um importante instrumento de orientação do nutricionista frente às questões ambientais, como evidenciado pelos princípios fundamentais da prática profissional, especialmente aqueles expostos nos artigos 6º e 7º, o juramento do nutricionista (CFN, 2006) talvez mereça análise e ampliação de sua amplitude. Ao invés de se valer da ciência da Nutrição “em benefício da saúde da pessoa”, o nutricionista, imbuído de uma postura ético-política ampliada, poderia se valer da ciência da Nutrição em benefício de todas as formas de vida.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Os brancos desenham as linhas
de suas palavras porque seu
pensamento é cheio de
esquecimento.
(Davi Kopenawa, xamã Yanomami.)*

A tarefa que se apresenta à humanidade no presente configura-se talvez como a mais importante de sua história: mitigar a destruição ambiental para vislumbrar a manutenção da vida no futuro. Ao mesmo tempo em que importante, constitui-se enormemente desafiadora, uma vez que requer drástica alteração do rumo desenvolvimentista que caracteriza o modo de vida ao qual estamos sujeitos.

Neste trabalho, nos empenhamos em localizar a Nutrição nesta tarefa, enquanto campo de práticas e de conhecimentos inserido no contexto dos sistemas alimentares, em todas as suas dimensões, e buscamos apresentar os desafios e perspectivas para que se implique de forma qualificada neste debate, entre os quais, a urgência em subverter a hegemonia epistemológica do reducionismo nutricional e optar por uma abordagem ampliada frente à complexidade dos sistemas alimentares.

Nesse sentido, propostas éticas, como o Princípio Responsabilidade de Hans Jonas e aquelas de orientação ecológica e fundamentadas em cosmologias ameríndias, apresentam-se como importante alternativa teórica e filosófica sobre as quais deve se fundamentar o campo da Nutrição, utilizando-se de sua qualificação e respaldo técnico-científico para se opor, em seu campo de práticas e produção de conhecimentos, à centralidade tecnológica predatória do sistema alimentar hegemônico, que avança sobre a Natureza sob um viés profundamente antropocêntrico e utilitarista.

As lideranças ouvidas neste trabalho indicam que a Nutrição não está alheia a esta tarefa. De forma geral, demonstraram preocupação com a questão ambiental como um todo e indicaram compreender as relações existentes entre questão ambiental e Nutrição, mesmo que com algumas limitações de entendimento ou certa inclinação antropocêntrica. Ao mesmo tempo, assumiram uma ainda incipiente inclusão desta temática nos debates internos da Nutrição, presumindo a necessidade de incluir a questão ambiental entre as temáticas debatidas neste campo.

Contudo, alguns temas identificados neste estudo permitem avaliar que os temas tradicionais relativos ao campo da Nutrição, como fome, obesidade e insegurança

alimentar, ainda tendem a se sobrepor frente à questão ambiental, que surge como desafio secundário em diversas manifestações das lideranças entrevistadas. Afirmamos em nossas discussões, e reforçamos aqui, que tais temas concorrem igualmente à questão ambiental para o empenho da Nutrição em compreendê-los, uma vez que configuram problemas também vinculados ao modelo agroalimentar global, que gera doenças e exclusão aos humanos, ao mesmo tempo em que destrói todas as outras formas de vida numa perspectiva instrumental de valoração ética.

Nesse sentido, propor a inclusão da questão ambiental como problemática central à Nutrição não implica secundarizar os problemas de ordem alimentar e nutricional que já demandam grande atenção deste campo. O que os desafios elencados pelas lideranças sugerem, de forma geral, é exatamente repensar a postura reducionista do campo da Nutrição frente às questões alimentares e ampliar a compreensão sobre a complexidade dos sistemas alimentares direcionados pela problemática ambiental.

Não foi objetivo deste trabalho apresentar uma estruturação objetiva das mudanças práticas necessárias à atuação profissional nos diversos campos de práticas do nutricionista. No nosso entender, a inclusão de atitudes e ações demandadas por esse entendimento ampliado é tarefa árdua daqueles que dominam os respectivos campos de práticas e de conhecimentos específicos na Nutrição. Coube-nos, sim, contribuir com reflexões interdisciplinares e contra hegemônicas para um debate que tem ganhado cada vez mais adeptos em todos os campos do saber, em especial na Nutrição.

Também cumpre ressaltar que, além dos artigos que resultaram dessa tese e que estarão acessíveis ao campo da Nutrição e seus simpatizantes, nutricionistas ou não, serão realizadas devolutivas às próprias lideranças entrevistadas sobre os resultados e reflexões desenvolvidas a partir de suas falas, de forma que, ao fazê-lo, também daremos visibilidade de nosso trabalho às entidades às quais essas lideranças estão vinculadas. Se, eventualmente, alguma liderança já não compuser mais o quadro de dirigentes de alguma das entidades, o trabalho será também remetido à própria entidade por meio da liderança dirigente atual.

Esperamos que as reflexões e análises feitas neste trabalho possam se somar às vozes que ecoam na sociedade e que clamam pela imediata interrupção do ímpeto por uma noção de progresso irresponsável com a vida. Ao mesmo tempo, esperamos

que os nutricionistas do Brasil assumam cada vez mais a responsabilidade frente à questão ambiental enquanto postura ética de primeira ordem de sua prática e crítica.

E sempre que o esquecimento típico do “pensamento branco” fundamentar o argumento central para a inércia humana frente às ameaças anunciadas pelo Antropoceno, que tenhamos linhas desenhadas em palavras que nos orientem, além de humildade para ouvirmos os pensamentos daqueles que não precisam dessas linhas para direcionar a humanidade rumo a um futuro possível, como sempre o fizeram os povos originários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, E. Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos. **Sociologias**, v. 19, n. 44, p. 276-307, 2017.

AZEVEDO, E. O ativismo alimentar na perspectiva do locavorismo. **Amb. Soc.**, v. XVIII, n. 3, p. 81-98, 2015.

BARBOSA, L. **Sociedade de consumo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BARROS, R. C. **A ética da responsabilidade é fundamental para escolhas alimentares conscienciosas e garantia da segurança alimentar na contemporaneidade?** 2015. 128f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BAUMAN, Z. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.

BOOG, M. C. F. Histórico da Educação Alimentar e Nutricional no Brasil. In: DIEZ-GARCIA, R. W.; CERVATO-MANCUSO, A. M. (coords.). **Mudanças Alimentares e Educação Nutricional**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. p. 66-73

BOSI, M. L. M. **A face oculta da nutrição: ciência e ideologia**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Ed. UFRJ, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 5, de 7 de novembro de 2001**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. Brasília, DF, 2001. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/Nutr.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2012a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. 2.ed. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília/DF: MDS, 2012b.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

BURIGO; A. C.; CAMPOS, M. F. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de sindemia: da vulnerabilização à transformação necessária. **Cienc. Saúde Colet.**, v. 26, n. 10, p. 4411-4424, 2021.

CARLSSON, L.; CALLAGHAN, E.; BROMAN, G. How can dietitians leverage change for sustainable food systems in Canada? **Rev Can prat rech diétét**, v. 80, p. 164-171, 2019.

CARLSSON, L.; SEED, B.; YEUDALL, F. **The role of dietitians in sustainable food systems and sustainable diets**. Toronto: Dietitians of Canada, 2020. Disponível em: <[https://www.dietitians.ca/DietitiansOfCanada/media/Documents/Resources/Sustainable-Food-Systems-Dietitians-Roles-\(Role-Paper\).pdf](https://www.dietitians.ca/DietitiansOfCanada/media/Documents/Resources/Sustainable-Food-Systems-Dietitians-Roles-(Role-Paper).pdf)>. Acesso em: 08 jun. 2023.

CARNEIRO, F. F. (org.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARVALHO, A. M. Sistemas alimentares como sistemas complexos. In: MARCHIONI, D. M. L.; CARVALHO, A. M. (orgs.). **Sistemas alimentares e alimentação sustentável**. Santana de Parnaíba/SP: Manole, 2022. p. 32-43

CASTAÑEDA, M. Ambientalização e politização do consumo nas práticas de compra de orgânicos. **Caderno CRH**, v. 25, n. 64, p. 147-160, 2012.

CASTRO, J. **Geografia da Fome – o dilema brasileiro: pão ou aço**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHAUI, M. **A ideologia da competência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS – CFN. **Estatísticas**. Brasília/DF, 2023. Disponível em: <<https://www.cfn.org.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS – CFN. **Resolução CFN Nº 382, de 27 de abril de 2006**. Altera a Resolução CFN nº 126, de 1992, e dá outras providências. Brasília/DF, 2006. Disponível em: <<http://sisnormas.cfn.org.br:8081/viewPage.html?id=382>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CONSELHO FEREAL DE NUTRICIONISTAS – CFN. **Resolução CFN Nº 599, de 25 de fevereiro de 2018**. Aprova o Código de Ética e de Conduta do Nutricionista e dá outras providências. Brasília/DF, 2018a. Disponível em: <<http://sisnormas.cfn.org.br:8081/viewPage.html?id=599>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS – CFN. **Resolução CFN Nº 600, de 23 de maio de 2018**. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências. Brasília/DF, 2018b. Disponível em: <<http://sisnormas.cfn.org.br:8081/viewPage.html?id=600>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNS. **Resolução nº 704, de 20 de outubro de 2022**. Aprova as contribuições do Conselho Nacional de Saúde à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. Brasília/DF, 2022. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes-cns/resolucoes-2022/2782-resolucao-n-704-de-20-de-outubro-de-2022>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

DASGUPTA, S.; ROBINSON, E. J. Z. Attributing changes in food insecurity to a changing climate. **Sci Rep.**, v. 12, n. 1, p. 4709, 2022.

DOWNS, S. M. *et al.* Food Environment Typology: advancing an expanded definition, framework, and methodological approach for improved characterization of wild,

cultivated, and built food environments toward sustainable diets. **Foods**, v. 9, n. 4, p.532, 2020.

FANZO J. C. et al. Educating and training a workforce for nutrition in a post-2015 World. **Adv. Nutr.**, v. 6, p. 639-647, 2015.

FANZO, J.; HOOD, A.; DAVIS, C. Eating our way through the Anthropocene. **Phys Beh**, v. 222, e112929, 2020.

FARIA, A. B. **Ética, consumo e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **The state of food and agriculture: food systems for better nutrition**. Rome: FAO, 2013. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/i3300e/i3300e.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

GABIREL C. G. et al. Nutritionist's job market: 80 years of history. **Rev. Nutr.**, v. 32, e180162, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GARZILLO, J. M. F. et al. Pegada de carbono da dieta no Brasil. **Rev. Saúde Pública**, v. 55, n. 90, p. 1-10, 2021.

GUDYNAS, E. **Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Ed. Elefante, 2019.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION. **Enfoques agroecológicos y otros enfoques innovadores en favor de la sostenibilidad de la agricultura y los sistemas alimentarios que mejoran la seguridad alimentaria y la nutrición**. Un informe del Grupo de alto nivel de expertos en seguridad alimentaria y nutrición del Comité de Seguridad Alimentaria Mundial. Roma: FAO, 2019. Disponível em: <https://www.fao.org/fileadmin/templates/cfs/HLPE/reports/HLPE_Report_14_ES.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION. **Food losses and waste in the context of sustainable food systems**. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: FAO, 2014. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/i3901e/i3901e.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION. **Nutrition and food systems**. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome: FAO, 2017. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/i7846e/i7846e.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

HUI, Y. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

JACOB, M. C. M.; ARAÚJO, F. R. Desenvolvimento de competências para Nutrição no contexto de Sistemas Alimentares Sustentáveis. **Cienc Saúde Colet**, v. 25, n. 11, p. 4369-4378, 2020.

JONAS, H. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

JONAS, H. **O princípio vida**: fundamentos para uma biologia filosófica. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

JONAS, H. **Técnica, medicina e ética**: sobre a prática do princípio responsabilidade. São Paulo: Paulus, 2013.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

LATOUR, B. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza no antropoceno. São Paulo: Ubu; Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2020a.

LATOUR, B. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020b.

LEWIS, S. L.; MASLIN, M. A. Defining the Anthropocene. **Nature**, v. 519, p. 171-180, 2015.

LISBOA; C. M. P.; FONSECA, A. B. Abordagem da segurança alimentar e nutricional nos currículos das universidades federais brasileiras: principais enfoques. **Saúde Soc.**, v. 29, n. 3, e190570, 2020.

LOURENÇO, D. B. **Qual o valor da natureza?** Uma introdução à ética ambiental. São Paulo: Ed. Elefante, 2019.

LOUZADA, M. L. C. Impacto do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde de crianças, adolescentes e adultos: revisão de escopo. **Cad. Saúde Pública**, v. 37, sup. 1, e00323020, 2021.

MACHADO, P. P.; OLIVEIRA, N. R. F.; MENDES, A. N. O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde Soc**, v. 25, n.2, p. 505-515, 2016.

MALUF, Renato S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2007.

MASON, J.; KASSAM, L. Agriculture planted the seeds of the alienation from nature. In: KASSAM, A.; KASSAM, L. (eds.). **Rethinking food and agriculture**. UK: Woodhead Publishing, 2020. p. 31-51.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Ed. UNESP; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

MENDES, L. L.; PESSOA, M. C.; COSTA, B. V. L. Ambiente alimentar: tópicos iniciais e principais modelos conceituais. In: MENDES, L. L.; PESSOA, M. C.; COSTA, B. V. L. (orgs.). **Ambiente alimentar: saúde e nutrição**. Rio de Janeiro: Ed. Rubio, 2022. p. 1-10.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONTEIRO, C. A. Ultra-processed foods: what they are and how to identify them. **Public Health Nutr.**, v. 22, n. 5, p. 936-941, 2019.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NAVES, C. C. D.; RECINE, E. A atuação profissional do nutricionista no contexto da sustentabilidade. **Demetra**, v. 9, n. 1, p. 121-136, 2014.

NESTLE, M. **Uma verdade indigesta: como a indústria alimentícia manipula a ciência do que comemos**. São Paulo: Ed. Elefante, 2019.

NILSON, E. A. F. et al. Premature deaths attributable to the consumption of ultraprocessed foods in Brazil. **Amer J Prev Med.**, v. 64, n. 1, p. 129-136, 2023.

NETTO, J. P. O projeto ético-político profissional do serviço social brasileiro. **Intervenção Social**, n. 42/45, p. 229-242, 2015.

OLIVEIRA, J. **Compreender Hans Jonas**. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2014.

OLIVEIRA, J. **Negação e poder: do desafio do niilismo ao perigo da tecnologia**. Caxias do Sul/RS: EducS, 2018.

OLIVEIRA, J. R. Das epistemologias do Sul a um novo Ethos Sulista: comunidades tradicionais e responsabilidade ambiental. **Trans/Form/Ação**, v. 45, p. 439-454, 2022a. Edição Especial.

OLIVEIRA, J. R. Para uma *ethical turn* da tecnologia: por que Hans Jonas não é um tecnofóbico? **Trans/Form/Ação**, v. 45, n. 2, p. 191-206, 2022b.

PAULA, N. F.; BEZERRA, I.; PAULA, N. M. Saúde coletiva e agroecologia: necessárias conexões para materializar sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis. **Saúde Debate**, v. 46, n. esp. 2, p. 262-276, 2022.

PINEDA, A. M. R et al. Da produção aos impactos na saúde e no ambiente: uma análise dos sistemas alimentares de Brasil, Colômbia e Panamá. **Cienc. Saúde Colet.**, v. 28, n. 4, p. 1101-1112, 2023.

POMPEIA, C. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Ed. Elefante, 2021.

PORTILHO, F. Ativismo alimentar e consumo político – duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **Redes**, v. 25, n. 2, p. 411-432, 2020.

PORTILHO, Fátima; CASTAÑEDA, Marcelo; CASTRO, Inês R. R. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. **Ciênc Saúde Colet.**, v. 16, n. 1, p. 99-106, 2011.

PRADO, S. D. et al. Alimentação e nutrição como campo científico autônomo no Brasil: conceitos, domínios e projetos políticos. **Rev. Nutr.**, v. 24, n. 6, p. 927-937, 2011.

REBROVICK, T. The politics of diet: “eco-dietetics”, neoliberalism, and the history of dietetic discourses. **Political Research Quarterly**, v. 68, n. 4, p. 678-689, 2015.

RIBEIRO, H.; JAIME, P. C.; VENTURA, D. Alimentação e sustentabilidade. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 185-198, 2017.

RIDGWAY, E. et al. Historical developments and paradigm shifts in public health nutrition science, guidance and policy actions: a narrative review. **Nutrients**, v. 11, n.3, p. 531, 2019.

RUIZ, C. B.; MACIEL, J. C. A ética do cuidado do outro e a bioética ambiental. **Rev. bioét.**, v. 28, n. 3, p. 440-448, 2020.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Porto: Afrontamento, 1989.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

SILVA, D. A. C. et al. Publicidade de alimentos para crianças e adolescentes: desvelar da perspectiva ética no discurso da autorregulamentação. **Cienc. saúde colet.**, v. 22, n. 7, p. 2187-2196, 2017

SILVA, D. A. C.; CUNHA, A. C. R. Ética e regulamentação da publicidade de alimentos direcionada a crianças e adolescentes. In: ROSANELI, C. F. (org.). **Contextos, conflitos e escolhas em alimentação e bioética**. Curitiba/PR: PUCPress, 2016. p. 195-218.

SINGER, P. **Ética prática**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

SINGER, P.; MASON, J. **A ética da alimentação: como nossos hábitos alimentares influenciam o meio ambiente e o nosso bem-estar**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SCRINIS, G. **Nutricionismo: a ciência e a política do aconselhamento nutricional**. São Paulo: Elefante, 2021.

SILVA, K. S.; CARNEIRO, A. C. L. L.; CARDOSO, L. M. Práticas ambientalmente sustentáveis em unidades de alimentação e nutrição hospitalares. **Braz. J. Food Technol.**, v. 25, e2020091, 2022.

SIPIONI, M. E. et al. Máscaras cobrem o rosto, a fome desmascara o resto: COVID-19 e o enfrentamento da fome no Brasil. In: ANDRADE, M. A. C. et al. (orgs.). **Gestão e práticas em saúde coletiva no contexto da pandemia de COVID-19**. Porto Alegre/RS: Rede Unida; Rio de Janeiro: AREA27, 2021. p. 56-72.

SOARES, S. Kant em defesa da alimentação saudável. **Princípios: Revista de Filosofia**, v. 23, n. 41, p. 105-123, 2016.

SOARES, S. O nutricionista esclarecido para a defesa do direito humano à alimentação adequada: contribuições kantianas. **Holos**, ano 36, v. 5, e9425, 2020.

SOUZA, F. A. C. A relação natureza-sociedade no modo de produção capitalista. **Em Pauta**, v. 35, n. 13, p. 153-168, 2015.

SOUZA, T. S. N. et al. Código de Ética do Nutricionista: um processo de construção coletiva. In: ROSANELI, C. F. (org.). **Contexto, conflitos e escolhas em alimentação e bioética**. Curitiba: PUCPress, 2016. p. 81-98.

SWUINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of obesity, undernutrition, and climate changes: The Lancet Commission Report. **Lancet**, n. 393, p. 781-846, 2019.

TASCA, C. G.; MARTINELLI, S. S.; CAVALLI, S. B. Sustainability practices in public institutional restaurants: definition of criteria using the Delphi technique. **Journal of Foodservice Business Research**, v. 12, p. 1-18, 2022.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do serviço social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília/DF: CFESS; ABEPSS, 2009. p.185-200.

VASCONCELOS F. A. G. et al. The 80-year history of the professional associations of nutritionists in Brazil: a historical-documentary analysis. **Rev. Nutr.**, v. 32, e180162, 2019.

VASCONCELOS, F. A. G. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. **Rev. Nutr.**, v. 15, n. 2, p. 127-138, 2002.

VASCONCELOS, F. A. G.; CALADO, C. L. A. Profissão nutricionista: 70 anos de história no Brasil. **Rev. Nutr.**, v. 24, n. 4, p. 605-617, 2011.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

VEIGA, J. E. A primeira utopia do Antropoceno. **Amb Soc.**, v. XX, n. 2, p. 233-252, 2017.

VIANA, M. R. *et al.* A racionalidade nutricional e sua influência na medicalização da comida no Brasil. **Cienc. saúde colet.**, v. 22, n. 2, p. 447-456, 2017.

VIOLA, E.; MENDES, V. Agricultura 4.0 e mudanças climáticas no Brasil. **Amb. Soc.**, v. 25, e02462, 2022.

APÊNDICES

Apêndice 1

Roteiro para Entrevista Semiestruturada

“A responsabilidade ética da nutrição frente à questão ambiental”

Parte I: perfil da/o entrevistada/o

Nome: _____ Idade: _____

Entidade/Órgão: _____

Cargo que ocupa na entidade/órgão: _____

Há quanto tempo está na Entidade/órgão: _____

Há quanto tempo ocupa o cargo atual: _____

Área principal de atuação: _____

Formação Acadêmica Completa:

Graduação (ano/Instituição): _____

Especialização (área/ano/Instituição): _____

Mestrado (área/ano/Instituição): _____

Doutorado (área/ano/Instituição): _____

Pós-doutorado (área/ano/Instituição): _____

Parte II: nutrição e a questão ambiental

- 1) *Quais os principais desafios e prioridades da nutrição no Brasil enquanto campo técnico e científico, na sua concepção?*
- 2) *Quais as principais questões éticas com as quais a nutrição deve se preocupar na atualidade?*
- 3) *Quais têm sido os principais assuntos que você tem pautado na entidade que você preside/dirige?*
- 4) *Você poderia falar um pouco sobre a relação entre a nutrição enquanto campo técnico e científico e as questões ambientais em debate atualmente?*
- 5) *Se pudéssemos estabelecer uma escala de prioridades (baixa, média, alta) para a nutrição, a questão ambiental deveria ocupar qual grau desta escala, na sua opinião. Explique sua posição, por favor.*
- 6) *Você considera a pauta sobre a questão ambiental presente nos debates realizados pelo campo da nutrição no Brasil? Comente sobre isso.*
- 7) *Fale um pouco das suas impressões sobre a emergência das questões ambientais na atualidade.*
- 8) *Se considerarmos a questão ambiental como emergente na atualidade, tal como se coloca pelos organismos internacionais, como você acha que a nutrição deve se inserir nesse debate? Quais ações devem ser realizadas e quem deve assumir a liderança no campo da nutrição sobre essa questão?*

Apêndice 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) senhor/a está sendo convidado/a a participar do projeto de pesquisa “**A RESPONSABILIDADE ÉTICA DA NUTRIÇÃO FRENTE À QUESTÃO AMBIENTAL**”, cujo pesquisador responsável é MARCELO ELISEU SIPIONI.

Justificativa: A realização da pesquisa se justifica pela situação em se encontra o Planeta Terra frente à emergência climática e perda da biodiversidade global. Todos os setores da sociedade, incluindo as categorias profissionais e campos científicos, precisam se posicionar e agir frente às demandas inegociáveis para frear a destruição do Planeta pela ação do ser humano. A nutrição possui uma interface enorme com o sistema alimentar, considerado um dos grandes responsáveis pelos danos ambientais em escala mundial. Desta forma, é imprescindível que esse campo científico e de atuação profissional assumam a postura de defender permanência da vida na Terra a partir de práticas de cultivo e consumo de alimentos da forma mais harmônica possível com a Natureza.

Objetivo da Pesquisa: O objetivo desta pesquisa é *identificar a percepção das lideranças nacionais da nutrição sobre a responsabilidade da nutrição frente à questão ambiental*.

Procedimentos, duração e local da pesquisa: O/A senhor(a) foi convidado/a a participar da pesquisa por ser reconhecido/a como liderança nacional no campo da nutrição. Para isso, o/a senhor/a participará de uma entrevista em ambiente remoto através de aplicativo de chamada (Google Meet® ou Microsoft Teams®). A entrevista durará entre 40min e 60min e abordará perguntas a respeito de suas percepções e opiniões sobre a relação entre o campo técnico-científico da nutrição e a questão ambiental.

Riscos e Desconfortos: Os riscos aos quais o/a senhor/a está submetido/a ao participar desta pesquisa envolvem constrangimentos ou afetações específicas relativos à emissão ou omissão de certas opiniões sobre os temas abordados na entrevista. Tais riscos serão observados com muita atenção pelo pesquisador responsável, que buscará fazer as perguntas da forma mais isenta e imparcial possível, além de deixá-lo/a livre para emitir seus posicionamentos da forma como preferir ou mesmo se negar a responder, se assim o desejar.

Benefícios: Essa pesquisa trará benefícios indiretos para os/as participantes, uma vez que promoverá o debate sobre a questão ambiental no campo da nutrição como um todo, estabelecendo, desta forma, a inclusão deste tema na agenda das lideranças de nutrição em nível nacional. Permitirá também unificar as ideias dessas lideranças para conhecermos as convergências e divergências de posicionamentos, enriquecendo o debate nacional.

Participação na pesquisa: O/A senhor/a não é obrigado/a a participar da pesquisa e, caso aceite participar, poderá deixá-la a qualquer momento de sua execução, sem que haja qualquer penalidade ou prejuízo decorrentes de sua recusa e deixará de ser contatado/a pelo pesquisador responsável. Caso aceite participar, poderá contatar o pesquisador responsável a qualquer momento para dirimir dúvidas ou solicitar qualquer informação.

Sigilo e Privacidade: Garantimos ao(à) senhor(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

Ressarcimento Financeiro: Caso o(a) senhor(a) tenha algum custo financeiro em participar da pesquisa, o pesquisador responsável garante o ressarcimento.

Esclarecimento de Dúvidas: Em caso de dúvidas, o/a senhor/a pode entrar em contato com o pesquisador responsável, MARCELO ELISEU SIPIONI, a qualquer tempo para informação adicional pelo telefone (27) 99826-6671 ou pelo e-mail mesipioni@yahoo.com.br ou correio: Rua João Nunes Coelho, 115, Bloco A2, Apto 201, Mata da Praia, CEP 29.065-490, Vitória-ES, Brasil. O/A senhor/a pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP/CCS/UFES) através do telefone (27) 3335-7211 ou pelo e-mail cep.ufes@hotmail.com ou correio: Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, Prédio Administrativo do CCS, Av. Marechal Campos, 1468, Maruípe, CEP 29.040-090, Vitória-ES, Brasil. O CEP/CCS/UFES é responsável por analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro dos padrões éticos nacionais e internacionais. Seu horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 8:00h às 14:00h.

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada pelo pesquisador responsável, rubricada em todas as páginas.

Vitória-ES, ____ de _____ de 2022.

Participante da Pesquisa

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa “A RESPONSABILIDADE ÉTICA DA NUTRIÇÃO FRENTE À QUESTÃO AMBIENTAL”, eu, MARCELO ELISEU SIPIONI, declaro ter cumprido as exigências do item IV.3, da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Pesquisador Responsável

ANEXO

Parecer Consubstanciado

**Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro de Ciências da
Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP/CCS/UFES)**

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESPÍRITO
SANTO - CCS/UFES**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A responsabilidade ética da nutrição frente à questão ambiental

Pesquisador: Marcelo Eliseu Sipioni

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 55231822.1.0000.5060

Instituição Proponente: Centro de Ciências da Saúde

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.261.355

Apresentação do Projeto:

A proposta do projeto é abordar a responsabilidade ética da nutrição frente à questões ambientais. Serão realizadas entrevistas com representantes das entidades e órgãos nacionais ligadas diretamente à nutrição. O teor das questões buscará identificar opiniões, percepções e análises de caráter descritivo sobre a relação entre nutrição e a questão ambiental.

As entrevistas serão realizadas por chamada de vídeo, via Google Meet® ou Microsoft Teams®, com horário previamente agendado com cada um dos entrevistados

Objetivo da Pesquisa:

Segundo o pesquisador responsável os objetivos do trabalho são:

"Objetivo Primário:

Identificar a percepção das lideranças nacionais da nutrição sobre a responsabilidade da nutrição frente à questão ambiental.

Objetivo Secundário:

-Avaliar a percepção das lideranças nacionais da nutrição quanto à questão ambiental e sua relação com o campo da nutrição;

-Identificar a compreensão sobre responsabilidade ética da nutrição frente à emergência ambiental pelas lideranças nacionais da nutrição;

Endereço: Av. Marechal Campos 1468, prédio da direção do Centro de Ciência da Saúde, segundo andar
Bairro: S/N **CEP:** 29.040-091
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3335-7211 **E-mail:** cep.ufes@hotmail.com

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESPÍRITO
SANTO - CCS/UFES**



Continuação do Parecer: 5.261.355

-Descrever a atuação e as perspectivas de atuação das lideranças da nutrição no Brasil frente às questões ambientais."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com Marcelo Eliseu Sipioni, os riscos e benefícios do projeto A responsabilidade ética da nutrição frente à questão ambiental são:

"Riscos:

Os riscos possíveis aos participantes da pesquisa referem-se a constrangimentos ou afetações específicas relativas ao teor dos questionamentos feitos, uma vez que, em alguns momentos, serão solicitadas opiniões pessoais e percepções sobre os temas relativos ao problema da pesquisa. A postura do entrevistador ao proferir os questionamentos são fundamentais para que tais riscos sejam amenizados ou reduzidos ao máximo. A liberdade de se abster de quaisquer perguntas e de não emitir opiniões que possam causar algum constrangimento serão reforçadas pelo entrevistador sempre que for necessário.

Benefícios:

Espera-se que a pesquisa fomente o debate e o interesse das entidades e órgãos, através dos seus representantes participantes da pesquisa, sobre o tema da questão ambiental em sua agenda de ações em âmbito nacional, seja do ponto de vista do ativismo político das entidades, ou mesmo da proposição de políticas públicas por parte dos órgãos governamentais que participarão do estudo."

Os riscos e benefícios estão de acordo com a Res. CNS N° 466/12.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

-

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

No projeto A responsabilidade ética da nutrição frente à questão ambiental do pesquisador Marcelo Eliseu Sipioni constam os seguintes documentos:

Folha de rosto: apresentada

Projeto detalhado: apresentado

TCLE: apresentado

Cronograma: apresentado

Orçamento: apresentado

Endereço: Av. Marechal Campos 1468, prédio da direção do Centro de Ciência da Saúde, segundo andar
Bairro: S/N **CEP:** 29.040-091
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3335-7211 **E-mail:** cep.ufes@hotmail.com

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESPÍRITO
SANTO - CCS/UFES**



Continuação do Parecer: 5.261.355

Recomendações:

-

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1885736.pdf	14/02/2022 11:44:01		Aceito
Outros	Pendencias_Justificativas_e_Esclarecimentos.docx	14/02/2022 11:43:27	Marcelo Eliseu Sipioni	Aceito
Outros	Roteiro_de_Entrevista.docx	14/02/2022 11:42:26	Marcelo Eliseu Sipioni	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEP.docx	14/02/2022 11:41:33	Marcelo Eliseu Sipioni	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Versao_2.docx	14/02/2022 11:41:08	Marcelo Eliseu Sipioni	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Assinada.pdf	20/01/2022 18:19:54	Marcelo Eliseu Sipioni	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITÓRIA, 24 de Fevereiro de 2022

Assinado por:

**Maria Helena Monteiro de Barros Miotto
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Marechal Campos 1468, prédio da direção do Centro de Ciência da Saúde, segundo andar
Bairro: S/N **CEP:** 29.040-091
UF: ES **Município:** VITÓRIA
Telefone: (27)3335-7211 **E-mail:** cep.ufes@hotmail.com